

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO - UENF**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM - CCH**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS – PPGPS**

**JANETE VILELA DA PASCHOA**

**IMPACTOS DA CONSTRUÇÃO DE UM CONJUNTO HABITACIONAL NO**  
**QUILOMBO: O CASO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PEDRA BRANCA**  
**VARGEM ALTA - ES**

**CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ**  
**JUNHO DE 2019**

**JANETE VILELA DA PASCHOA**

**IMPACTOS DA CONSTRUÇÃO DE UM CONJUNTO HABITACIONAL NO  
QUILOMBO: O CASO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PEDRA BRANCA  
VARGEM ALTA - ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – Centro de Ciências do Homem, como requisito para obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Profª Drª Catherine Reginensi

**CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ**

**JUNHO DE 2019**

**FICHA CATALOGRÁFICA**

UENF - Bibliotecas

Elaborada com os dados fornecidos pela autora.

P279

Paschoa, Janete Vilela da.

IMPACTOS DA CONSTRUÇÃO DE UM CONJUNTO HABITACIONAL NO QUILOMBO : O CASO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PEDRA BRANCA VARGEM ALTA - ES / Janete Vilela da Paschoa. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2019.

126 f. : il.

Bibliografia: 111 - 116.

Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2019.

Orientadora: Odile Elise Augusta Reginensi.

1. Quilombo. 2. Políticas públicas. 3. Resistência. 4. Negros. 5. Direitos. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 361.61

JANETE VILELA DA PASCHOA

**IMPACTOS DA CONSTRUÇÃO DE UM CONJUNTO HABITACIONAL NO  
QUILOMBO: O CASO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PEDRA BRANCA  
VARGEM ALTA - ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – Centro de Ciências do Homem, como requisito para obtenção do grau de Mestre.

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lílian Sagio Cezar (Doutora em Antropologia – USP)  
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Clareth Gonçalves Reis (Doutora em Educação - UFF)  
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Osvaldo Martins de Oliveira (Doutor em Antropologia - UFF)  
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

---

Odile Elise Augusta Reginensi (Doutora em Sociologia – Université Paris VIII)  
Orientadora  
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

Dedico aos meus filhos José Ricardo e Pedro Henrique que em vários momentos conviveram com a minha ausência e souberam suportá-la, mesmo desejando muito estarem perto da mãe... Eles compreendem que a melhoria que buscamos hoje garantirá aos indivíduos uma participação mais ativa na sociedade em busca de justiça e igualdade.

Aos meus “amigos”, não me refiro aqui às pessoas que passaram por mim ao longo da minha vida pura e simplesmente sem deixar marcas. Refiro-me aos amigos que a cada etapa do meu estudo sentiram a felicidade por minhas conquistas e me incentivaram a avançar.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente ao meu pai maior! Deus... Obrigada por me possibilitar desenvolver este trabalho de pesquisa científica com tanto afinho e garra, apesar de algumas limitações, confesso que o fechamento deste ciclo para mim é uma realização, criando novas expectativas em minha vida.

Agradeço, também, ao meu pai Ogum, à minha mãe Oxum e aos meus guias de Luzes que me provisionaram de força, doçura e luz na efetivação deste estudo, proporcionando-me estabelecer verdadeiras e significativas relações com aqueles que não só diretamente contribuíram para este resultado, mas pelas amizades que foram construídas ao longo desta caminhada científica. Senti a presença de cada um deles nesta minha trajetória.

Aos meus filhos pelo companheirismo, incentivo, compreensão e apoio. Eles que abriram mão de minha presença em momentos especiais por entenderem a importância deste estudo para minha vida pessoal e profissional.

À Secretaria Municipal de Educação de Vargem Alta que viabilizou uma licença de trabalho da qual eu exerço atividades profissionais como professora efetiva da rede municipal de ensino do município de Vargem Alta, atuando em duas escolas, sendo elas, EMEB “Pedro Milaneze Altoé” no turno matutino com a disciplina de História e EMEB “Alzira Gomes” no turno vespertino como professora da Educação Infantil, sem prejuízos econômicos.

À Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, assim como aos seus profissionais e professores que muito acrescentaram em meus saberes, que além de me proporcionarem o ensino gratuito e de qualidade, se posicionaram como verdadeiros amigos, e ao que tudo indica, esta amizade que surgiu no âmbito da universidade se perpetuará.

À Caterine Reginensi pela orientação, cobranças, compreensão, competência e pelos créditos que depositou em mim.

Aos Quilombolas de Pedra Branca que abriram suas portas para me receberem e deram esta valiosa contribuição para minha pesquisa.

Aos moradores do Conjunto Habitacional MCMV localizado na comunidade quilombola de Pedra Branca, por ter me acolhido tão bem durante as visitas, participando ativamente desta construção, mesmo tendo eles uma maneira tão

acanhada e ao mesmo tempo peculiar de receber pessoas de fora em suas residências, me deixaram aproximar, dialogar e paralelamente e gradativamente pudemos estreitar os laços de afinidades entre nós.

À dona Menina, mãe de todas as mães do quilombola de Pedra Branca, por ter confiado e acreditado no meu trabalho e por este referido trabalho ter levado aos seus olhos um brilho especial, como ela mesmo me revelou ser um brilho de esperanças de que um dia todos no quilombo vivam muito mais felizes.

[...] a construção da identidade se faz no interior de contextos sociais que determinam a posição dos agentes e por isso mesmo orientam suas representações e suas escolhas. Além disso, a construção da identidade não é uma ilusão, pois é dotada de eficácia social, produzindo efeitos sociais reais.  
(CUCHE, 1999, p. 182)



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> – Área Territorial do município de Vargem Alta.....	14
<b>Figura 2</b> - Localização do conjunto habitacional.....	21
<b>Figura 3</b> - Projeto de pavimentação e drenagem do Conj. Hab. MCMV .....	45
<b>Figura 4</b> - Jeitinho para ajudar no orçamento do mês .....	46
<b>Figura 5</b> – Mãos que também fizeram Histórias .....	49
<b>Figura 6</b> – Parte do inquérito sobre averiguação de irregularidades no CHMCMV na Comunidade Quilombola de Pedra Branca .....	50
<b>Figura 7</b> - Conjunto Habitacional MCMV – Comunidade Quilombola de Pedra Branca.....	57
<b>Figura 8</b> - Certidão de autodefinição da CQPB .....	58
<b>Figura 9</b> - Construção do CHMCMV .....	59
<b>Figura 10</b> – Pavimentação da rua que dá acesso ao CHMCMV em Pedra Branca..	83
<b>Figura 11</b> – Pavimentação da rua que dá acesso ao CHMCMV em Pedra Branca..	84
<b>Figura 12</b> – Organograma da Associação de Moradores – CQPB .....	93

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Comunidades Quilombolas no Espírito Santo .....	42
---	----

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABA – Associação Brasileira de Antropologia  
ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias  
ADIN – Ação Direta de Inconstitucionalidade  
CADÚNICO - Cadastro Único  
CHMCMV – Conjunto habitacional Minha Casa Minha Vida  
CF – Constituição Federal  
CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas  
CONAPIIR - Congresso Nacional de Promoção da Igualdade Racial  
CQPB – Comunidade Quilombola de Pedra Branca  
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social  
CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social  
DEM - Democratas  
ES - Espírito Santo  
FAR - Fundo de Arrendamento Residencial  
FCP - Fundação Cultural Palmares  
FDS - Fundo de Desenvolvimento Social  
FEJUNES – Fórum Estadual da Juventude Negra do ES  
FNB - Frente Negra Brasileira  
FUNAI - Fundação Nacional do Índio  
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
INCRA - Instituto Nacional de colonização e reforma agrária  
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
MCMV – Minha casa minha vida  
MINC - Ministério da Cultura  
MP - Ministério Público  
OIT - Organização Internacional do Trabalho  
ONGS – Organizações Não Governamentais  
PBQ - Programa Brasil Quilombola  
PEC - Proposta de emenda constitucional  
PGR - Procuradoria Geral da República  
PT - Partido dos Trabalhadores

PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural

SEPPIR - Secretaria de Política de Promoção de Igualdade Racial

STF - Supremo Tribunal Federal

TEM - Teatro Experimental do Negro

TRF - Tribunal Regional Federal

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

UFF - Universidade Federal Fluminense

UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro

## RESUMO

PASCHOA, Janete Vilela da. **Impactos da construção de um conjunto habitacional no Quilombo:** o caso da Comunidade Quilombola de Pedra Branca Vargem Alta – ES. 2019. 127 fls. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Políticas Sociais. UENF, Campos dos Goytacazes/RJ.

Esta dissertação tem como objetivo compreender a realidade que permeia as sociabilidades construídas e vivenciadas pelos moradores da Comunidade Quilombola de Pedra Branca, localizada no município de Vargem Alta, Espírito Santo (ES) após a construção de um conjunto habitacional com 40 casas populares do programa Minha Casa, Minha Vida, (MCMV) sendo que a referida edificação que deveria ser pensada para oferecer melhores condições de moradia, acarreta certos desconfortos não apenas para os condôminos, atingindo a comunidade em seu todo, incitando sentimento de insatisfação. O tema investigado emergiu da necessidade de compreender os impactos causados por políticas públicas propostas pelo governo aos habitantes cuja aplicabilidade pelo jeito desconsidera as especificidades e as necessidades dos grupos sociais em seus aspectos espacial, econômica, intelectual e cultural. Nessa perspectiva, analisamos as relações estabelecidas entre os atores sociais pertencentes à Comunidade aqui relacionada e as pessoas selecionadas para aquisição das residências que a partir da instalação, acrescentarão o quadro de moradores do local. É importante destacar que a localidade onde foram construídas as moradias é um território quilombola reconhecido pela Fundação Cultural Palmares, (FCP) em 2010 mas o projeto de construção por não pertencer a modalidade MCMV entidades, atenderá diversas pessoas do município independente de onde tenham morado anteriormente, ou seja, levando para dentro do quilombo 33 novas famílias ficando apenas 07 moradias para atender aos quilombolas que também precisam do seu habitar. A chegada dos novos moradores provocou inquietação aos já residentes no local que enquanto sujeitos de direitos, levantaram uma série de questionamentos buscando resposta que os fizessem entenderem o porquê de uma Ação Pública que deveria sanar o déficit habitacional ao contrario disso, atrairia novos moradores com histórias de vidas diferenciadas que na maioria dos caso se contraporiam os ideais quilombola. Considerando que a base econômica de Pedra Branca se mantém por meio da agricultura e o extrativismo mineral, com extração do mármore branco, e cujas atividades já possuem as vagas ocupacionais completa, geraria maior numero de desempregados que não teriam condições de se manterem e nem manter o sustendo dos familiares, provocando também deficiência na qualidade da oferta dos serviços públicos disponibilizados, que mesmo sendo um direito de todos ao que tudo indica, não conseguem atender a demanda.

**Palavras chave:** Quilombo. Políticas Públicas. Resistência. Negro. Direitos.

## ABSTRACT

PASCHOA, Janete Vilela da. **Impacts of construction of popular houses in the Pedra Branca Quilombola Community in the city of Vargem Alta in the state of Espírito Santo – Brazil.** 2019. 127 fls. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Políticas Sociais. UENF, Campos dos Goytacazes/RJ.

This dissertation aims to understand the reality that permeates the sociability built and experienced by the residents of the Quilombola Community of Pedra Branca, located in the city of Vargem Alta, Espírito Santo (ES) after the construction of a housing development with 40 popular houses of the program Minha Casa, Minha Vida, (MCMV) being that this building that should be thought to offer better housing conditions, causes some discomfort not only to the owners, reaching the community as a whole, inciting feelings of dissatisfaction. The theme investigated emerged from the need to understand the impacts caused by public policies proposed by the government to the inhabitants whose applicability by the way disregards the specificities and needs of social groups in their spatial, economic, intellectual and cultural aspects. In this perspective, we analyze the relationships established between the social actors belonging to the Community listed here and the people selected for the acquisition of residences that, from the installation, will add the local residents. It is important to highlight that the place where the houses were built is a quilombola territory recognized by the Palmares Cultural Foundation (FCP) in 2010, but the construction project, because it does not belong to MCMV entities, will serve several people from the municipality, regardless of where they previously lived. In other words, taking 33 new families into the quilombo, leaving only 07 houses to serve the quilombolas who also need their dwelling. The arrival of the new residents caused disquiet to the already resident in the place who, as subjects of rights, raised a series of questions seeking answers that would make them understand why a Public Action that should solve the housing deficit would otherwise attract new residents with stories of differentiated lives that in most cases contradicted the quilombola ideals. Considering that the economic base of Pedra Branca is maintained through agriculture and mineral extraction, with extraction of white marble, and whose activities already have full occupational vacancies, would generate a larger number of unemployed who would not be able to maintain or maintain the support of family members, also causing deficiency in the quality of the provision of public services available, which even though it is a right of all by all indications, can not meet the demand.

**Keywords:** Quilombo. Public Policies. Resistance. Black. Copyright.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
Delimitação do tema.....	20
Cotidiano vivenciado e experienciado no campo de pesquisa .....	27
Metodologia da pesquisa .....	30
Os capítulos .....	32
<b>1 TERRITÓRIO QUILOMBOLA E SUAS MEMÓRIAS: QUEM SOMOS NÓS EM TERRA DE <i>BRASILIS</i></b> .....	<b>34</b>
1.1 Vozes do Quilombo: histórico do Povo Negro no Brasil .....	39
1.2 O Estado como Legitimador das Desigualdades Sociais .....	41
1.3 Organização Quilombola na atualidade .....	51
<b>2 NOVOS DESAFIOS PARA SER E PERTENCER – A TRAJETÓRIA DE UM POVO</b> .....	<b>57</b>
2.1 Novos desafios para ser e pertencer: uma trajetória de um povo .....	57
2.2 A construção das casas populares na Comunidade Quilombola e Pedra Branca .....	59
2.3 Movimentos Sociais: na busca do que lhe é seu por direito.....	64
2.4 Agentes externos com seu papel importante na organização social de Pedra Branca.....	65
2.5 Trajetórias de vida dos moradores entrevistados do conjunto habitacional do MCMV .....	68
2.5.1 Desistência do habitar Quilombola .....	68
2.5.2 Diminuir o déficit habitacional e o direito a cidade?.....	69
2.5.3 Breve trajetória de vida de Mariza .....	70
2.5.4 Consegui a casa por misericórdia .....	71
2.5.5 Relato de uma Quilombola que habita o condomínio .....	73
2.5.6 “Não tenho saudades de onde morei anteriormente” .....	76
2.5.7 O sonho vazio da casa própria.....	78
2.5.8 Conhecendo a trajetória do CHMCMV e as novas nuances .....	81
2.5.9 Análise de atendimento na escola e na saúde antes e após a construção do CHMCMV .....	86

2.6 Consulta Pública sobre a construção de conjunto habitacional.....	87
2.7 O porquê da construção do CHMCMV: parecer municipal no período do início da obra .....	89
<b>3 TERRITÓRIO QUILOMBOLA E MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA: DIREITO DE CULTIVAR SUAS RAÍZES .....</b>	<b>93</b>
3.1 Mobilização Comunitária: Direito de Cultivar suas Raízes .....	93
3.2 Grupos sociais portadores de identidade .....	98
3.3 Atores Sociais e suas Memórias .....	102
3.4 Intensificação das relações .....	106
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>108</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>111</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>117</b>





O Programa MCMV – Entidade foi criado em 2009, com o objetivo de tornar a moradia acessível às famílias organizadas por meio de cooperativas habitacionais, associações e demais entidades privadas sem fins lucrativos.

O programa, ligado à Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, é dirigido a famílias de renda familiar mensal bruta de até R\$ 1.600,00 e estimula o cooperativismo e a participação da população como protagonista na solução dos seus problemas habitacionais.

O processo de escolha das famílias deve ser transparente, sendo obrigatória a publicização dos critérios de seleção nos meios de comunicação do Município. Para participar do Programa, a entidade precisa estar previamente habilitada pelo Ministério das Cidades e a proposta deve ser selecionada, após a análise e aprovação dos projetos pela Caixa Econômica Federal

O Programa Habitacional MCMV - Entidades está definida como “faixa 1”, Essa faixa considera duas propostas habitacional: a primeira destinadas a atender às famílias cadastradas nas secretarias municipais responsável pela habitação utilizando recursos provenientes do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), sendo que a segunda é responsável por atender às famílias organizadas em entidades (ONGs, cooperativas, associações) que usa recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS).

O interesse desta análise se voltará para a segunda proposta, pois, esta modalidade permite que os movimentos populares/sociais atuem no sentido de reivindicar suas expectativas habitacionais e de seus familiares de maneira que os que forem atendidos tenham condições de residir adequadamente em local onde possam utilizar do seu direito de cidadão atuante em uma sociedade.

Aprofundando mais sobre a questão do habitar com dignidade, sigo a linha de compreensão de Rolnik (1995) quando ela enfatiza que a intencionalidade da segregação socioespacial é sustentada por motivos econômicos e políticos: econômicos porque a terra urbana é mercadoria do setor imobiliário, e, políticos, pois “(...) a segregação é produto e produtora do conflito social. Separa-se porque a mistura é conflituosa e quanto mais separada é a cidade, mais visível é a diferença, mais acirrado poderá ser o confronto” (ROLNIK, 1995, p. 52).

A invisibilidade da população do entorno da mencionada construção pode estar relacionada também a outros fatores embutindo interesses mais conflitantes como a

práticas racistas, que resulta na exclusão e nas reprodutoras da invisibilidade intencional gerando uma ideia de todos os acontecimentos que ocorre ou passará a ocorrer nos espaços públicos seja não-institucionais.

Para esta realidade excludente direcionadas a população negra em geral, sendo que em relação a este estudo aos moradores da CQPB agrava o quadro de desigualdades no território e no município.

Sendo as desigualdades socioeconômicas um reflexo das desigualdades raciais Florestan Fernandes (2007) esboça que no Brasil, “a partir da década de 1970, progressivamente, ocorre um adensamento da produção acadêmica ligada a essa temática” sendo assim, Almeida (1996) expõe que:

Admitir que era quilombola equivalia ao risco de ser posto à margem. Daí as narrativas míticas: terras de herança, terras de santo, terras de índio, doações, concessões e aquisições de terras. Cada grupo tem sua estória e construiu sua identidade a partir dela. Existe, pois, uma atualidade dos quilombos deslocada de seu campo de significação original, isto é, de matriz colonial. Quilombo se mescla com conflito direto, com confronto, com emergência de identidade para quem enquanto escravo é coisa e não tem identidade, não é. O quilombo como possibilidade de ser, constitui numa forma mais que simbólica de negar o sistema escravocrata. É um ritual de passagem para a cidadania, para que se possa usufruir das liberdades civis (ALMEIDA, 1996, p. 17).

Retomando o conceito relacionado ao Projeto Habitacional, MCMV, este afirma que:

Por intermédio das diferentes análises, constata-se que, embora o Programa seja construído a partir de uma normativa comum, as características dos agentes e as relações estabelecidas entre eles nos diferentes casos estudados influenciam de maneira significativa a obtenção de resultados muito distintos. A exemplo, no caso da modalidade Entidades... Quando se verifica uma desigualdade na “performance” dos diferentes territórios, refletindo, em parte, diferentes níveis de engajamento dos atores locais junto ao Programa. Essa especificidade pode ser resultado de uma maior agilidade alcançada em certos territórios ou, inversamente, de maiores obstáculos, o que significa que, para uma maior homogeneização do PMCMV em nível nacional (RUFINO, 2015, p. 58).

Rufino (2015) descreve de forma positiva sobre os movimentos sociais X programa habitacional MCMV no momento que diz que, Movimentos e organizações populares também aparecem como agentes do Programa, atuando na modalidade Entidades, na qual são os operadores principais, assinando os contratos com a

Caixa, mas também indicando a demanda de empreendimentos produzidos por construtoras, em parceria com as prefeituras.

O Programa MCMV foi concebido pelo Ministério da Casa Civil e da Fazenda, em consonância com o setor imobiliário e da construção civil, surgiu como Medida Provisória (MP 459) em março de 2009, vindo de encontro com os ideais do Ministério das Cidades que desde 2003, já se encontrava no processo, de construção política de habitação social.

Amore (2015, p. 15) aborda que:

Mesmo com as mudanças na condução política da pasta, ocorridas em 2005, a Secretaria Nacional de Habitação procurava manter essa construção: tentava implementar o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) – nascido do primeiro projeto de lei de iniciativa popular, apresentado ao Congresso Nacional em 1991 e aprovado em 2003 – e conduzia um processo participativo de elaboração de um Plano Nacional de Habitação (PlanHab), contando com o conjunto de segmentos que compõem o Conselho das Cidades, 3 Lei Federal n. 11.124/2005.

A proposta do Plano seria implementar as políticas habitacionais de cada município, de acordo com suas necessidades assim como promover ações que tornasse possível mantê-la com eficácia.

Seria do encargo do município, apresentar uma proposta fundiária adequada às exigências do programa com mote para moradia que contemplasse seus aspectos físicos e territoriais.

Segundo materiais coletado em entrevistas e documentos analisados, indicam que a construção habitacional do MVMVC em Pedra Branca se realizou com uma primeira proposta que diz ser destinadas a atender às famílias cadastradas nas secretarias municipais responsável pela habitação utilizando recursos provenientes do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) principalmente pela confirmação por parte de todos ao final da pesquisa, sendo assim, houve intermediação do governo municipal, através das Secretarias especializadas, não sendo a própria comunidade a ter tomado a iniciativa de buscar a política habitacional que culminou na construção das 40 casas, não podendo assim, receber os recursos do FDS não tendo autonomia para contratar a empresa que realizaria a construção de moradias ou seja, a associação de moradores através dos seus representantes legais se

viram de mãos atadas para resolver qualquer questão relacionada ao assunto em questão.

Nesse contexto, muitos são os desafios que a comunidade teme correr, e o principal deles segundo relato seria a fragmentação de uma comunidade que possui as suas características próprias, seus costumes e suas tradições, suas datas festivas onde comemoram não apenas os “dias santos”, mas também datas especiais para a população negra em ritmos de batuque, com apresentação de grupo de danças que usam indumentárias colorido, sendo as mulheres com saias rodadas estampadas e flor nos cabelos, já os homens trajando calça e camisa branca e chapéu na cabeça.

Constatei através da observação participante em diferentes momentos em que eu pude acompanhar as reuniões ou apresentações culturais tanto dentro quanto fora do quilombo e pelos contatos periódicos com as lideranças, que as configurações sociais, culturais e negra em curso na comunidade quilombola de Pedra Branca constituem-se como desafios analíticos e epistemológicos em aberto. Em um campo de disputas em que novas práticas socioculturais, identitárias e espaciais poderão surgir.

Para uma maior compreensão sobre a questão da qual direciono este estudo, marquei uma entrevista com João Bosco Dias, que na ocasião da construção do CHMCMV ele era o prefeito do município de Vargem Alta, e foi no governo dele que houve esse impacto dentro do quilombo de Pedra Branca.

Alguns fatos ocorriam sempre quando estávamos preparados para o início da entrevista dificultando a realização da mesma, sendo necessário dispor de vários momentos para a conclusão da nossa conversa.

No dia 23/11/2018, pela primeira vez nos reunimos para falar sobre o a Política habitacional da qual culminou a construção do condomínio em Pedra Branca e logo ao iniciarmos, foi necessário interromper pelo fato do ex prefeito ter se sentido mal com fortes dores no estômago. Em 02/01/2019 tínhamos agendado uma reunião para dar continuidade a nossa conversa, mas precisamos desmarcar porque o ex gestor teria que se apresentar em Vitória, capital, para uma reunião com segmentos do governo Estadual. No dia 16/01/2019, conseguimos concluir nossa entrevista por telefone.

Em entrevista, João Bosco me disse que a despesa do município com a obra realizada foi a compra do terreno, segundo ele não se lembrava o valor, mas sabia que “*não foi barato*”, disponibilizou máquinas para acertar o terreno com o serviço de terraplanagem e depois das casas prontas colocaria água e tratamento de esgoto atendendo todas as 40 residências, sendo que o local já era favorecido pela água e sobre a rede de tratamento de esgoto, ele optou pela mais moderna que o mercado poderia oferecer.

Segundo o ex prefeito, foi realizado uma reunião na comunidade com pauta voltada para a construção do conjunto habitacional, mas analisando os moldes da referida reunião percebi que não se tratava da consulta pública que deveria ser realizada antes de qualquer intervenção governamental ou não dentro do quilombo em respeito aos moradores que precisavam ser informados das vantagens e desvantagens daquela construção se a obra poderia trazer riscos ou não ao seu território.

O ex gestor contou que foi o Banco Luso localizado em São Paulo quem fez a captação do recurso “*foi um convenio direto do Ministério, governo Federal, Banco Luso e Governo do Estado* complementa relatando que a prefeitura conseguiu este recurso através de ação política”.

Segundo proposta de governo do então prefeito Bosco, seria os moradores receberem a chave das casas a custo zero, mas antes da entrega das residências seu mandato chegou ao fim e ele se afastou de algumas questões ligadas a gestão pública sendo as casas populares uma delas.

Em campo de pesquisa os moradores comentaram que a canalização de água e de rede elétrica para dentro de casa ficou por conta de cada morador fazer a instalação em sua casa, devido a entrega estar embargada pelo Ministério Público federal (MPF) e a prefeitura não poder dar continuidade a realização da obra enquanto não saísse a resolução que ainda se encontra em andamento.

Existem desafios que demandam as políticas sociais, “a democracia é uma das saídas e das possibilidades, mas é antes de tudo, uma construção que está em processo e que pode ser potencializada” (KILJANO, 2005; SOUZA, 2005).

Pensar esta precariedade estrutural sob a óptica da construção do habitat levanta questionamentos que dizem respeito às condições de vida da maior parcela da população, à saúde coletiva, à violação dos direitos mais essenciais à reprodução

humana digna e às relações metabólicas entre o espaço urbano socialmente produzido e o meio ambiente. Nesses questionamentos é central o acesso à moradia digna como um direito, uma vez que este se mostra fundamental para a realização plena dos demais direitos sociais (AMORE et al., 2014)

Apesar do volume de recursos destinado à provisão de habitação pelo PMCMV, a qualidade da moradia, a inserção urbana, os impactos territoriais e ambientais e a própria condição de vida dos moradores colocam em perspectiva a adequação da lógica mercantil como única forma de acesso à moradia digna. Cabe aqui a ressalva de Maricato (2011).

### **Delimitação do tema**

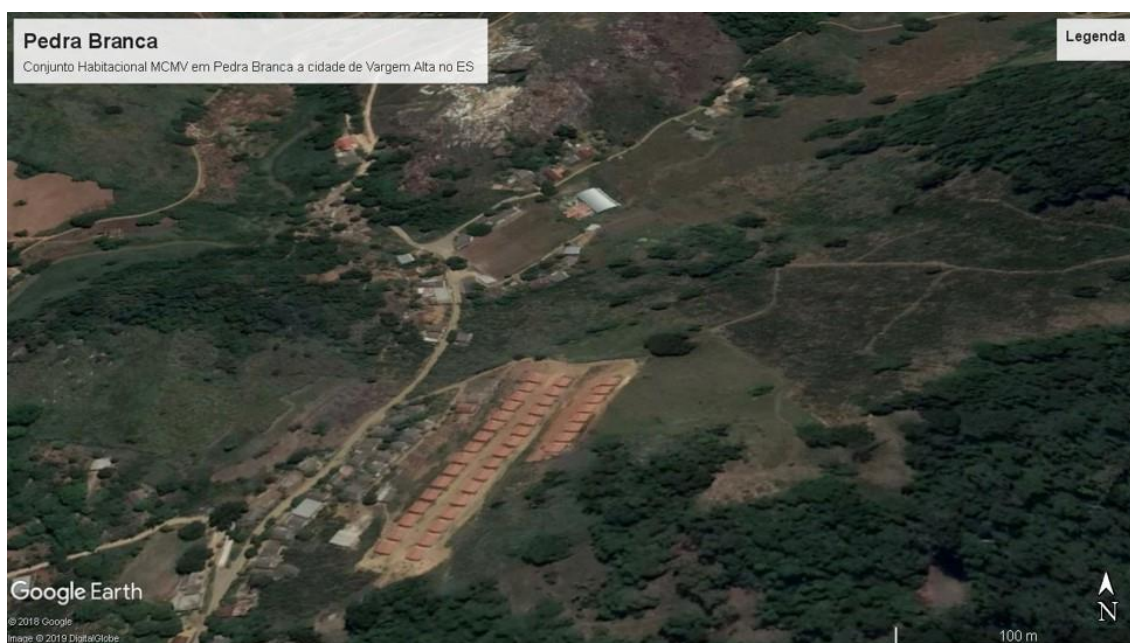
A escolha do objeto de pesquisa surgiu quando mantive contatos com algumas Comunidades Quilombolas e suas lideranças em 2007. Percebendo que dentro do município onde resido, existia uma comunidade com características peculiares as observadas por mim e que buscavam caminhos para o seu reconhecimento como quilombo, comecei a focar nesta comunidade e acompanhar toda a trajetória.

Inicialmente, procurei estudos sobre a cultura africana e afro-brasileira para entender melhor a vivência quilombola, o que me motivou foi a Lei Federal 10.639/03, que trata do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas redes de ensino públicas ou particulares, ressaltando que nesta ocasião eu trabalhava como coordenadora da Comissão de Estudos da Cultura Africana e Afro-brasileira do município de Vargem Alta (CEAFRO-VA).

Este meu acompanhamento as questões quilombolas de Pedra Branca me possibilitou relacionar com os moradores da Comunidade, participar das mobilizações promovidas por eles e em alguns casos contribuir para o resultado positivo do processo. No entremeio desta, pude também realizar os primeiros contatos e articulação com a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) foram vários momentos que vivenciamos dos quais apresentarei nessa pesquisa.

A comunidade que já era reconhecida, finalmente foi certificada pela Fundação Cultural Palmares (FCP) em 09 de dezembro de 2010, porém, ainda não é delimitada, mas se antes já fazia história dentro do município agora oficializa a participação ativa do negro em Vargem Alta, para conhecimento de todos, desmistificando que a cidade havia recebido apenas imigrações italiana, japonesa e libanesa, o que encobria a presença da população negra na região.

Além desse interesse, o que me motivou e conduziu a pesquisa foi o fato da Comunidade Quilombola de Pedra Branca, no ano de 2014, receber investimentos do poder público municipal que decidiu construir dentro do quilombo um conjunto habitacional do programa habitacional, Minha Casa Minha Vida (MCMV) (Figura 2). Este conjunto habitacional, a princípio, seria construído em outra comunidade, conforme apontam os estudos, que revelam também que essa construção não era da modalidade quilombola, o que provocou uma certa inquietação dos moradores, nativos nos quilombolas.



**Figura 2** - Localização do conjunto habitacional  
Fonte: Imagens do Google Earth, 2019.

Por este motivo, interessou-me refletir nos efeitos da construção de um programa habitacional e as novas reconfigurações da Comunidade Quilombola de Pedra Branca após o reassentamento de 20 famílias de outras localidades, perfazendo um total de 152 pessoas a mais do que habitariam no quilombo. A origem residencial daqueles que foram selecionados eram heterogêneos, em sua

maioria, pessoas desabrigadas, desempregados, em condições de pedintes e outros potenciais beneficiários, os quais foram estipulados pela Prefeitura Municipal de Vargem Alta.

Vale ressaltar que a construção do CHMCMV não foi uma escolha da comunidade, tampouco partiu da comunidade a solicitação de uma política que provocasse um retrocesso aos andamentos em busca de visibilidades, levando alguns quilombolas acreditarem que se tratava de interesse de uma minoria que tinham intenções de se livrarem dos “incômodos” no sentido de “limpar” a cidade ou mesmo podendo ser o racismo constitucional que agrava ainda mais esta questão.

Assim, procurei entender qual a realidade vivenciada pelos moradores após a construção do condomínio, como está à relação de convivência entre as pessoas que já moravam na Comunidade com os novos moradores que chegaram na comunidade para tomar posse de sua casa própria, se houve o ajustamento entre moradores e o espaço social em relação ao empoderamento dos bens de serviço públicos e se estes atendem aos moradores com eficiência.

Para isso, iniciei a pesquisa em maio de 2017, concluindo em outubro de 2018. Para a entrevista, selecionei 19 pessoas, sendo 02 deles pertencentes a duas famílias que haviam desistido das residências; 03 pessoas que residem no condomínio que já eram moradores da comunidade, 03 pessoas que foram contempladas com as casas e que vieram de outras comunidades, 06 lideranças da comunidade; 05 agentes que não moram em Pedra Branca, mas estão ligados diretamente a comunidade e ao conjunto habitacional.

A intenção do movimento quilombola se baseia na busca por políticas públicas que lhes ofereçam melhores condições de vida e por que não dizer de sobrevivência e recorrem aos agentes externos para conseguirem que estas políticas cheguem mais rápido no quilombo. Todavia, o poder público, com esta iniciativa, poderá descaracterizar o quilombo, uma vez que os novos moradores apesar de terem vários projetos de vida não teriam como objetivo principal lutar pela causa quilombola, pois não se identificam como tal.

Observei que após a construção e a fixação dos novos residentes na área, as sociabilidades já construídas na Comunidade Quilombola de Pedra Branca emergem com uma nova nuance, sendo redefinida e permeada por uma variável histórica vivenciada no presente. A proposta da pesquisa é conseguir colocar em diálogo com



os diversos estudos referentes às temáticas e entender as especificidades de habitar um quilombo, quanto o conhecimento das formas de viver uma nova moradia organizada por uma política pública.

Em síntese, essa investigação surgiu também da necessidade de compreender os impactos das políticas públicas propostas aos moradores da Comunidade Quilombola de Pedra Branca e as reconfigurações das formas de organização pelo programa MCMV que por sua vez adquiriu diferentes formatos devido ao aumento da população, passando as escolas receberem maior número de alunos, os postos de saúde terem que remarcar pacientes para outro dia devido a demanda e o não acréscimo de pessoas nas articulações para os assuntos que diz respeito a comunidade.

A pergunta que estrutura a pesquisa é: Como o Programa MCMV afeta as formas de habitar específicas da comunidade quilombola Pedra Branca, considerando as experiências, perspectivas e formas de viver e conviver anteriores à mudança de moradia?

Com isso, busco entender as relações que se estabelecem entre os atores sociais pertencentes à Comunidade Quilombola de Pedra Branca e a trajetória destes novos moradores que não possuem os ideais quilombola, por serem provenientes de outras localidades do município. Como expressa Gohn (2002, p. 7), a dimensão e o significado desta mudança são enormes, pois não se trata apenas de 'introduzir o povo' em práticas de gestão pública, como preconizava as propostas da democracia com participação comunitária nos anos 80, quando a ideia da participação vinculava-se à apropriação simples de espaços físicos.

Trata-se agora de mudar a ótica do olhar, do pensar e do fazer; alterar os valores e os referenciais que balizam o planejamento e o exercício das práticas democráticas nestes lugares. Portanto, terra e quilombo são troncos entrelaçados de uma mesma árvore cujas raízes encontram-se no âmago da contraditória e complexa formação histórica e social do Brasil. A concentração fundiária alimenta todas as barreiras levantadas contra a promoção da cidadania para as comunidades quilombolas (PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLA, 2007, p. 07).

As políticas públicas voltadas para as comunidades, como as atualmente existentes no Programa Brasil Quilombola, do Governo Federal, são fundamentais para reverter a situação de vulnerabilidade dessas comunidades historicamente

invisíveis e excluídas do acesso a seus direitos (PROGRAMA BRASIL QUILOBOLA, 2007, p. 09). Por este motivo, interessou-me aprofundar sobre os processos de participação social através da mobilização social e política, uma vez que o poder público não atende toda a população brasileira em sua especificidade podendo ser por não ter conhecimento específico sobre determinados grupos ou por falta de iniciativa profícua a sua gestão pública.

Sendo a cultura um dos elementos fundamentais para esta análise, por ser compostas de significados, constrói caminhos possíveis para que determinados grupos sociais dialoguem com os demais sobre suas práticas de vida, possibilitando uma interação e compreensão entre si a partir de uma teia de significados criados pelo próprio homem. Em meio a um contexto de particularidades histórico-culturais, permeados por um imaginário social que remete aos tempos da escravidão com histórias de resistência e luta. A cultura pode se tornar um elo que mantém a união do grupo, é um ponto de partida que permite a sua continuidade ou transformações no tempo pois é dinâmica e por ser viva, possibilita uma abordagem dos valores e do modo peculiar de vida da comunidade étnica.

Nesse sentido, a perspectiva antropológica não somente ajuda compreender que a cultura, seja na educação ou nas ciências sociais, mais do que um conceito acadêmico, homens e mulheres, por meio da cultura, estipulam regras, convencionam valores e significações que possibilitam a comunicação dos indivíduos e dos grupos.

Todo povo tem a sua cultura, independente de condições sociais e desenvolvimento tecnológico que estes possam utilizar para expressar seus costumes e tradições. São regras pelo qual o homem se adapta às condições de existência, transformando a realidade. É um processo em permanente evolução, diverso e rico, podendo ser alterado de acordo com o tempo. É o conjunto de fatores que envolvem a parte material e ideológica que caracteriza um grupo étnico ou uma nação (língua, costumes, rituais, culinária, vestuário, religião etc.). Através da cultura pode-se conhecer a especificidade de cada um, no momento em que se compreendem os diversos valores éticos e morais que guiam nosso comportamento social.

Menezes (2009, p. 33) ressalta que

os valores culturais reúnem um conjunto de componentes ou referências tendo como principais os valores cognitivos, formais, afetivos, pragmáticos e éticos. Preliminarmente, porém, vale acentuar que tais componentes não existem isolados, agrupam-se de forma variada, produzindo combinações, recombinações, superposições, hierarquias diversas, transformações e conflitos no espaço territorial.

Assim como a cultura, a memória é importante, pois: “a memória e a identidade estão essencialmente ligadas mantendo viva a cultura e a consciência coletiva e o Patrimônio da coletividade que identifica o sujeito no tempo e espaço” conforme destaca Haigert apud Rouston (2005, p. 102). Observei que a população da CQPB quando reúne o grupo, revivem as várias memórias recontadas por nossos ancestrais, assim relatou dona Menina em uma roda de conversa, na qual participavam apenas os “mais velhos” da comunidade, nos fazendo compreender a cultura como manifestação de um povo.

Dona Menina<sup>1</sup>, 93 anos, é uma das moradoras mais antigas da Comunidade Quilombola Pedra Branca (CQPB) e está sempre envolvida nas lutas em favor do reconhecimento da localidade. Em um relato, expôs a sua história de vida, ao final, e se levantou, buscou a certidão de nascimento como modo de comprovar a idade. Respirou fundo, com um ar de felicidade e suspirando, disse “não vejo a hora de brincar no terreiro como meus pais e cantar” e cantou um ponto de caxambu: “Plantei capim, oh gente, nasceu guiné... Plantei capim, oh gente, nasceu guiné... catacumba pegou fogo, defunto deu no pé!” (OLIVEIRA, 2017, p. 179).

A cultura possui múltiplos significados para cada grupo, sua construção pode ter seu significado esquecido ou não, dependendo da maneira que os saberes populares estiverem sido trabalhados, resgatado ou preservados na memória e na vida prática do indivíduo. Podemos pensar a cultura de um povo, como se fosse um fio, que vem de longas datas e vem trazendo marcas do passado, e que continuam através das tradições que são mantidas por cada grupo social, como o observado no caso de dona Menina.

Portanto, a cultura tem um papel fundamental e organizacional da sociedade, cada grupo social esforça-se para mantê-la e, principalmente manifestá-la, pois a expressão cultural é garantida por lei. Sendo assim, essa pesquisa pretende

---

<sup>1</sup> No sentido de preservar o anonimato dos entrevistados, procurei não identificar os nomes dos moradores do conjunto, para isso, usei nomes fictícios para cada pessoa que mencionei nesta pesquisa.

contribuir para o acerto de possíveis distorções provocadas por fatos históricos vivenciadas no presente que abala a concepção de cidadania, sendo esta distorção provocada pelos órgãos governamentais ou não.

Neste sentido, Dagnino afirma:

não há uma essência única imanente ao conceito de cidadania, seu conteúdo e seu significado não são universais, não estão definidos e delimitados previamente, mas respondem à dinâmica dos conflitos reais, tais como vividos pela sociedade num determinado momento histórico (1994, p. 107).

Procurei elucidar os requisitos empregados pelo programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) na contemplação dos proprietários das casas do condomínio residencial construído na Comunidade Quilombola de Pedra Branca, averiguando se a condição destes contemplados correspondem com os padrões socioeconômicos que o amparem a ter direitos sobre a nova moradia. Por fim, observar se estes novos moradores comungam da mesma vivência dos moradores locais ou pelo menos de forma semelhante garantindo um ambiente harmonioso dentro daquele espaço territorial que em função a construção está inserindo na comunidade, famílias de baixo poder de dinheiro e alguns casos pessoas em situação de rua.

De modo geral, essas identidades do povo brasileiro e de suas realidades devem ser estudadas, pois a sociedade brasileira é formada por pessoas iguais entre si, à medida que pertencem à espécie humana e, ao mesmo tempo, diferentes, considerando que são muitos os povos e suas culturas distintas, sendo importante também considerar as questões socioculturais e econômicas. A diferença não significa a desigualdade social, mas o direito de ser, o direito a viver uma identidade étnica própria e diferente das demais. As pessoas que integram a sociedade brasileira apresentam diferentes aspectos, como: em relação a especificidades de gênero, raça/etnia, religião, orientação sexual, valores e outras diferenças definidas a partir de suas histórias pessoais.

## **Cotidiano vivenciado e experienciado no campo de pesquisa**

Utilizando metodologicamente de técnicas etnográficas, pesquisas bibliográficas e análise documental para alcançar um resultado mais preciso em relação ao objeto de estudo e aos objetivos propostos sendo que nos primeiros contatos com o campo foi percebido que àquele segmento populacional, aspiravam por aquisição de sua moradia própria mesmo que para isso tivessem que desenvolver uma nova forma de sociabilidades que os possibilitasse exercitar o direito fundamental à moradia proposto pelo poder público.

Segundo relato dos moradores da localidade, O programa habitacional MCMV edificado em Pedra Branca provocou insatisfações por parte dos moradores já residente no quilombo em relação a perspectivas de vida agora que os setores da comunidade não comportam o aumento da população e a pergunta que se faz é a vinda desses moradores de fora vir fixar residência em campo quilombola acrescentaria para o grupo ou dividiria interesses sociais? A inquietação por parte dos moradores da comunidade permanece e a perspectiva de viver feliz na nova habitação faz parte da esperança de vida de todos que habitam o condomínio, sendo já os de Pedra Branca ou não os moradores procuram o jeito mais adequado de se relacionarem entre si mantendo o clima mais harmonioso possível.

Como observação participante, entrevistas abertas e histórias de vida, foi possível me aproximar do meu campo de pesquisa extraindo dele materiais que reúno de maneira satisfatória para construção deste estudo científico, levando em conta a minha afinidade com algumas pessoas que residem tanto no quilombo quanto no Conjunto habitacional presumo que favoreceram o meu acesso ao condomínio sendo assim, podendo me aproximar dos moradores que eu ainda não conhecia, pois eram originados de outros locais e a junção destes pontos que considero importante foi de grande valia para o resultado desta pesquisa que traz em seu escopo entendimentos sobre as políticas públicas aplicada na comunidade quilombola de Pedra Branca que foi implementada para diminuir o déficit habitacional do local e no entanto de acordo com depoimentos de entrevistados e moradores locais, provocou graves transtornos na comunidade, sendo o maior deles, desprezo pela certificação da comunidade como quilombola não

considerando a comunidade merecedora de no mínimo, uma política que contemplasse seu povo.

A aproximação que se consolidou entre os entrevistados e a entrevistadora, garantiu a realização de um trabalho de cunho científico com resultados favoráveis, pois foram várias visitas às residências com objetivo de observar o cotidiano dos residentes, com diálogos profícuo que pudessem acrescentar ao tema investigado e histórias de vidas relatadas que darão margem para outras histórias que foram construídas ao longo do período onde pude vivenciar no meu campo de pesquisa.

As entrevistas abertas e semiestruturadas abarcaram uma série de indagações para eu pudesse conhecer melhor os moradores ou estes se apresentassem com maior transparência, possibilitando uma análise mais profunda sobre sua história de vida e seus anseios, saber sobre sua prática de vida anterior ao habitar quilombola e após quando já se encontram em condições de morador da CQPB.

Considerando importante investigar a trajetória de vida desses moradores que ocupam as casas populares do MCMV sendo eles quilombolas que foram contemplados com a moradia ou moradores provenientes de outros locais do município, que também foram beneficiados com o projeto e a sua atual condição de vida e a forma que acessam os serviços públicos que lhes são de direito, sendo assim, procurei reuni maior número de elementos que sustentassem também este trabalho de pesquisa, considerando importante me aproximar das residências daqueles que não eram alvos de entrevistas diretas, mas que se tornaram fundamentais para fornecer materiais complementares ao investigado assim como comprovar algumas informações mencionadas no campo.

Dentre os questionamentos contidos nas entrevistas, englobei perguntas que pudesse me auxiliar na identificação e qualificação dos pesquisados, das quais, eles responderam sobre o nome, idade, sexo, estado civil, formação escolar, profissão, se tem filhos, renda mensal, aquisição de bens materiais, quantidade de cômodos que sua casa é composta, condições de moradia antes do habitar no conjunto habitacional, metragem da área coberta de sua residência assim como a área descoberta caso tenha, Qual o endereço da sua casa para receber postagens ou mercadorias, como chegam os serviços de água, energia elétrica, telefone, TV a cabo, internet, gás, telefone e sobre a qualidade que estes serviços chegam até o

local ou não além de questionar sobre possíveis outros serviços que possam chegar até aos moradores do condomínio, nível de satisfação por ter sido contemplado com a casa popular.

Para os moradores que chegaram de outros locais, considerei importante conhecer sobre sua trajetória de vida até chegar a Pedra Branca, por se tratar de residentes do condomínio que é o meu campo de pesquisa, para estes moradores recém chegados, que responderam uma série de perguntas tal qual aos que já habitavam na comunidade, puderam delinear a sua história de vida, neste sentido, eles relataram sobre o conhecimento ou não que tinham em relação a CQPB, o tempo que mora na comunidade, em quais os lugares ou municípios havia residido antes de vir para Pedra Branca, se já haviam possuído a sua casa própria antes, quais motivos o impulsionou a vir morar no quilombo, se o motivo que o levou a buscar residência no quilombo teria sido por um atrativo especial, como que estava sendo a vivência estabelecida com a vizinhança do conjunto habitacional, com era a convivência com os moradores de Pedra Branca que não habitava o condomínio, Se havia conseguido se instalar adequadamente nas residências, se as residências havia atendido as expectativas do habitar dos seus sonhos, quais atividades desenvolviam para manter o seu sustento, se havia demanda de emprego dentro do quilombo que pudesse abarcá-los, nível de satisfação com a casa popular do condomínio.

Em meio a esta arena de construção de novas sociabilidades foi importante constatar se os novos moradores percebem diferenças entre morar no condomínio e morar em sua antiga residência devido a localização do território, a escassez de oferta de emprego ao entorno, e dificuldades em acessar a cidade e os serviços que ela pode oferecer, devido a distância onde o condomínio está localizado, considerando que a maioria dos moradores pertencem a classe social desprivilegiada, não tendo condição de possuir o transporte particular tampouco condições de pagar o preço cobrado nos transportes públicos, dificultando acessar os bens que a cidade pode oferecer.

## Metodologia da pesquisa

Para responder à questão da pesquisa e o objetivo proposto, utilizei de técnicas etnográficas como observação participante, entrevistas semiestruturadas e histórias de vida. Metodologicamente, utilizando técnicas etnográficas como observação participante, entrevistas abertas e histórias de vida, foi possível perceber, inicialmente, algumas peculiaridades da comunidade e a questão do não reconhecimento da diversidade cultural quilombola e suas nuances.

Com pretensão de “entrar na singularidade da história de uma vida e tentar compreender ao mesmo tempo na sua unicidade e generalidade os dramas de uma existência” (BOURDIEU, 1997, p. 701) e como eu já estava envolvida na comunidade desde 2007, participando dos eventos culturais e das diversas mobilizações da comunidade, deparei-me com um ambiente favorável para desenvolver minha pesquisa. Apoiando-me nas entrevistas semiestruturadas com moradores do MCMV e com outros moradores da comunidade não residentes no MCMV, busquei conhecer a trajetória de vida e residencial dos moradores, assim como sua rotina no conjunto habitacional, acessibilidade aos serviços públicos oferecidos, tratados de forma qualitativa em estudos bibliográficos e na pesquisa investigativa a partir de um olhar etnográfico.

Participei de algumas reuniões na comunidade ministradas por Arilson Ventura, Coordenador da CONAQ, sendo que a primeira ocorreu em 29/03/10 e a última no dia 18/10/10, sempre em horários noturno iniciando as 19h00 ou podendo correr aos sábados pela manhã de acordo com o que ficava agendado em reuniões anteriores, observei que as referidas reuniões eram organizadas por faixa etária e para cada grupo reunido havia uma seleção de perguntas. Isso deixava meus interlocutores descontraídos e, por isso, revelava particularidades vivenciadas entre amigos e familiares, sendo que as questões mais frisadas eram sobre a realidade vivenciada, o acesso aos meios onde gostariam de frequentar, as condições de acesso e permanência nestes lugares, como era a vivência deles nestes locais e perspectivas de vida, todos foram ouvidos, os mais velhos, os adultos e os mais jovens. O período a realização da minha pesquisa de mestrado proporcionou uma aproximação tanto do território quilombola quanto dos moradores deste território que foram receptivos, colaborando em minhas solicitações fortalecendo um laço de



convivência e confiabilidade que certamente permanecerá ao logo dessa nossa trajetória de vida. E isso possibilitou adentrar no campo de pesquisa em um ambiente propício para realização do meu estudo que dará corpo a minha dissertação de Mestrado.

Eu considerei a afinidade com algumas pessoas que residem no meu campo de pesquisa, elemento importante que facilitou o meu acesso ao condomínio. Sendo assim, pude me aproximar dos moradores que ainda não conhecia, pois eram originados de outros locais. Procurei entender como o poder público ao pensar em uma política voltada para diminuir o déficit habitacional de uma localidade, provocou um desalinhamento, não somente por não ofertar moradia para todos que precisavam, mas promovendo o aumento populacional de uma comunidade sem estrutura para assegurar aos novos moradores melhores condições de vida.

Iniciando o trabalho movida pelo comprometimento, responsabilidade e honestidade, que considero qualidades primordiais em toda etapa da pesquisa, garantindo progressos, possibilitando reunir o máximo de informações possíveis em diferentes fontes, permitindo levar para o corpo da pesquisa a veracidade. No caso desta, coletei primeiramente informações com os moradores do condomínio que já residiam na comunidade e posteriormente com os moradores recém-chegados impostos pelo programa habitacional.

Em alguns momentos, lancei mão de vários artifícios legais para atingir os objetivos, é imperioso, principalmente usar da criatividade, criando condições de acesso ao interlocutor por meio de uma linguagem adequada e de fácil entendimento, a fim de que todos possam compreender a questão em pauta.

Selecionar o entrevistado se tornou importante após me certificar se ele estava envolvido com o campo, se vivenciou a realidade em foco e se a sua participação vai contribuir na construção deste material social. Outro aspecto importante foi à promoção de aproximação com o entrevistado, pautada na relação de colaboração, fidelidade e confiança, a iniciar pelo respeito aos agentes sociais e suas especificidades, conforme o meu objeto de pesquisa, na qual os interlocutores reúnem um conjunto de expressões que os caracterizam tal como a própria língua, o comportamento, as práticas sociais, as memórias coletivas, os ritos, dentre outros fatores próprios da tradição de determinados povos.

Neste caso, as relações que foram sendo construídas com o grupo foram relevantes, pois possibilitaram discussões não só sobre o objeto de estudo em si, mas sobre as raízes históricas que permeiam aquela realidade. Por fim, também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com agentes externos tais como, atores que contribuíram na organização social da CQPB e os que estiveram presentes nos momentos cruciais em busca de políticas públicas que dessem visibilidades a Comunidade Quilombola de Pedra Branca.

## **Os capítulos**

Para explanar sobre a questão das sociabilidades construídas e vivenciadas na Comunidade Quilombola de Pedra Branca (CQPB) após a construção do conjunto habitacional no quadro do MCMV, organizei a dissertação em três capítulos.

No primeiro capítulo, que se intitula “Território quilombola e suas memórias: quem somos nós em terra de brasilis”, analiso o conceito de quilombo que, a princípio, seria de um espaço distante e de difícil acesso para que os negros não fossem encontrados facilmente pelo capitão do mato<sup>2</sup>. Após uma longa e árdua trajetória, este conceito foi ressignificado para comunidade quilombola, no final da década de 1980, em que foi ampliado para se referir às áreas territoriais onde passaram a viver os africanos e seus descendentes no período pós abolição. Em outras palavras, o capítulo visa abordar sobre a história de luta e resistência do negro no Brasil e a organização quilombola na atualidade.

No segundo capítulo, “Novos desafios para ser e pertencer – Uma trajetória de um povo” ficará reservado, através da pesquisa de campo com os moradores do conjunto habitacional minha casa minha vida localizado na comunidade quilombola de Pedra Branca – ES), para debatermos sobre questões relacionadas a legislação que garante aos quilombolas o direito de propriedade da terra coletiva. Em seguida, será explicado sobre a construção de 40 casas populares do programa habitacional

---

<sup>2</sup> Eram contratados para caçar os negros “fujões” a troco de recompensa oferecido pelos “senhores”, que consideravam os escravizados como sua propriedade sendo que a função deste, o capitão do mato, fazia parte da estrutura da sociedade escravocrata vigente.

MCMV construído no quilombo e seus efeitos sobre a vivência e a reconfiguração das sociabilidades da área.

Por fim, no terceiro capítulo, “Território quilombola e mobilização comunitária: Direito de cultivar suas raízes” analiso o relato da mobilização dos quilombolas de Pedra Branca em busca do reconhecimento; da certificação e outras movimentações do grupo e Associação de moradores. No entremeio destas, descrevo as novas conquistas para entender quais as perspectivas dos moradores enquanto integrantes de grupo quilombola e descreverei sobre as manifestações culturais e sua organização social que agora precisam se articular com mais veemência para combater o desgoverno atual que procura desmontar qualquer política públicas que possa favorecer a população negra.

## 1 TERRITÓRIO QUILOMBOLA E SUAS MEMÓRIAS: QUEM SOMOS NÓS EM TERRA DE *BRASILIS*

Para iniciar esta reflexão, é imperioso destacar a visão de Gomes (2015, p. 107) quando afirma que:

Hoje, espalhadas por todo o Brasil, vemos surgir comunidades negras rurais (algumas já em áreas urbanas e suburbanas de grandes cidades) e remanescentes de quilombos. Elas são a continuidade de um processo mais longo da história da escravidão e das primeiras décadas da pós-emancipação, época em que inúmeras comunidades de fugitivos da escravidão (e também índios e desertores militares), e depois aquelas com a migração dos libertos, se formaram. Não se trata de um passado imóvel, como aquilo que sobrou (posto nunca transformado) de um passado remoto. As comunidades de fugitivos da escravidão produziram histórias complexas de ocupação agrária, criação de territórios, cultura material e imaterial próprias baseadas no parentesco e no uso e manejo coletivo da terra. O desenvolvimento das comunidades negras contemporâneas é bastante complexo, com seus processos de identidade e luta por cidadania.

Neste mesmo sentido, Munanga e Gomes (2006, p. 107), relata que “a história da escravidão foi marcada por luta e organizações que demonstrava ato de coragem”. A resistência negra era expressa em diferentes formatos. Os negros africanos, revoltados por se encontrarem em condições de cativos, se fortaleciam e se rebelavam através das organizações religiosas, o jogo da capoeira, a destruição nas lavouras das casas grandes, fugas em massa para os quilombos, que no período do Brasil escravocrata era conhecido como lugar de refúgio para os negros fujões.

Por estas exposições acima, podemos considerar que a população negra nunca aceitou passivamente a situação de cativo, assim, Munanga e Gomes continuam afirmando que

Na luta pela construção da cidadania muito sangue foi derramado, e na abordagem, a histórias de resistência e luta tem o destaque para a Revolta da Chibata, movimento liderado por um negro, que se opôs ao modo como eram tratados os marujos da marinha brasileira, no início do século XX; a Frente Negra Brasileira, uma forma de organização política que surge a partir da ação de militantes negros paulistas pós-abolição, com intenções de se tornar uma articulação nacional; o Teatro Experimental do Negro - TEN - cujo projeto pedagógico destacava a educação como forma de garantir a cidadania para o povo negro e que tinha a arte e o teatro como instrumentos de expressão cultural e política; o Movimento das Mulheres Negras que destaca a articulação entre raça e gênero dentro das relações

étnicos/raciais na sociedade brasileira de um modo geral e dentro dos movimentos sociais em específico (2006, p. 108).

Considerando que durante toda a sua trajetória em terra de Brasilis, e até mesmo na atualidade, a população negra vem enfrentando consideráveis desafios para resistirem aos diferentes e inúmeros ataques contra sua existência, mesmo que para isso, tivessem que criar estratégias de combate conforme afirma Nascimento quando diz que

As formas de resistência que o negro manteve ou incorporou na luta árdua pela manutenção da sua identidade pessoal e histórica. No Brasil, poderemos citar uma lista destes movimentos que no âmbito social e político é o objetivo do nosso estudo. Trata-se do Quilombo (Kilombo), que representou na história do nosso povo um marco na sua capacidade de resistência e organização. Todas estas formas de resistência podem ser compreendidas como a história do negro no Brasil (NASCIMENTO, 1985, p. 41).

Pelo visto, desconsideraram a capacidade que a população negra teria em se organizar, articular e resistir aos desmandos provocados pelo branco colonialista, sendo assim, o ex escravizados quando unidos, se fortaleceram, conforme aponta (FOUCAULT, 2006) quando diz que todo poder entendido como estratégia e relação de força, é um poder que produz sujeitos, vale destacar que nas organizações negras, haviam regras internas a serem respeitadas, para uma melhor aplicabilidade da política interna das referidas organizações que procuravam manter uma vida pautada na valorização dos laços de solidariedade e em alguns caso, o uso coletivo da terra, formando, desse modo, as bases de uma sociedade fraterna e livre, podendo ali colocar em prática seus ritos tradicionais que fortaleciam o grupo e, se tivessem muita sorte, poderiam conviver com membros de sua família consanguínea, dos quais foram separados no momento que foram capturados no continente africano para serem vendidos como mercadoria lucrativa.

Estes mesmos sujeitos através de seus descendente que buscavam e ainda buscam por justiça social, transformam a denominação comunidade quilombola, que passou a ser veiculada no Brasil principalmente no final da década de 1980, tendo seu conceito ampliado para se referir às áreas territoriais onde passaram a viver os africanos no período de transição que culminou com a abolição do regime de trabalho escravo em 1888.

Em conformidade com Leite (2000) o termo quilombo se evidencia nos debates por reivindicação das mobilizações sociais referentes a uma grande dívida que a sociedade brasileira tem para com os africanos e seus descendentes por conta da escravidão e não especificamente pela questão de propriedade fundiária.

Os “remanescentes das comunidades de quilombos”, que emerge com a constituição de 1988 é tributário não somente dos pleitos por títulos fundiários, mas de uma discussão mais ampla que foi travada nos movimentos negros e entre parlamentares envolvidos com a luta anti-racista (LEITE, 2000, p. 339).

O primeiro conceito de quilombo seria de um espaço distante e de difícil acesso exatamente para que os negros não fossem encontrados facilmente pelo capitão do mato, que, sem piedade, os caçariam a troco de recompensas oferecido pelos “senhores”, que consideravam os escravizados como sua propriedade e os queriam de volta vivos ou mortos (REIS, 1996, p. 17).

Anos se passaram e o negro ainda continua na luta pelo seu espaço de direito e, sobretudo, para poder usufruir deste espaço não só com valorização à identidade afro-brasileira, mas que todos os povos tenham a mesma igualdade de oportunidade.

Não é nada fácil vencer a ideologia do colonialismo do poder que sempre procurou enfraquecer o negro pela força e pela mente, pois, após sequestrá-lo em sua terra mãe, os cativos eram proibidos de falar sua língua, cultuar sua fé. Eram separados dos seus familiares e entregues à exclusão social. Ramos (1957) argumenta que para garantir a espoliação, a minoria dominante de origem europeia recorria não somente à força, à violência, mas a um sistema de pseudojustificações de estereótipos ou a processos de domesticação psicológica. A afirmação dogmática da excelência da brancura ou a degradação estética da cor negra era um dos suportes psicológicos da espoliação (RAMOS, 1957, p. 175).

De acordo com Décio Freitas (1982, p. 43)

Em consequência de todo esse histórico, o negro adotou a língua portuguesa, a religião cristã, os costumes nacionais e se destribalizou por completo. Na época da escravidão o negro era distinguido de três formas: boçal ou novo, referindo-se ao negro recém-chegado, ainda sem conhecimentos da cultura brasileira; ladino, negro de origem africana, mas familiarizados com os costumes brasileiros e o crioulo, nascido e criado no Brasil. O Estado também recrutou negros para formações militares

subalternas. Nada mais errôneo, que imaginar a massa de escravos negros como unidades étnicas ou linguísticas. Os capitães dos navios recusavam embarcar escravos pertencentes ao mesmo povo ou que falassem a mesma língua porquanto o perigo de motins a bordo – frequentes e terríveis – aumentava quando os negros se achavam vinculados pela raça ou pela língua. A diversidade de origens dos negros era um penhor de segurança, tanto para os traficantes como para os colonos. Em qualquer sentido, um Ashanti do rio Volta e um Ovimbundu de Angola teriam extrema dificuldade em entender-se, sendo tão diferentes entre si quanto um italiano de um alemão. Mais que a língua, a religião era um fator de discórdia entre os escravos. As autoridades coloniais portuguesas usavam astutamente as religiões africanas para espicaçar essa discórdia.

Posteriormente em seus estudos, Reis argumenta que a sociedade escravista propunha para a população negra que “*O escravo deve ter domingo e dia santo, ouvir missa, se a houver na fazenda, saber a doutrina cristã, confessar-se anualmente: é isto um freio que os sujeita muito, principalmente se o confessor sabe cumprir o seu dever, e os exorta para terem moralidade, bons costumes, amor ao trabalho e obediência cega a seus senhores e a quem os governa*” (REIS e SILVA, 2009, p. 28). Isso para garantir o controle sobre a população escravizada.

São estes fatos históricos, que atingiram certos grupos humanos e que respingam em seus descendentes como forma de estigma, desprestigiando a colaboração efetiva de parte da população que foi classificada por suas características não só física, mas territoriais e ideológicas, deixando traumas até mesmo para os pertencentes ao grupo. Nesta linha de abordagem, Andreas Huyssen no livro *Seduzidos pela memória*, ressalta sobre os traumas da memória quando diz que “um dos fenômenos culturais e políticos mais surpreendentes é a emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais porque podemos vislumbrar o antes e novas construções para o futuro” (2014, p. 14) Segundo o autor, o trauma “são memórias catastróficas de horror vivido pela humanidade” (2014, p. 14) e segue dizendo que “As culturas de memórias estão ligadas intimamente a processos de democratização e lutas por direitos humanos e a expansão e fortalecimento das esferas públicas da sociedade civil (2004, p. 34.)

Munanga complementa dizendo que “*Em qualquer processo de construção identitária onde a memória coletiva é uma das fontes e matéria prima, os conflitos e suas consequências fazem parte. Jamais serão esquecidos o genocídio dos povos indígenas, as violências coloniais e o holocausto*” (2013, p. 223)

O Estado legitimador das desigualdades sociais, aliado à elite dominante incutiu ideologicamente na população o desejo pelo consumo de bens materiais, o que dava a sensação de se estar em uma sociedade moderna, mas que nem toda a população podia participar. Copiando modelos, o Brasil não considerou as lutas sociais, as contradições, as diferenças e as desigualdades; não levou em conta as variáveis culturais nos distintos processos de emergência, desenvolvimento e transformações do Estado de Bem-Estar, como por exemplo, as estruturas de valores, visões de mundo, regras e princípios religiosos, concepções predominantes sobre a família e o papel da mulher, que são todas dimensões fundamentais do Estado de Bem-Estar, subestimadas como o foram em várias matrizes analíticas (DRAIBE; RIESCO, 2011, p. 230).

Por esta apreciação, podemos considerar que os moradores da CQPB estão atravessando um período de transição, ou seja, superar determinados traumas do passado, e se reorganizarem no presente para evitar transtornos que possam provocar desalinhamento no futuro e seguem na certeza de que será e pertencer é uma questão de identidade, e esta bandeira, cada morador da localidade carrega consigo, haja vista nos resultados de entrevistas realizada no campo de pesquisa, nos contatos através de visitas em algumas residências e análise de documentos preenchidos no ato da solicitação do reconhecimento da comunidade junto a FCP, que constata o sentimento de pertencimento.

Segundo Hall (2005), Woodward (2000) e Silva (2000), a identidade cultural não é auto referencial como se pensava. Ela é, pelo contrário, relacional. Nasce e se desenvolve na relação que temos um com o outro.

A determinante do grupo, cito sobre os moradores da comunidade aqui mencionada, se defini por si só uma vez que os laços estejam atrelados e que todos tenham o mesmo objetivos, assim foi revelado através das pesquisas, segundo os entrevistados, as buscas que são realizadas por eles, tem como objetivo principal gerar benefício social não para o individual, mas para o coletivo, assim esboça a liderança da comunidade através da Marinalda, Presidente da Associação de Moradores em entrevista realizada no dia 20/11/2018.



## 1.1 Vozes do Quilombo: histórico do Povo Negro no Brasil

Estudos revelam que a história da população negra no Brasil vem de longas datas e se agravou ainda mais no período pós abolição, em que o negro foi colocado as margens da sociedade, tendo eles, os negros libertos, buscarem por si só, condições de sobrevivência atuando no subemprego para seu sustento, estabelecendo moradias em locais precários, tendo dificuldades de acessar a cidade e os serviços básicos, além de serem expulsos literalmente do convívio social e obrigados a viverem na margem.

Gilberto Maringoni em seu trabalho “O destino dos negros após a Abolição” faz uma abordagem sobre a situação do negro no período pós abolição, segundo ele,

A campanha abolicionista, em fins do século XIX, mobilizou vastos setores da sociedade brasileira. No entanto, passado o 13 de maio de 1888, os negros foram abandonados à própria sorte, sem a realização de reformas que os integrassem socialmente. Por trás disso, havia um projeto de modernização conservadora que não tocou no regime do latifúndio e exacerbou o racismo como forma de discriminação (MARINGONI, 2011, p.1)

Segundo Maringoni (2011, p. 1) *“não houve uma orientação destinada a integrar os negros às novas regras de uma sociedade baseada no trabalho assalariado. Esta é uma história de tragédias, descaso, preconceitos, injustiças e dor. Uma chaga que o Brasil carrega até os dias de hoje”*. Ele afirma que “Uma das percepções mais agudas sobre a questão foi feita em 1964 pelo sociólogo Florestan Fernandes (1920-1995).

Em um livro clássico, chamado *A integração do negro na sociedade de classes*, ele foi ao cerne do problema:

A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou qualquer outra instituição assumisse encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. (...) Essas facetas da situação (...) imprimiram à Abolição o caráter de uma espoliação extrema e cruel (FERNANDES, 1964, p. 222).

Paralelo a todo este engendramento por parte da elite dominante, surge um ideal ainda mais perverso, na verdade, esta trama passa a vigorar por todo território brasileiro habitado, trata-se da tese eugenista que defendia os padrões genéticos europeus como superiores a todas as outras “raças” humanas.

Ao enaltecer o homem branco europeu, desprestigiava outros povos, na verdade, se tratando da população brasileira, a idéia era eliminar qualquer etnia que fugisse aos padrões europeu e que não tinham conceitos civilizatórios no sentido de “branquear” a raça brasileira sendo assim, passa-se a promover a entrada de novos imigrantes, para a mão de obra assalariada, mas o objetivo principal seria o envolvimento afetivo entre os habitantes, resultando filhos e desta mistura, no futuro próximo uma sociedade “limpa”.

Segundo conceitos de alguns, a população negra era atribuída de dotes “negativos” para a sociedade brasileira assim observa Giralda Seyferth quando aponta que:

A miscigenação se transformou em assunto privilegiado no discurso nacionalista brasileiro após 1850, vista como mecanismo de formação da nação desde os tempos coloniais e base de uma futura raça histórica brasileira, de um tipo nacional, resultante de um processo seletivo direcionado para o branqueamento da população (SEYFERTH, 1998, p. 43).

Os estudos revelam que um problema social acaba por desencadear outros , provocando em alguns negros acometidos pelo racismo, buscarem na miscigenação, ou seja “branquear” sua família, para tentar superar o preconceito, contra si e os seus, sem se darem conta que a tentativa do clareamento racial, segundo Munanga, são construções político-sociais utilizadas por setores da sociedade que pretende se manter dominante (MUNANGA, 1999)

Durante todo este percurso, o negro vem buscando visibilidade em diversos campos da sociedade, tentando desconstruir uma imagem pejorativa que foi criada contra ele de maneira bem pensada e ardilosa, manobrada por uma sociedade perversa.

Munanga explica que

Essa é uma luta que continua até hoje, com outros contornos. Porém, no decorrer do processo histórico pós-abolição, além da não-integração do escravizado e seus descendentes na sociedade brasileira, o Brasil foi

construindo um processo complexo de desigualdade social. No Brasil, os grupos empobrecidos e descendentes de escravizados, apesar da abolição da escravatura e da Proclamação da República, continuaram a viver em completa e violenta desigualdade. Contudo, não só de opressão vivia o povo. É importante lembrar que a movimentação, a reação e a resistência que fazem parte da história do negro brasileiro constituem momentos importantes da história do Brasil (2006, p. 107).

Para esta população da qual direcionamos este estudo, cabe a colocação de Gonçalves quando defende a ideia de que a identidade de um indivíduo ou de uma coletividade é definida pela “posse” de determinados bens (GONÇALVES, 1988, p. 267), que, neste caso, seria primeiro por suas terras e, posteriormente, com práticas de vivências em comum, por assim ser, este espaço de uso coletivo, podendo ser ocupado de diferentes formas, mas sempre respeitando e valorizando os laços de parentesco ou apenas afetividade, reciprocidade entre os moradores.

## **1.2 O Estado como Legitimador das Desigualdades Sociais**

Apesar do reconhecimento, da comunidade de Pedra Branca como quilombola e está legalmente certificada pela Fundação Cultural Palmares (FCP) as contradições entre a legislação municipal de Vargem Alta e a sua aplicabilidade em relação aos moradores da referida comunidade constituem hoje um grande desafio.

Ações Afirmativas às chamadas comunidades quilombolas têm se ampliado e podem até ser consideradas uma prática inovadora, mas demonstram-se ainda muito insuficientes, requerendo uma ação redobrada dos movimentos sociais negros que deixam uma pergunta no ar: quais seriam as relações entre os quilombolas da Comunidade de Pedra Branca e o poder público do município de Vargem Alta?

Em entrevista, o representante da CONAQ - ES ele explica que:

No Brasil, existem em torno de 6 mil comunidades quilombolas já identificados. Essas comunidades estão espalhadas de norte a sul do país, com exceção apenas dos Estados do Acre e de Roraima, que a ainda não foi identificada nenhuma comunidade quilombola. Em todos os outros 24 estados da federação existem comunidades quilombolas sendo que hoje, cerca de 3 mil destas comunidades já foram certificadas pela Fundação cultural Palmares para isso, precisaram apresentar um histórico da comunidade, contendo alguns requisitos específicos como a presunção da presença da comunidade negra, ou que veio, de certa forma... que tenha resquícios, ainda, da escravidão. A comunidade negra rural,

especificamente, passando, a partir da certificação, ter o direito de buscar por políticas públicas junto ao governo federal, aos governos estaduais, como também aos governos municipais. As comunidades tituladas, conquistam este título a partir de um processo junto ao INCRA – que é um órgão do governo federal que tem propriedade para fazer a titulação – na verdade são poucas, próximo de 220 títulos definitivos da terra tituladas no Brasil. É muito pouco perto da quantidade de comunidades quilombolas que nós temos no país. Para obtenção do título definitivo da terra, certamente a área deverá ser identificada, delimitada e entregue a organização que representa a comunidade, saindo do processo individual de propriedade passando a ter um título coletivo (ENTREVISTADO ARILSON VENTURA-22 -6 - 2018)

O coordenador da CONAQ continua explicando sobre a situação das comunidades quilombolas, ele relata que no Espírito Santo, existem aproximadamente 100 comunidades quilombolas e menciona as que estão em processo mais avançado de titulação conforme o Quadro 1 abaixo:

**Quadro 1 - Comunidades Quilombolas no Espírito Santo**

<b>COMUNIDADE</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>CONDIÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>
São Pedro	Ibiraçu	Titulada	
Retiro	Sana Leopoldina	Certificada em processo de titulação	53340.000528/2004-99
São Jorge	São Mateus	Certificada em processo de titulação	54340.000042/2005-31
São Domingos e Santana	Conceição da Barra	Certificada em processo de titulação	54340.000581/2005-71
Serraria São Cristóvão e Mata Sede	São Mateus	Certificada em processo de titulação	54340.000582/2005-15
Monte Alegre	Cachoeiro de Itapemirim	Certificada em processo de titulação	54340.000583/2005-60
Linharinho	Conceição da Barra	Certificada em processo de titulação	54340.001431/2012-11
Coxi	Conceição da Barra	Certificada em processo de titulação	54340.001711/2013-01
São Jorge Sítio Vala Grande	São Mateus	Certificada em processo de titulação	54340.001294/2014-80
Roda D'água	Conceição da Barra	Certificada em processo de titulação	54340.000638/2015-11

Córrego Alexandre do	Conceição da Barra	Certificada processo titulação	em de	54340.000805/2-15-16
Angelim 1	Conceição da Barra	Certificada processo titulação	em de	54340.000225/2016-18
Angelim 2	Conceição da Barra	Certificada processo titulação	em de	54340.000226/2016-54
Angelim 3	Conceição da Barra	Certificada processo titulação	em de	54340.000229/2016-98
Angelim do Meio Disa	Conceição da Barra	Certificada processo titulação	em de	54340.000228/2016-43
Córrego Chiado do	São Mateus	Certificada processo titulação	em de	54340.000947/2016-64
Córrego Macuco do	Conceição da Barra	Certificada processo titulação	em de	54340.01150/2016-84
Morro da Onça	Conceição da Barra	Certificada processo titulação	em de	54340.000106/2017-38
Divino do Espírito Santo	São Mateus	Certificada		
Beira Rio	São Mateus	Certificada		
Arual	São Mateus	Certificada		
Cacimba	São Mateus	Certificada		
Córrego Seco	São Mateus	Certificada		
Dilo Barbosa	São Mateus	Certificada		
Nova Vista	São Mateus	Certificada		
Palmito	Jaguaré	Certificada		
Porto Grande	Conceição da Barra	Certificada		
Corrego do Sertão	Conceição da Barra	Certificada		
Corrego de Santa Izabel	Conceição da Barra	Certificada		
Dona Guilhermina	Conceição da Barra	Certificada		
Santaninha	Conceição da Barra	Certificada		
Santa Luzia	Montanhas	Certificada		

Degredo	Linhares	Certificada	
São Pedro	Ibiraçu	Certificada	
Alto Iguapé	Guarapari	Certificada	
Graúna	Itapemirim	Certificada	
Cacimbinha	Presidente Kennedy	Certificada	
Boa Esperança	Presidente Kennedy	Certificada	
Pedra Branca	Vargem Alta	Certificada	
Sítio dos Crioulos	Jerônimo Monteiro	Certificada	
Corrego do Sossego	Guaçuí	Certificada	
São Domingos de Itauninhas	São Mateus	Certificada	

Fonte: Arquivo CONAQ, 2018.

O Coordenador da CONAQ relata ainda sobre as dificuldades encontradas atualmente para a legalização destas comunidades que tem em sua população pessoas sofridas, acometidas pela injustiça social e que sofrem pré-conceito de existência, tudo em função de uma sociedade que vem transmitindo ao longo da história, conceitos de inferiorização contra o negro que tanto contribuiu para a formação do país.

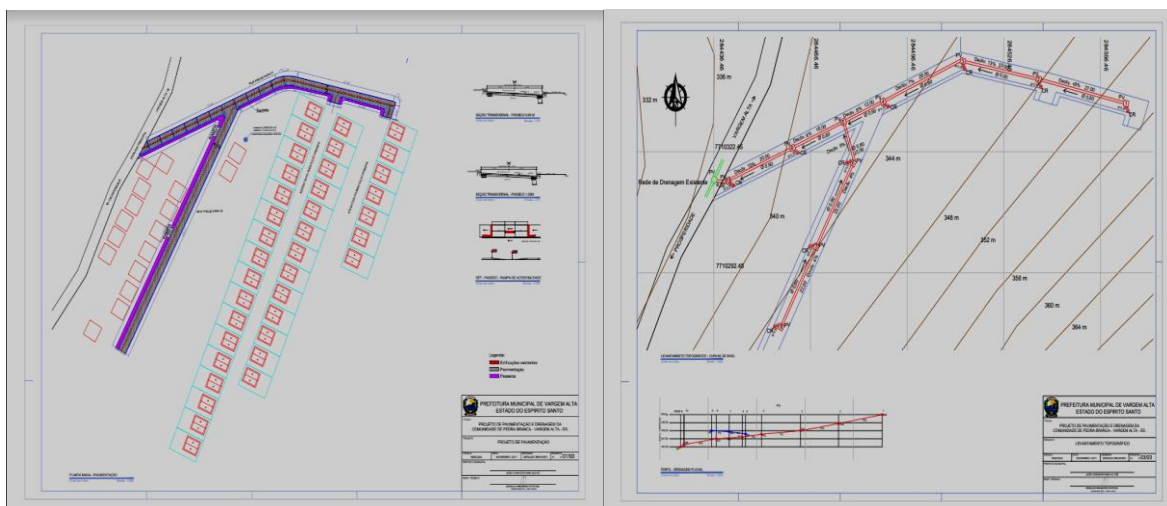
As observações participantes realizadas no meu campo de pesquisa, contribuíram para eu acompanhar alguns momentos de organização e articulação dos quais juntos, trilharam caminhos que os tirassem da invisibilidade, tendo até mesmo que para isso, tenham que montar estratégias para que os avanços já conquistado ao longo desta trajetória de vida marcada por lutas e resistências não fiquem estacionadas ou se percam, pelo contrário, eles esperam viver em uma sociedade mais justa e igual para todos como afirma a Presidente da Associação de Moradores Marinalda.

Pierre Bourdieu e Passeron (2009, p. 79) salientam que “Os indivíduos, por sua vez, se posicionam nos campos de acordo com o capital acumulado que pode ser social, cultural, econômico e simbólico. O capital social, por exemplo, corresponde à rede de relações interpessoais que cada um constrói, com os

benefícios ou malefícios que ela pode gerar na competição entre os grupos humanos.”

Partindo deste pressuposto convém analisar sobre o impacto que determinadas políticas públicas oferecida diretamente pelo Estado ou Município podem ocasionar para determinados grupos, instituições ou territórios com objetivo de proporcionar a eles melhorias. Sendo que estas melhorias possam não estar de acordo com suas especificidades, ao contrário com intenção ou não de conter conflitos, pode estigmatizar o grupo sob o modelo constitucional, pautado na superação das desigualdades.

Por essa explanação, vale observar a planta baixa do CHMCMV assim como o projeto de drenagem direcionado a esta obra conforme Figura 3.



**Figura 3** - Projeto de pavimentação e drenagem do Conj. Hab. MCMV  
 Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Vargem Alta – Setor de Convênios - 2018

Após a construção das residências, os moradores sem terem condições dignas de sobrevivência, procuram dar um “jeitinho” para economizar os poucos recursos direcionados ao seu sustento, cultivando uma horta no quintal, construindo fogões a lenha para poupar o gás de cozinha ou em muitos casos usam o fogareiro por não terem como recarregar a botija que é comprado na venda da Marinalda, assim relatam os moradores e a realidade que são mostradas na Figura 04.



**Figura 4** - Jeitinho para ajudar no orçamento do mês  
 Fonte: Photos Gregio 10/082018.

Conduzindo o raciocínio para a Comunidade quilombola de Pedra Branca, meu campo de pesquisa, por se ali uma comunidade quilombola, sendo que nos anos de 2014 recebeu a construção do CHMCMV não sendo da modalidade entidades. Nessa comunidade, 80% dos moradores se identificam como quilombolas, cujos ancestrais foram escravizados nas fazendas das imediações, chamadas “Pedra Branca”, “São Pedro” e “Prosperidade”, os moradores ainda lutam na tentativa de combater a condição de invisibilidade. Ao contrário dos tempos de um Brasil escravocrata, hoje se organizam para o enfrentamento. Os quilombolas de Pedra Branca entendem que uma “comunidade de remanescente de quilombos” conforme relataram em pesquisa, se refere ao território onde os negros, descendentes dos que foram escravizados, fixaram residência e neste e por este espaço territorial, ocupado antes por seus ancestrais devem se unir em busca de políticas públicas que os coloquem em iguais condições de oportunidades, reparando a dívida que a sociedade brasileira tem para com este povo.

Sobre as fazendas citadas acima, dona Menina que é moradora da Comunidade a mais de 56 anos me contou em entrevista no dia 26 – 05 – 17, que na fazenda “São Pedro” que pertencia ao senhor Alípio Moraes fazenda esta que hoje não existe mais, foi tudo destruído com o tempo, só permanece em pé até hoje os muros feitos pela mão de obra escrava, já a fazenda “Prosperidade” do Sr. Belizário, havia muitos escravos, posteriormente foi vendido para o senhor Humberto Scaramussa que já faleceu deixando a propriedade para os filhos herdeiros, em relação a fazenda “Pedra Branca”, de propriedade do senhor Antônio Alves da Cunha, ainda mantém-se edificada e com alguns pertences tal qual no período onde viveu seu filho Gélio Cunha.



Dona Menina aproveita para falar de outra fazenda escravocrata que existiu nas imediações, um pouco mais afastado, trata-se da fazenda “Claros Dias” que até em 1930, mesmo após a abolição da escravatura, ainda mantinha a mão de obra escrava e era administrada por dona Olímpia Bastianele.

Dona Menina, vai puxando na memória e vai relatando alguns detalhes sobre o cotidiano nestas fazendas:

Muita “ judiação”, os escravizados trabalhavam na roça e apanhavam muito, era comum o castigo na roda d’água (tipo um roda de engenho de cana), as vezes eram cortados com navalhas e também tinha os grilhões (aparelho que prendia pés e mãos) mas na hora do divertimento o negro dançava o caxambu, jongo, maculelê e na época de São Sebastião, faziam fogueira no terreiro e era muito divertido (ENTREVISTADA DONA MENINA, 26/05/2017).

E, nesta arena de construção de identidades, localizada na região sudoeste do Espírito Santo, na parte Serrana e Montanhosa de Vargem Alta, distante cerca de 18 km da sede do município, e, aproximadamente, 170 km de Vitória, capital do Estado, encontramos a Comunidade Quilombola de “Pedra Branca”.

O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 1999, p. 07-13).

Esta pesquisa enfatiza que o CQPB receberá famílias que não comungam dos ideais quilombola, que passaram a pertencer ao grupo de moradores quilombolas por imposição do programa habitacional composta por 40 casas populares que serão ocupadas em sua maioria por famílias de diferentes pontos da cidade.

O que chamou atenção e o que me conduziu a investigação foi o fato da Comunidade ter sido certificada em 2010 e em 2014 o poder público decidir construir dentro do quilombo um condomínio pensado para ser estruturado em outro local, conforme apontam as pesquisas que diz que a princípio, o projeto seria destinado para a comunidade urbana chamada Richimond, assim afirma a assistente social do Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) responsável por atender as

demandas provenientes do conjunto habitacional e o gestor público municipal que exercia o mandato no período da construção.

Segundo relatos dos moradores esta ação pública, intencional ou não, causou grandes transtornos na localidade, pois, inseriu junto aos moradores, 20 famílias de outras localidades, algumas com grande número de componentes, em sua maioria pessoas desabrigadas com desejo de realizar o sonho em possuir sua casa própria e ter um teto para se abrigar, alguns desempregados e outros em condições de pedintes. O conjunto habitacional abriga um total de 152 pessoas, dados filtrados antes da ocupação das 10 casas que estavam desocupadas em função das desistências por parte de alguns contemplados.

Em entrevista no dia 26 – 05 - 17, dona Menina que é considerada uma figura importante na comunidade, por ser uma liderança feminina, apesar de estar hoje com 95 anos de idade, e ter desempenhado muitas funções sociais no sentido de auxiliar os moradores com seus saberes tradicionais e em muitos casos, atendendo como parteira relata que:

Muitas crianças e adultos do quilombo nasceram pelas minhas mãos, eu moro no quilombo desde os 14, anos de idade, e agora estou preocupada com o grande número de pessoas que estão chegando para ocupar as *casinhas*. Sou filha de uma família muito grande, meus pais que hoje já faleceram eram muito pobres, mas trabalhavam muito também para criar os onze filhos que tiveram. Entendo a necessidade das pessoas pobres em querer uma moradia própria para abrigar a família, mas não concordo com o grande número de pessoas que estão vindo de fora para morar em uma comunidade que não tem condições de oferecer sustento nem para os moradores locais, quanto mais para garantir vida digna para os que estão chegando (ENTREVISTADA DONA MENINA, 26/05/2017).

Ela que me recebeu com muita satisfação em sua casa, me mostrou cômodo por cômodo de sua humilde residência, que estava higienizada e arrumada, disse que não se cadastrou para requerer uma casa no condomínio, prefere pagar aluguel e ficar melhor localizada.

Procuro sempre desviar dos problemas, não posso andar em estradas ruins, as *casinhas* estão localizadas no morro e não quero morar perto de vizinhança *bagunceira* (ENTREVISTADA DONA MENINA, 26/05/2017).

Dona Menina demonstrando muita lucidez e tranquilidade ao falar, expões que gostaria de saber o que a população de Pedra Branca pensa sobre a construção das casas populares e segue dizendo que:

Acredito que todos os moradores não aceitaram bem essa ideia da construção das casinhas lá no alto do morro, assim como eu, o Governo municipal não comunicou a obra para todos os moradores, eu não fui comunicada e nem convidada para participar da única reunião que ocorreu na comunidade com meia dúzia de gatos pingado foi uma reunião secreta Ah! se eu tivesse lá (ENTREVISTADA DONA MENINA, 26/05/2017).

É importante salientar que dona Menina esteve presente durante todo o processo de reconhecimento da comunidade como quilombola, acompanhou as reuniões, aconselhou, deu sugestões e hoje ela se diz preocupada em relação às conquistas alcançadas até o momento, se vão continuar avançando ou vão estacionar.

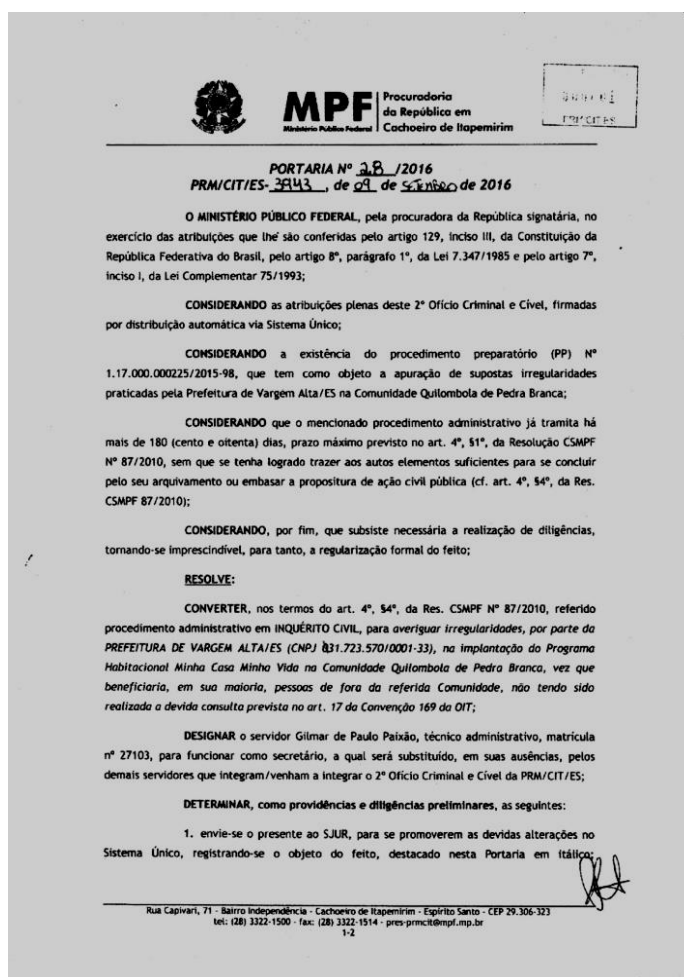


**Figura 5** – Mãos que também fizeram Histórias  
Fonte: Acervo próprio, 2018.

Este estudo tem como proposta entender a realidade vivenciada pelos moradores de Pedra Branca após a construção do condomínio, assim como analisar a relação de convivência entre os novos moradores e os moradores que já moravam na comunidade, se houve o ajustamento entre moradores e o espaço social em

relação ao empoderamento dos bens de serviço dos quais todos tem o direito e se estes atendem aos moradores com eficiência.

A Presidente da Associação de Moradores da comunidade relatou que a proposta inicial do conjunto habitacional seria de atender 07 famílias que já eram residentes do quilombo sendo que as 33 casas restantes, ficariam para atender famílias desconhecidas, que viriam de fora.



**Figura 6** – Parte do inquérito sobre averiguação de irregularidades no CHMCMV na Comunidade Quilombola de Pedra Branca  
Fonte: Acervo CONAQ, 2018.

Segundo Marinalda, com o passar do tempo, alguns contemplados desistiram de residir no condomínio sobrando um maior numero de casas para as pessoas do local. As referidas desistências, favoreceu a aquisição das moradias aos quilombolas que antes não haviam sido contemplados assim como o bem estar da comunidade em geral, considerando que a localidade não tem estrutura para receber um número maior de moradores do que os já existentes, as poucas

empresas instaladas no local e que geram empregos no setor terciário com extração de mármore e granito, já se encontram com o quadro de funcionários completo, sendo que os outros serviços se baseiam na agricultura, especificamente na produção do café e em poucos casos emprego como domésticas se tiverem referências.

Segundo observado nas visitas no campo e através das entrevistas, os recém-chegados são pessoas com suas histórias de luta e resistência assim como os moradores de dentro da comunidade sendo que o segundo, luta também pelo direito de manter seus costumes e tradições.

### **1.3 Organização Quilombola na atualidade**

Alguns autores ainda sugerem que em tempos passados, no Brasil escravocrata, os quilombos reuniam os elementos que rebelavam contra o sistema e buscavam viver em irmandade com os seus que sofrera da mesma atrocidade, portanto, tentavam se instalar em locais mais afastados e de difícil acesso para não serem localizados facilmente, mas novos estudos vem desmistificando este conceito.

Assim afirma Clóvis Moura quando afirma que nestas instalações que faziam o uso da terra coletivamente o quilombo resistia da seguinte maneira:

O quilombo foi, incontestavelmente, a unidade básica de resistência do escravo. Pequeno ou grande, estável ou de vida precária, em qualquer região em que existia a escravidão, lá se encontrava ele como elemento de desgaste do regime servil. O fenômeno não era atomizado, circunscrito a determinada área geográfica, como a dizer que somente em determinados locais, por circunstâncias micológicas favoráveis, ele podia afirmar-se. Não. O quilombo aparecia onde quer que a escravidão surgisse. Não era simples manifestação tópica... muitas vezes surpreende pela capacidade de organização, pela resistência que oferece; destruído parcialmente dezenas de vezes e novamente aparecendo, em outros locais, plantando a sua roça, constituindo suas casas, reorganizando a sua vida social e estabelecendo novos sistemas de defesa. O quilombo não foi, portanto, apenas um fenômeno esporádico. Constituíam-se em fato normal dentro da sociedade escravista. Era reação organizada de combate a uma forma de trabalho contra a qual se voltava o próprio sujeito que a sustentava (2014, p. 87).

Sem o mapeamento preciso destas instalações rebeladoras, se torna difícil afirmar quantos quilombos foram constituídos no Brasil, tendo como fonte confiável,

quando estas buscam reconhecimento junto a FCP no sentido de legalizar suas terras, a partir daí, aglutina-se informações sobre o território, possibilitando uma visão mais ampliada.

Devemos destacar que após todo este processo de certificação e titulação, aos quilombolas passa efetivar o direito de cultivar suas raízes, mantendo seus ritos e tradições conforme viviam os seus ancestrais e serem respeitados como cidadãos.

Algumas Comunidades de remanescentes de quilombo muitas das vezes, não tem conhecimento sobre as suas raízes históricas ou não se deram conta que sua realidade socioespacial condizem com a realidade vivenciada por muitos descendentes dos povos que chegaram ao Brasil na condição de escravizados e por isso amarguram na mais profunda miséria por falta das oportunidades devido a sua historicidade e a discriminação racial reproduzidas nos moldes euro centrista de padrões,

Esta foi uma experiência vivenciada pela CQPB, que contou com a ação dos agentes externos para iniciar o processo. Foram encontros, reuniões, participações em eventos que despertou nos moradores vontade de saber mais para sobre sua história e a do seu povo, e em cada conversa acontecia o amadurecimento de ideias e o fortalecimento do grupo, que culminou no reconhecimento tornando os sujeitos capazes de reunir elementos que possibilitem construir caminhos onde possam percorrer com mais atuação e participação na sociedade.

Entre o período que vai de 2007 a 2018, a Comunidade sofreu uma série de transformações, haja visto os contatos com a Coordenação de Estudos da Cultura Africana e Afro-brasileira de Vargem Alta (CEAFRO-VA) e juntos buscarem apoio da CONAQ que se interessou em investigar o histórico dos moradores de Pedra Branca sendo que após investigação, se constatou que o local se tratava de comunidade de Remanescentes de Quilombo, isto, a partir de várias reuniões no local, e diálogos constante com os pares, os moradores tomaram conhecimento do seu histórico familiar.

Segundo relatos dos moradores, na época, o representante da CONAQ se não conseguiu se reunir com todos os moradores, reuniu-se com quase todos, organizou uma forma de convidar os moradores deixando sempre um responsável para percorrer as casas e assinar ou sinalizar confirmando o recebimento do convite que nem sempre eram impressos, muitas vezes eram verbais, o importante era que

todos os moradores fossem convidados por ele para discutir sobre a possibilidade de serem reconhecidos pela FCP como quilombolas, após constatações que se deram, principalmente, pela memória dos mais velhos quando relatava suas brincadeiras enquanto crianças, tais como o jongo, maculelê, as cantigas de roda e conversa no terreiro, os moradores demonstraram grande interesse em serem reconhecidos como quilombolas.

A partir das entrevistas, percebe-se que os quilombolas de Pedra Branca julgam ter alcançado alguns avanços, tais como, o próprio reconhecimento da comunidade pela FCP em 2010, a sala de multimídia que foi montada na parte central da comunidade para que todos tivessem acesso aos equipamentos tecnológicos que ganharam ao se inscreverem no Projeto do Arte do Saber, em 2011, uma ação da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca do Espírito Santo (SEAG) dentro do Programa Valorização da Juventude Rural, visando oferecer novas tecnologias e informações, segundo as oportunidades da região, disponibilizando laboratórios digitais composta por um kit contendo: servidor de rede, microcomputadores, notebook, impressora laser monocromática, estabilizador, nobreak, Access Point, máquina fotográfica digital, projetor multimídia, Home Theater, TV 29, Microsystems, tela para projeção com tripé, mesa para computador, mesa para impressora, mesa para projetor e cadeira giratória, Aquisição de aproximadamente 500 títulos da biblioteca quilombola em 2011, o resgate cultural que leva o grupo de danças e capoeira apresentarem dentro ou fora do município, dentre outras conquistas mesmo que a passos lentos.

Se torna importante destacar que o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) que garante “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir os títulos respectivos” (Art. 68 do ADCT, Constituição brasileira, 1988.), por ser assim, aqui cabe a reflexão de Castells (2001, p. 22) quando salienta que ‘a garantia das terras garantirá também estar junto de seu povo, compartilhando de todos os momentos não deixando ser esquecida a sua identidade cultural, mantendo fortalecido o sentimento de pertencimento”.

E é exatamente o que as pesquisas apontaram para este estudo no que diz respeito ao meu campo, localizado na CQPB que impulsiona os agentes deste espaço territorial, ocupado antes por seus ancestrais, buscarem por Políticas

Públicas que os coloquem em iguais condições de oportunidades, reparando a dívida que a sociedade brasileira tem para com este povo.

Após leituras nas escritas de Castells (2011) e Gonçalves 1988, quando destacam que o primeiro defende a garantia a terra e o estar junto enquanto o segundo, defende a ideia de que a identidade de um indivíduo ou de uma coletividade é definida pela “posse” de determinados bens (GONÇALVES, 1988, p. 267), que, neste caso, seria primeiro por suas terras e, posteriormente, resgatando parte da cultura já adormecida percebemos em ambos um ideal em comum.

Em fevereiro de 2014, lideranças da comunidade, moradores do quilombo, CONAQ e representante do poder público se reuniram para dialogar sobre o destino das casas construídas, a reunião ocorreu na quadra poliesportiva da comunidade, local amplo que comporta bem um grande número de pessoas, já que muitos estavam interessados no assunto.

Estava presente nesta reunião que não se encerrou no mesmo dia, a pauta se estendeu precisando de três dias para chegarem a uma definição. O espaço de tempo para a realização destas reuniões ficava definido sempre ao termino da ultima, neste caso não passou de uma semana para o acontecimento da próxima, sempre iniciando as 19h00. Na oportunidade observei a angústia dos quilombolas em tentar resolver a questão evitando o recebimento de famílias de fora. Foi possível analisar a precisão da intervenção da CONAQ, principalmente no momento que Arilson Ventura acalmou os ânimos dos participantes da reunião dizendo "*Temos que seguir pelos caminhos legais, a justiça dará o parecer*" Ele falava sobre a construção do conjunto habitacional.

Sendo assim, é importante ressaltar que assim foi preciso o enfrentamento, para colocar as demandas na pauta em dia e nesse momento a mobilização da sociedade civil se faz importante quando buscam seus direitos assim como a garantia do bem-estar social dos integrantes da sociedade.

não está sendo fácil buscar políticas públicas para atender o nosso povo as coisas estão acontecendo muito vagarosamente, está faltando vontade política, várias comunidades de remanescentes de quilombos estão aguardando pelo reconhecimento da propriedade da terra (ENTREVISTADO ARILSON VENTURA, COORDENADOR DA CONAQ 2017).



Os Movimentos sociais, neste caso o movimento quilombola através de suas lideranças, tem intensificado suas buscas por direitos de cidadania principalmente que lhes assegurem manter sua identidade e através dela, difundir sua cultura.

Devemos não desconsiderar que em um passado próximo, foram oferecidos mais direitos sociais ao povo, levando os índices de pobreza a diminuírem. Tais como os programas de impacto: Bolsa Família, o Sistema Único de Saúde (SUS), as cotas. Por mais que no senso comum esses programas sejam criticados, sem sombras de dúvidas representaram avanços na sociedade brasileira, além de ser uma ferramenta para o enfrentamento das desigualdades.

É correto afirmar que as políticas públicas precisam ser compatíveis com as necessidades e demandas da população economicamente desprivilegiada, quando não postas na agenda estatal, sempre se darão permeadas por conflitos, negociações e embates. Somado a isso, é necessário um rigoroso controle social por parte da sociedade para exercer a democracia, que ainda não é potencializada, mas certamente uma melhor promoção social só se dá nessa correlação de forças (FARIAS, 2011).

As políticas públicas voltadas para as comunidades, são fundamentais para reverter a situação de vulnerabilidade dessas comunidades historicamente invisíveis e excluídas do acesso a seus direitos (BRASIL, 2007, p. 09), portanto, terra e quilombo são troncos entrelaçados de uma mesma árvore cujas raízes encontram-se no âmago da contraditória e complexa formação histórica e social do Brasil. A concentração fundiária alimenta todas as barreiras levantadas contra a promoção da cidadania para as comunidades quilombolas (BRASIL, 2007, p. 07).

A Constituição Federal converteu os grupos em “sujeitos de direito” e, na medida em que os reconheceu, garantiu a sua integração física e social. O pluralismo é uma das marcas para as comunidades tradicionais, por conta disso, mesmo com alguns entraves permeando a terras quilombolas na comunidade de Pedra Branca, aonde o acaso vem solucionando problema para o bem social a população está confiante que suas buscas não serão em vão, pois, as entrevistas com moradores da comunidade apontam para a esperança de resolução não apenas do caso da construção do CHMCMV que conforme todos os entrevistados de dentro do quilombo consideram a obra completamente indevida, mas para resolverem também possíveis dilemas que poderão surgir com o passar do tempo.

A interação entre os indivíduos que vivem em comunidades e que mantêm um convívio durante certo período de tempo lhes garantem produção da sua própria cultura e nos leva a questionar o papel da cultura, e a importância que ela possui na vida estes sujeitos e como indica sobre a identidade de cada grupo.

De acordo com o Art. 215 da Constituição Federal, o direito à terra dos remanescentes de quilombo pode ser identificado como um direito fundamental cultural, que se liga à própria identidade de cada membro da comunidade, conforme consta na Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre povos indígenas e tribais em países independentes, aprovada em 1989, durante a 76ª Conferência, que revê a Convenção nº 107, que é o instrumento internacional vinculante mais antigo que trata especialmente dos direitos dos povos indígenas e tribais no mundo.

O que a organização social pretende e o acesso e permanência às terras, das quais são suas por direito, sendo que paralelo a isso, assegurar também o direito identitário assim sendo, preservar todo um contexto quilombola como compensação a injustiça que sofrera a população negra que vem se arrastando por toda a história, onde o negro e negras estão presentes. O que a população quilombola pretende é que a história do negro e das negras que adentraram o Brasil na condição e escravizados possa ser recontada, agora utilizando de elementos verdadeiros onde denota a difícil trajetória de um povo em detrimento de outros e que apesar das lutar souberam resistir com dignidade construindo um vasto e rico patrimônio material e imaterial que farão aos que vierem se orgulharem dos ancestrais.

## 2 NOVOS DESAFIOS PARA SER E PERTENCER – A TRAJETÓRIA DE UM POVO




**Figura 7** - Conjunto Habitacional MCMV – Comunidade Quilombola de Pedra Branca  
Fonte: Acervo próprio, 2018.

### 2.1 Novos desafios para ser e pertencer: uma trajetória de um povo

A comunidade Quilombola de Pedra Branca foi reconhecida e certificada pela Fundação Cultural Palmares (FCP), em 09 de dezembro de 2010, porém, ainda não foi delimitada, mesmo assim, sua história dentro de Vargem Alta fez histórias, apontando para uma desmistificação de que o município havia recebido apenas imigrações italiana, japonesa e libanesa.

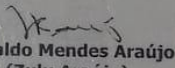
A visibilidade a população negra residente no município emerge e sua contribuição vem para os debates, tornando os agentes construtores de vários elementos importantes nos aspectos sociais, culturais e econômicos da sociedade vargem altense.

  
**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DA CULTURA**  
**FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES**  
Criada pela Lei n.º 7.668 de 22 de agosto de 1988

**Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro**  
**CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO**

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, Convenção nº 169, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004 e nos termos do Processo administrativo desta Fundação nº 01420.007381/2010-50 **CERTIFICA** que a **Comunidade de Pedra Branca**, localizada no município de Vargem Alta/ES Registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 013, Registro n. 1.400, fl. 016, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União n.º 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, **SE AUTODEFINE COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO**.

Eu, **Maurício Jorge Souza dos Reis**, (Ass.)....., Diretor do Departamento de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília/DF, **09 de dezembro de 2010**.

O referido é verdade e dou fé.  
  
**Edvaldo Mendes Araújo**  
**(Zulu Araújo)**  
**PRESIDENTE**

SBS QD 02 LOTE 11 - Ed. Elyc Meireles - Brasília/DF - CEP: 70070-915 - Brasília - DF - Brasil  
 Fone: (0 XX 61) 3424 0101-fax: 0xx61 3424 0145  
 E-mail: dpac@palmares.gov.br / Site: www.palmares.gov.br

"A felicidade do negro é uma felicidade guerreira" (Wally Salomão)

1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS DE VARGEM ALTA  
Rua Honório Góes, 07 - Vargem Alta - Espírito Santo - CEP: 29.295-000 - Fone/Fax: (51) 3528-1027

**AUTENTICAÇÃO**

Autentico a presente cópia reprográfica conforme a original a mim apresentada, do que dou fé.  
Vargem Alta, 3 de março de 2011

Em teste da verdade  
**BARTO PEREIRA SALAROLI - ESCRIVENTE**

Selo de Fiscalização  
ATA DE NOTAS E REGISTROS  
**AUTENTICAÇÃO**

**Figura 8 - Certidão de autodefinição da CQPB**  
 Fonte: Associação de Moradores da CQPB

É importante citar que a Comunidade supracitada, em 2014, recebe a construção de um conjunto habitacional do programa habitacional MCMV, não sendo da modalidade quilombola. Este condomínio que, a princípio, seria construído em outra comunidade, conforme apontam as pesquisas realizadas no campo, causou transtornos na localidade, uma vez que reassentou 20 famílias de outras localidades

Com isso, procurei entender qual a realidade vivenciada pelos moradores após a construção do condomínio, como está a relação de convivência entre os novos moradores e os moradores que já moravam no local e não conseguiram sua residência própria, e também, sobre a vizinhança e o acesso aos bens de serviço público dos quais tem direito.

Podemos considerar que o processo de delimitação e reconhecimento das comunidades tradicionais passou por período de menor complexidade, por isso, pensar uma política social não é uma tarefa fácil, o que exige atores sociais comprometidos. Uma política social não se concretiza com políticas paliativas e estratégias aligeiradas e superficiais, mas de uma política social de longo prazo para modificar as estruturas, o certo, evitando entraves tais como a chegada dos novos moradores acrescentando demasiadamente a população local da comunidade de Pedra Branca, aonde a desistência de alguns contemplados em habitar as casas populares vem solucionando problema para o bem social.

## 2.2 A construção das casas populares na Comunidade Quilombola e Pedra Branca



**Figura 9** - Construção do CHMCMV  
Fonte: Acervo próprio, 2018.

No ano de 2014, a municipalidade de Vargem Alta esteve na Comunidade Quilombola de Pedra Branca para realizar uma reunião previamente agendada com alguns moradores segundo relato de moradores, o tema foi tratado de maneira rápida, mas dizia sobre a construção de 40 casas populares pelo programa MCMV.

O ex prefeito João Bosco que na ocasião ocupava a pasta, chegou no local acompanhado do representante da Secretaria de Assistência Social e iniciou a reunião abordando sobre a obra que no primeiro plano, seria construída em outro local, mas como não foi possível realizar a obra onde haviam planejado, teriam decidido edifica-lo em Pedra Branca, assim nos relata Marinalda, presidente da associação dos Moradores que participou da reunião

Segundo alguns residentes da CQPB, referida obra tornou-se um “pesadelo”, pois quando abriu a inscrição para os interessados, descobriram que as casas populares que seriam construídas, obrigatoriamente teriam que ser compartilhadas com outros moradores da cidade, mesmo não pertencendo ao grupo quilombola, sendo que a partilha ficaria da seguinte maneira, 07 residências estariam garantidas para os moradores locais e as 33 residências restantes seriam distribuídas com habitantes que chegariam de outras localidades.

Na reunião, definiram detalhes sobre a construção, no que diz respeito a data para o início das obras dentre outros, mas os quilombolas não ficaram sabendo que o programa habitacional não seria da modalidade – Entidades, sendo assim, não teria sido destinado para território quilombola,

Segundo relatos de alguns moradores que participaram da reunião, poucos residentes estiveram presentes, nem todos foram convidados conforme afirma dona “Menina” quando diz acreditar que todos os moradores não aceitaram a construção do conjunto habitacional, da forma como foi feito. Segundo ela, o governo municipal não convidou todos os moradores, dona Menina disse que só mais tarde, após ter passado vários dias, foi que o restante dos moradores tomou ciência do comunicado, mas não sabiam ainda que os futuros moradores seriam de outras comunidades”.

João Bosco Dias, gestor municipal da época, relatou que o local onde o projeto habitacional foi planejado, em um primeiro momento, não foi aprovado pelo governo do Estado por não estar adequado com as exigências da qual consta no acordo habitacional, para a construção do condomínio. O prefeito da época disse

que para não perder o recurso que já havia chegado ao município para a construção das casas resolveu, então, construí-las em Pedra Branca. Para isso, o gestor foi até a Secretaria de Assistência Social para dar início ao trabalho burocrático e legalização do processo.

Segundo os moradores da comunidade Quilombola de Pedra Branca e relato do João Bosco, e como comprova documentos, um Senhor chamado *Tiãozinho*, morador do quilombo resolveu vender para a prefeitura parte de sua propriedade para a construção do condomínio residencial.

Para muitos, a construção das casas populares foi uma decepção pois apesar de muitos precisarem de possuir sua casa própria, nem todos seriam contemplados, e paralelo a esta decepção, veio a preocupação com o aumento da população que seria provocado pelo programa habitacional, ao trazer para a localidade, pessoas de fora do grupo, não pertencentes aos ideais quilombolas, que passariam a residir ali, levando consigo toda uma problemática social, como o desemprego, a fome, maternidade precoce, analfabetismo, entre outros pontos, além de suas diferentes histórias de vida.

Outra preocupação dos moradores, segundo depoimento da liderança comunitária, seria em caso de mobilização sociocultural da comunidade. O grupo teria os mesmos motivos para lutarem juntos e manter a estrutura quilombola? Retrocederia a Comunidade Quilombola de Pedra Branca a uma vila onde pessoas de diferentes costumes se relacionariam e amargurariam na pobreza para sempre, sem ter caminhos para buscarem Políticas Públicas específicas às suas necessidades?

Não é a pobreza em si nem a entidade dos pobres em si mesmos, mas as formas institucionais que eles assumem em uma dada sociedade, num momento específico de sua história. Essa sociologia da pobreza, em realidade, é uma sociologia dos laços sociais (SIMMEL, 2014[1907]). Com traços claramente influenciados por Max Weber e Emmanuel Kant, ele sublinha certo número de tensões e significados numa análise das instituições sociais regulatórias da pobreza.

Segundo Hoyêdo Nunes Lins e Geovana de Medeiros Corrêa o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), foi a mais recente iniciativa do Governo brasileiro no enfrentamento das dificuldades relativas à oferta de moradias de caráter social no País. Eles explicam que:

Lançado em 2009, o PMCMV teve como contexto imediato a situação habitacional do País ao término da primeira década do século XX. O déficit de moradias era considerável, não obstante os avanços então registrados no combate à pobreza e no emprego formal. Segundo o estudo Déficit Habitacional no Brasil 2008, realizado anualmente pela Fundação João Pinheiro, por convênio com o Ministério das Cidades (Brasil, 2011), o número superava 5,5 milhões de domicílios, dos quais 83,5% (4,6 milhões de moradias) localizavam-se em áreas urbanas. Do déficit total, quase 90% referiam-se a famílias na faixa de renda entre zero e três salários mínimos. No entanto, os números absolutos oscilaram ao longo da década, crescendo entre 2000 e 2005, e, depois, caindo, enquanto a porcentagem em relação ao estoque de domicílios particulares permanentes diminuiu aos poucos, de 13,1% para 9,6% (sendo 9,4% nas áreas urbanas e 11,0% nas rurais). Essa redução espelha os processos que se encontravam em curso na área da habitação social no País (LINS; CORRÊA, 2014, p. 444).

Para tanto, o que se vislumbra na verdade é que apesar de todas as experiências que trouxeram impactos negativos, há caminhos para se encontrar e construir uma política pública que promova as reformas que demandam a sociedade, e que mesmo em longo prazo, seja capaz de incluir a todos para que a democracia, seja o caminho para efetivação da cidadania.

Considera-se, portanto, que as políticas sociais enquanto mecanismos institucionais construídos pelas sociedades resultem em grande parte da força dos movimentos e da luta política com o objetivo de proteger e ou promover socialmente sua população. Nesse sentido, o que se aponta dentro de uma temporalidade é que as correlações de forças dentro da esfera estatal são necessárias para essa promoção social, tarefa dos atores sociais que ocupam a pasta política e tarefa de um coletivo, de uma sociedade que seja capaz de exercer o controle social. Olhar este que nos provoca e nos desafia enquanto atores sociais que estamos nos preparando politicamente e instrumentalmente para somar em vozes, somar ações a favor de uma política que esteja subordinada ou pelo menos pareada ao social.

É correto afirmar que as políticas públicas precisam ser compatíveis com as necessidades e demandas da população economicamente desprivilegiada, quando não postas na agenda estatal, sempre se darão permeadas por conflitos, negociações e embates. Somado a isso, é necessário um rigoroso controle social por parte da sociedade para exercer a democracia, que ainda não é potencializada, mas certamente uma melhor promoção social só se dá nessa correlação de forças (FARIAS, 2011).



A democracia é uma das saídas e das possibilidades, mas é antes de tudo, uma construção que está em processo e que pode ser potencializada (QUIJANO, 2005; SOUZA, 2005)

Pensando em relação aos recursos geridos pelo Ministério das Cidades e operados pela Caixa Econômica Federal (CEF), os FDS financiam a modalidade - Entidades, voltada a moradias para famílias organizadas em cooperativas, associações e outras entidades provavelmente poderiam atender aos moradores de Pedra Branca que ainda não possuíam uma casa própria. Os recursos destinados serviriam para a compras de terrenos e de imóveis novos, como também a requalificações de imóveis existentes como expôs dona “Linda”, quilombola com 90 anos.

“Linda” disse ainda que se julga ter sido muito pobre, mas hoje, aposentada a 29 anos se encontra em condições econômicas melhores; que também não tinha a sua casa própria e a sua atual residência foi oportunizada pelo governo. Contou que trabalhava na lavoura de café, juntou um dinheiro e comprou um *terreno* do senhor Pedro Pizetta que fez um preço melhor pelo fato de conhecer o esforço daquela senhora que sempre lutou para o seu sustento. Segundo ela, *a construção destas casinhas, se referindo ao CHMCMV “não está bacana, não tem fossa nem energia e a água é clandestina... As casas são pequetinhas...”*

Segue dizendo que no caso dela, também foi beneficiada com um Projeto de Governo que oferecia casa própria aos sem teto com outro formato aos moradores da comunidade que possuíam um lote legalizado no qual pudesse ser edificado uma estrutura física. O governo oferecia um valor e em contrapartida o proprietário arcaria com a mão de obra, segundo ela foi muito melhor porque as casas eram construídas a gosto dos moradores.

As primeiras conversas sobre a construção das casas populares na CQPB, realmente foi acordado que apenas 07 casas ficariam para os quilombolas, enquanto, 33 moradias seriam reservadas para atender populares de fora, mas durante a pesquisa foi percebido que este quadro tomou outro formato que se tornou favorável à comunidade, alguns dos contemplados (que residiam em outras comunidades do município) acabaram por desistir das habitações e, segundo relatos, a desistência se deu devido à longa distância do centro urbano e a pouca oferta de horários do transporte público.

## 2.3 Movimentos Sociais: na busca do que lhe é seu por direito

Como expressa Evelina Dagnino (2002, p. 10),

a redefinição da noção de cidadania, empreendida pelos movimentos sociais e por outros setores na década de 1980, aponta na direção de uma sociedade mais igualitária em todos os seus níveis, baseada no reconhecimento dos seus membros como sujeitos portadores de direitos, inclusive aquele de participar efetivamente na gestão da sociedade.

Seguindo esta lógica, surge uma necessidade de abranger nossos conhecimentos sobre o que venha ser movimentos sociais e como estes grupos se organizam.

Na sociedade brasileira e não deve ser diferente das demais o indivíduo se organiza no espaço social de acordo com seus interesses pessoais, aproximam-se de grupos de referência e interagem de acordo com objetivos a fins, relacionam-se entre si e na concepção dos seus direitos como cidadão integrante de uma sociedade, buscam por melhorias de condições. Conforme sugestão de GOHN., “nós os encaramos como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas (GOHN, 2008), para tanto, várias possibilidades existem para que estes grupos possam se expressar e avançar, seja adotando a postura de enfrentamento silencioso à ações mais concretas para chamar de uma forma ou de outra a atenção de quem pretende utilizar das redes sociais para reivindicarem ou registrarem suas insatisfações.

Sabe-se que a luta é no sentido de colocar na agenda pública estatal as demandas da sociedade e mesmo nas fortes correlações de forças, ocupar o espaço público, caminho único que propicia maior justiça social, e um novo desenvolvimentismo.

Draibe e Riesco (2011) indicam que os países da América Latina, incluindo o Brasil experienciaram formas distintas de Bem Estar Social. Destaca-se que o Estado de Bem-Estar–Social ficou fragilizado com os efeitos deletérios e perversos da falsa “modernização”, do falso “desenvolvimento” copiado, da globalização, da adoção da vertente neoliberalis como orientadoras das políticas econômicas e

sociais, acelerando e aumentando a desigualdade social, o que indica se pensar em um novo Estado de Bem-Estar-Social que ofereça maior proteção social.

Quando nos deparamos com a realidade à sensação que se tem no senso comum é a de que não haverá saídas mediante aos graves problemas sociais que afetam sobremaneira a maior parte da população, que alijada de participar dos bens sociais como saúde educação, moradia, trabalho, padece com a ausência de políticas estruturais. Contudo, ao imprimir um olhar mais crítico sobre as reais causas desses problemas, que são históricos e que foram gerados dentro de uma historicidade, é possível vislumbrar possibilidades e saídas com auxílio da população que pretendem ser atendidas em suas especificidades.

Na visão de Hobsbawn (2000, p. 402), o indivíduo é um sujeito de direitos e pode se organizar para reivindicar os seus direitos que muitas vezes são negados, também chama a atenção para um fator importante quando afirma que “a organização que atrapalha o caminho da mobilização é suicida”. O autor analisa que a organização dos sujeitos seja por questões de classe social, raça ou espacial é um caminho na luta contra a desigualdade, mas os grupos e suas respectivas lideranças devem ter os mesmos objetivos a fins.

Hobsbaw discorre que se os líderes ficarem divididos entre atender as reivindicações do grupo ou atender também os interesses da empresa ou do sistema político com interesses próprios, a luta será em vão e começarão a declinar. Defende a concepção de que o indivíduo sempre que tiver oportunidades deve e pode se rebelar. Seguindo uma mesma linha de entendimento, Wacquant (2001, p. 187), por sua vez, afirma que o indivíduo é sujeito a reivindicações para sair da sua situação de desfavorecido e do estado de marginalidade.

#### **2.4 Agentes externos com seu papel importante na organização social de Pedra Branca**

Para este grupo quilombola de Pedra Branca que em 2010, se organizou na busca pelo reconhecimento na intenção vivenciar da cultura relacionada ou aproximada ao que viveram seus ancestrais, agora se articula com a Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ), mantendo constante diálogo

para resolver as questões que demandam das casas populares, chegando a conclusão, após conversas, que deveriam abrir um inquérito junto ao Ministério Público Federal (MPF), cujos termos do Art. 4º, §4º Res. Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF) garante:

...para averiguar suposta irregularidade na implementação do Programa habitacional Minha Casa Minha Vida na Comunidade Quilombola de Pedra Branca, vez que beneficiária em sua maioria, pessoas de fora da comunidade, não tendo sido realizada a devida consulta prevista no art. 17 da Convenção 169.

Faz se necessário mencionar sobre a contribuição que determinados agentes externos como a coordenação de Estudos da Cultura Africana e Afro-brasileira de Vargem Alta (CEAFRO-VA) hoje um programa extinto pela municipalidade, acompanhou toda a trajetória da comunidade juntamente com a CONAQ valorizando e incentivando o grupo em suas mobilidades. O trabalho desenvolvido pela CEAFRO-VA foi importante no processo, pois foi através desta coordenação que a comunidade realizou os primeiros contatos com o CONAQ e vice-versa.

O Fórum Estadual da Juventude Negra do ES (FEJUNES) afirma que o Espírito Santo é o Estado com os piores indicadores na área da Segurança Pública, a saber, que a juventude negra é a principal vítima de homicídios, sofre cotidianamente com a ausência de políticas públicas e ações afirmativas que poderiam possibilitar uma nova perspectiva em suas vidas, trazendo para dentro do quilombo diferentes palestras ilustrativas sobre o tema sendo que suas visitas são esporádicas ou quando solicitados.

Outra contribuição significativa foram as palestras ministradas na comunidade por Leonardo Ventura, membro da Associação de Moradores da Comunidade Quilombola de Monte Alegre, que explicou o que é ser quilombola e como se organizar para a vida social coletiva. Ele falou, sobre o resgate cultural que vivenciava em sua comunidade e as oportunidades que teriam direito em relação à agricultura familiar e comercialização dos produtos produzidos. O assunto correlacionado foi importante no início desta construção identitária.

O Balcão de Direitos, iniciativa da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), trouxe vários graduandos do curso de direito e seus respectivos professores para reuniões mensais, objetivando orientar sobre os direitos quilombolas,

esclarecendo como os moradores dessa localidade podem acessá-los mediante suas necessidades. Isso possibilitou os moradores que não tinham seus documentos, como: RG e CPF, pudessem tira-los. Também oficializou o casamento civil para os interessados que tinham uma vida marital.

O SENAC de Cachoeiro de Itapemirim passou a apadrinhar a Comunidade, levando anualmente, uma ação social da qual os quilombolas podem e tem direitos a receber os serviços de higiene e de beleza, estimulando a busca pela autoestima e valorização pessoal.

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS de Vargem Alta passou a atender a comunidade oferecendo cursos variados para os moradores principalmente das casas populares para que pudessem desenvolver atividades no sentido de ajudar no orçamento da casa.

Minha pesquisa, que se iniciou em 2017, possibilitou acompanhar e observar o trabalho destes agentes sendo que uns acompanham a comunidade mesmo antes da certificação e permanecem, outros circularam pela comunidade deixando seu legado que segundo a pesquisa de campo, os moradores consideraram a parceria dos agentes externos muito importante para os primeiros passos que tomaram com sujeitos de direitos.

Assim relata Francisco José, presidente da associação dos moradores da gestão anterior em entrevista no dia 26/06/2017:

Receber os visitantes parceiros em nossa comunidade desenvolvendo um trabalho de parceria com a Associação de Moradores foi muito importante, nos auxiliou entender sobre vários aspectos relacionados ao ser quilombola e sendo assim, nos ajudou articular ações que pudesse atingir de maneira positiva o coletivo quilombola de Pedra Branca, favorecendo o fortalecimento do grupo, possibilitando também um fluxo de informações que provocou o interesse por maiores buscas (por parte dos moradores), aumentando o campo das relações estabelecidas (ENTREVISTADO FRANCISCO JOSE RIBEIRO, Presidente da Associação dos Moradores da CQP).

Os agentes externos que, de uma forma ou outra, se relacionam com a comunidade no sentido de proporcionar ao grupo saberes que lhes darão propriedades para o enfrentamento, haja vista que as demandas são muitas, defendem a ideia de que o povo tradicional deva manter as características originais do seu território, preservando a sua cultura.

## **2.5 Trajetórias de vida dos moradores entrevistados do conjunto habitacional do MCMV**

Nesta seção, reservo o espaço para um breve comentário sobre a trajetória de vida de alguns moradores entrevistados que residem no conjunto habitacional MCMV localizado na CQPB para que possamos conhecer sobre a forma de vida atores sociais antes do habitar quilombola e após serem contemplados com suas casas populares, e como está a sua vivência no espaço territorial que reúne pessoas com diferentes padrões de vida pré-estabelecidos pela sociedade e que demandam de uma atenção redobrada do poder público de Vargem Alta garantindo a eles uma existência com harmonia e acima de tudo com dignidade pelo fato de que futuramente, sua história de vida possa tomar outros rumos ou não, e na sequência, falarei sobre a trajetória de vida de alguns destes atores.

### **2.5.1 Desistência do habitar Quilombola**

José Nicanor, 72 anos, nascido em Alto Pombal no interior de Vargem Alta, em entrevista no dia 25/07/18, me revelou os motivos que o fez desistir de morar no conjunto habitacional MCMV construído na CQPB, considere a importância de ouvir o entrevistado pela relevância de saber o porque desistir do habitar próprio.

Em entrevista, José Nicanor diz ser aposentado há mais de quinze anos, como motorista de ônibus em uma empresa que transportava passageiros de Vargem Alta para Cachoeiro de Itapemirim e vice versa, contou que se mudou com a família para o centro da cidade ainda com nove anos de idade residindo na mesma casa até se casar com Gerusa, tendo esta falecida em 2013 e desde esta época, vive sozinho e não quis se casar novamente, mas que em toda sua trajetória de moradia, nunca possuiu uma residência própria por não ter tido condições econômicas para comprar ou construir uma, e que o seu sonho, seria um dia possuir sua própria moradia, arrumando tudo a seu jeito, segundo ele, o gasto com aluguel é um gasto sem retorno, é um dinheiro que não volta.

José Nicanor comentou do seu desejo de morar no condomínio por que pretendia fazer novas amizades e ter vizinhos para partilhar com ele dos vários

momentos de sua vida, dizendo não ter acreditado em ter sido contemplado com a casa, segundo ele, quando foi divulgado que estariam construindo um conjunto habitacional disponibilizando casas para os populares carentes, ele se muniu de documentos e foi fazer sua inscrição, não demorando muito para sair a resposta que ele teria sido contemplado sendo que neste mesmo período, veio também a notícia que as casas não seriam mais construídas no local que havia sido planejada e isso o deixou preocupado mas mesmo assim aguardou maiores detalhes sobre a obra.

Não foi pelo motivo da mudança do local da construção que me levou a desistir da casa, foi o longo período de espera para a conclusão da obra e, também, ninguém sabia dar respostas sobre o porquê, passou quase dois anos, as casas estavam sendo danificadas pela ação do tempo e o mato crescia ao redor e nada de respostas, ninguém resolvia a questão levando o a acreditar que aquilo tudo já estava se tornando uma “*bagunça*” (ENTREVISTADO JOSÉ NICANOR, 25/07/2010).

complementou dizendo que como aposentado, seu “dinheirinho” vem todo mês certinho. Contou que prefere pagar aluguel a se distanciar do ambiente que ele já conhece e convive, comentou que gosta de fazer suas caminhadas e lá onde iria morar, não tem local para isso e acabou confessando:

Eu me senti muito preocupado em ir morar nas casinhas porque muitos moradores de Pedra Branca estavam insatisfeitos por não terem conseguido sua casa no condomínio” Tive medo... (ENTREVISTADO JOSÉ NICANOR, 25/07/2010)

### **2.5.2 Diminuir o déficit habitacional e o direito a cidade?**

Dona Ivanir em entrevista no dia 16/08/18, relatou que é nascida em Cachoeiro de Itapemirim e com 13 anos de idade se mudou para Vargem Alta, em companhia dos seus pais e os oito irmãos, para trabalhar na lavoura de café em Richimond, comentou que se casou muito jovem mas atualmente está separada do marido e desse relacionamento, teve uma filha dois filhos que deram para ela cinco netos. Ela com aspecto de tristeza disse ter uma vida muito sofrida “minha filha não deu certo no casamento e meus meninos, já tiveram problemas com a justiça, sendo que o mais velho já ficou presos por mais de cinco anos”,

Dona Ivanir desabafa que a casa popular da qual ela teria sido contemplada seria uma realização, pois deixaria de pagar aluguel e trabalharia um pouco menos, pois se diz cansada e não tendo boa saúde para encarar tanto *esbregue*, mas mesmo chegando a se mudar para a que seria sua casa no condomínio, ela desiste, e retorna para o centro de Vargem Alta onde morava antes, ela me disse que desistiu porque na comunidade não havia possibilidade de emprego para todos e a dificuldade de acesso à cidade, comentando que o transporte público lá é ofertado apenas três vezes por dia, com saída da sede do município às 07:00h, percorre a comunidade de Pedra Branca e retorna trazendo os passageiros. Às 12:00h, perfaz o percurso de volta à localidade, e às 16:00h faz sua última corrida. e analisando estas dificuldades, podemos considerar o argumento de Santos (2002, p. 1) quando diz:

as condições de moradia impostas aos seguimentos mais pobres da população vêm se configurando ao longo dos tempos como um processo social dentro da estrutura do modo de produção capitalista, que reflete diretamente o nível de desigualdade reinante na sociedade brasileira. Santos afirma ainda que a estes seguimentos historicamente vem sendo lhes negado não somente o acesso a moradia, mas muitas das vezes acesso a meios básicos de sobrevivência (SANTOS, 2002, p. 1)

No caso da entrevistada, ela alega que ficaria dispendioso, bem acima do que poderia pagar, uma vez que teria que pagar R\$4,60 *para vir para o trabalho e R\$ 4,60* para retornar para casa, considerando que o seu salário como empregado doméstica fica abaixo do salário mínimo. Vale destacar que o valor da passagem hoje foi reajustado para R\$ 4,80.

### **2.5.3 Breve trajetória de vida de Mariza**

Mariza, no dia 17/10/2018 em entrevista diz não ser casada no papel é "*juntada*" a seis anos com Vagner e tem um filho de três anos, nascida na comunidade de Pedra Branca sendo que no condomínio reside a dois anos. Ela comentou que antes de morar na sua atual casa o conjunto habitacional já estava recebendo grande número de moradores, mas como alguns desistiram então



chegou a sua vez de ser chamada porque ela também estava registrada em uma lista realizada antes mesmo das casas serem construídas.

Com 17 anos de idade ela diz que teve que parar de estudar para cuidar do filho, sua gravidez precoce ocorreu quando ainda cursava o ensino fundamental em Prosperidade, distrito de Vargem Alta, e por isso não consegue um emprego que possa trazer renda para ajudar o marido, com tristeza comenta que o marido está preso por ter se envolvido em um assalto, ela lamentou ter uma deficiência no braço esquerdo que dificulta realizar algumas atividades do lar e diz sofrer preconceitos quando busca um emprego fora, mas tem trabalhado com bordados e venda de sacolé a partir do curso que participou oferecido pelo CREAS exatamente para preparar os moradores do condomínio para ajudar no orçamento da casa,

Para isso ela recebeu um valor de 1.500,00 do governo para iniciar suas primeiras produções.

Ela se diz feliz por estar morando no CHMCMV e por ter a sua casa própria e diz que pode contar com os vizinhos que considera todos “gente boa”, e segue explicando que entre a vizinhança um ajuda o outro.

A entrevistada acredita que a comunidade tende a melhorar com a chegada dos novos moradores mas sabe que todos precisam seguir uma norma de convivência ou seja, não pode acrescentar o número de moradores das *casinhas* fugindo ao número apresentado no ato da inscrição, exceto em caso de nascimento de filhos, não podendo modificar a estrutura residencial tal como fazer puxadinhos.

#### **2.5.4 Consegui a casa por misericórdia**

Em 20/10/19 estive na residência de Manú para conhecer um pouco sobre o seu cotidiano no conjunto habitacional MCMV. No momento em que eu cheguei Manú acalentava o filho mais novo de cinco meses que chorava muito e que depois que mamou no peito da mãe dormiu e pudemos conversar um pouco melhor, o filho mais velho brincava com outras crianças do lado de fora da casa e de vez enquanto vinha dar uma olhadinha na nossa conversa.

Manú disse que é juntada com Fabio e explica que: *Quem é juntada com fé casado é*, segundo a entrevistada, não precisa de estar casada no papel para a família ser feliz, o importante é o amor e o respeito.

Ela conta que estudou até o primeiro ano do ensino médio e precisou parar de estudar para tomar conta dos filhos, moradora da comunidade desde os quatro anos de idade, mas todos os seus familiares são de Pedra Branca, explicou que:

Minha mãe era moradora daqui, aí quando casou foi morar em Santana acho, morou em vários lugares. Aí quando ela morava em Santana eu tinha quatro anos. Aí ela mudou para cá de novo (ENTREVISTADA MANÚ, 20/10/2019).

Explica que soube por uma pessoa da comunidade que iriam iniciar a obra de construção de casas populares para distribuir entre os moradores que não tinham casa própria, mas na verdade, estas casas seriam para atender pessoas de fora da comunidade, ela relata que não tinha casa própria e não podia pagar aluguel por isso morava com seus pais.

Segundo relatos de Manú, ela tentou fazer a inscrição que lhe dava direitos de entrar na lista de espera pelas casas, mas nunca tinha sido chamada, em um momento ela pensou em invadir uma das casas e se instalar ali com sua família, porém, como ela ficou grávida então resolveu retornar ao CRAS e explicar a sua situação, ela não podia continuar morando com os pais que também eram pobres, proprietários de uma casa pequena, tendo dois idosos que eram seus avós paternos que moravam juntos e como algumas pessoas haviam desistido das casas no condomínio foi possível ser encaixada.

Manu conta que não participou da reunião sobre a construção das casas populares do conjunto habitacional MCMV, mas soube da “polêmica” que as casas tinham que ser para os moradores locais, sendo que a conversa que circulava na época seria que a construção atenderia aos moradores de fora.

Mas mesmo assim eu corri atrás, foi aí que saiu algumas casas para os moradores daqui. É, porque as pessoas da comunidade, disse que teve uma reunião aqui e primeiro falaram que era para os moradores de fora e outros falaram que nessa reunião ele falou que era para as pessoas que tinham feito inscrição quando as casas ainda iam ser construídas em Richmond, Como lá não teve obra, porque lá era brejo um negócio assim. Aí conseguiram no último minuto comprar esse terreno aqui e veio para cá (ENTREVISTADA MANÚ, 20/10/2019).

Manuela relata que conseguiu a casa pela “misericórdia”, e afirma que a questão do condomínio deu um “falatório” e que deve ser por isso que algumas pessoas desistiram, mas também deva ser por isso que ela conseguiu a sua casa própria, confessando que não foi fácil, mas já mora nela há quatro anos.

Ela faz um questionamento sobre a manutenção das casas, que segundo ela, tem moradores que não são caprichosos e deixam o mato em volta da casa crescer, mas observa que tem moradores que cuida bem da sua moradia e acrescenta dizendo que o condomínio não possui um lugar apropriado para depositar o lixo das residências, ficando um latão disponibilizado lá no “pé” do morro e se a pessoa precisar jogar o lixo no latão, terá que descer o morro.

Diz se relacionar com todos embora não frequente a casa das pessoas alegando não ter tempo para ficar de “papo furado” com vizinho, o que me leva a crer que em alguns casos, os moradores estão tendo cuidado em se reservar dentro de suas casas para preservar no condômino um ambiente harmonioso e sem conflitos provocados por conversa com viés para intrigas entre moradores.

### **2.5.5 Relato de uma Quilombola que habita o condomínio**

No dia 08/08/2018 em conversa com Ana Lúcia, ela relata que é nascida na CQPB e que se mudou para o condomínio no dia 06 de outubro de 2017 segundo ela se relaciona bem com todos os moradores por entender que precisa manter um ambiente amigável com a vizinhança podendo assim sempre contar com a ajuda deles caso venha precisar.

A entrevistada conta que é muito observadora e já presenciou o movimento de chegada de alguns moradores, muitas vezes pessoas estranhas ao convívio da comunidade e viu também pessoas colocarem suas mudanças em cima do caminhão e retornarem as suas comunidades de origem, Ana Lúcia também conta que pessoas estranhas chegavam sorrateiramente no condomínio e invadiam casas desocupadas mesmo sem água e energia mas sempre chegava a polícia e retirava o invasor.

Percebi que Ana Lúcia é uma pessoa muito extrovertida e sincera quando expõe que conhece todos os moradores, mesmo aqueles que chegaram na

comunidade devido a construção das casas populares, em sua exposição, comenta que estes novos moradores não frequentam as casas um dos outros e tampouco participam dos eventos sociais que acontecem dentro da comunidade, a convivência entre os condôminos se trava no próprio condomínio em situações corriqueiras onde um passa pelo outro e se cumprimentam.

porém conheço todos, passo pela rua cumprimento todos, mas simplesmente assim dizer, a convivência o dia-a-dia dentro de casa de cada um, eu não tenho esse costume. Mas convivo com todos (ENTREVISTADA ANA LÚCIA, 08/08/2018).

Em sua residência mora com mais sete pessoas, o marido, três filhos que ela denomina legítimos, uma filha de coração e dois netos. E entende que é difícil manter o sustento da casa, pois ela não trabalha fora, seu marido trabalha na lavoura de café em uma fazenda próxima e os filhos ganham pouco.

Ana Lucia que se diz estar muito satisfeita por ter sido contemplada com a casa procura cumprir com todos os combinados com o CRAS para manter a sua palavra.

Nascida dentro da comunidade de Pedra branca, há 47 anos, pelas mãos de dona Menina, sabe bem sobre a questão quilombola e se lembra de todo o processo de reconhecimento da comunidade e disse se identificar como quilombola, mas espera que esta certificação possa trazer para dentro da comunidade melhorias que até o momento não foi observada por ela,

Eu estou almejando alguma mudança, porque até agora nós não tivemos mudança nenhuma não (ENTREVISTADA ANA LÚCIA, 08/08/2018).

Ela conta que os moradores da comunidade foram convidados para três reuniões dizendo estar presente nas três para se for o caso defender comunidade principalmente por ser comunidade Pedra Branca, ela esboça a realidade do seu ponto de vista

Os moradores de fora que vieram morar aqui nas casinhas de Pedra Branca, ninguém invadiu a comunidade por ser quilombola. Teve três reuniões na qual a comunidade que foi convidada as pessoas se calaram, né? Então, eu sempre falo, quem cala consente. Se ninguém falou é porque consentiu. Então a única fala que teve na época do presidente da Associação de moradores era o Francisco que foi e ele que falou, deixa

executar. Primeiro faz depois a gente vê como que fica, né? Então foi o que fez. Mas não era um projeto para os Quilombola, né? Então a obra foi executada após três reuniões na época, morador nenhum aqui da comunidade era beneficiado com as casas. Porque eu entrei no projeto, fui aprovada pelo Ministério das Cidades, né? (ENTREVISTADA ANA LÚCIA, 08/08/2018).

Contou que após ter sido convidada para participar de uma reunião, ela demonstrou interessada em se cadastrar para receber uma das casas que seriam construída e então, a assistente social foi até a sua casa fazer a visita, quando Raquel chegou em sua residência, não a encontrou procurou por ela durante uma semana, indo e voltando na comunidade,

Nesta época, Ana Lúcia disse que morava na firma do sol, e apontando para o campo poliesportivo indica que a firma do sol fica localizada cima do campo. Após esta semana de procura, Raquel Monica consegue encontrar-se com Ana Lúcia e as duas puderam conversar sobre a possibilidade de aquisição da casa uma vez que foi percebido a humildade da residência de dona Ana Lúcia, se tratando de um puxadinho construído acoplado a uma firma de mármore que foi cedida para a família ocupar o espaço gratuitamente e em troca zelar pela firma nos horários que esta não estiver funcionando

Aí eu cheguei lá pra fazer o cadastro. Que ela foi lá para poder fazer a visita e me cadastrar. Aí depois de 2 meses que eu recebi a resposta, na qual fui convidada para uma reunião em Vargem Alta e foi contemplada pela casa, né? Mas aí ainda esperei mais dois anos e quatro meses pra me mudar para minha casa. Eu acho que eles não consideraram a que a comunidade era quilombola porque quando esse projeto veio para cá, né? Que falaram que iam construir as casas aqui a comunidade já era quilombola, né? E este é um projeto que como eu falei pra você, veio lá de Richmond, e não era quilombola (ENTREVISTADA ANA LÚCIA, 08/08/2018).

Ana Lucia relata que o condomínio está localizado no morro mas isso não impede dela sair de dia ou de noite para participar dos eventos que a comunidade oferece para os moradores como as datas festivas e o culto em sua religião católica, ela se julga feliz por participar da parte cultural no grupo de dança onde as mulheres negras podem fazer apresentações dentro e fora da comunidade, ela acredita que é uma oportunidade da comunidade sair do anonimato e mostrar a sua característica com aquilo que sabe fazer.

### 2.5.6 “Não tenho saudades de onde morei anteriormente”

No dia 08/11/2018, em visita a dona Célia que se prontificou em me conceder uma entrevista e no decorrer relatou que já tinha escutado falar da CQPB, mas nunca teve oportunidade de conhecer pessoalmente a comunidade e só após a sua mudança para a casa popular a qual foi contemplada e onde mora atualmente com o marido e um filho separado da esposa é que vai poder conhecer melhor a localidade, mas vai fazer este reconhecimento aos poucos por ser caseira e não ter condições de sair de casa para passear.

Ela conta que é nascida em Soturno, distrito de Cachoeiro de Itapemirim, se casou com senhor Argemiro e por conta disso se mudou para Vargem Alta, nas imediações do centro da cidade, devido ao trabalho do esposo, mudando-se posteriormente para Santana, comunidade proximidades de Pedra Branca e de lá foi morar em Guiomar onde permaneceu por 35 anos.

Ao saber do chamado para inscrição das casas do conjunto habitacional, resolveu se inscrever porque precisava de uma residência fixa, segundo ela, já estava cansada de mudar de cá para lá sem paradeiro e pagando aluguel a alto custo. Conta que está de idade e não anda bem de saúde, e está bem feliz por poder dizer que tem a sua casa própria para viver o resto de sua vida.

Dona Célia, comentou que o dinheiro que recebe com a aposentadoria agora já dá para comprar os remédios que precisa e se alimentar adequadamente, coisa que antes era difícil, pois ganha apenas um salário mínimo com o auxílio do governo.

Segundo ela, não tem saudades de onde morou anteriormente por suas lembranças remeterem a sofrimento e muito trabalho em lavouras de café para ajudar o marido mantendo sempre uma pratica de não visitar vizinhos, não criou amizades e nem fixou raízes nos locais onde habitou e no CHMCMV onde mora a dois anos, tem feito de tudo para manter um bom relacionamento com a vizinhança, procurando não sair de casa fazendo apenas uma ressalva aos domingos quando vai a igreja, se identificou como “crente” e diz gostar de rezar.

Quando está bem de saúde participa das reuniões obrigatórias propostas pelo CREAS e sempre quando pode se inscreve nos cursos gratuitos que oferecidos para

os moradores do condomínio, porque lá aprende vários ensinamentos como corte e costura, artesanatos e culinária.

Ela relata que conhecia de vista algumas pessoas da comunidade, mas no conjunto habitacional tem várias pessoas que ela não conhece, mesmo morando no condomínio a dois anos e entende que naquele espaço reúne pessoas de muitos lugares diferentes e aponta com o dedo “Essa dali eu conheci de fora, depois que vim morar aqui eu passei a conhecer melhor” “essa dali eu passei a conhecer agora depois que vim pra cá”. “Aquela de lá também”.

Em meio a tanta simplicidade dona Célia mantém a sua residência muito limpa e toda florida ao entorno, sua casa assim como as outras está dividida em dois quartos, uma cozinha, um banheiro e uma sala dentro de um espaço construído de aproximadamente 80 m<sup>2</sup>.

Quando cheguei a sua residência, dona Célia estava na janela, como se tivesse me esperando, e assim que adentrei em sua varanda, ela me acomodou em uma cadeira e se sentou em outra dizendo que não aguentava o peso do corpo que se aproximava de 120 km. passando as mãos nas pernas inchadas dizendo que estava incomodada com dores.

A conversa foi avançando e aquela senhora de pele muito branca com os cabelos grisalhos ia relatando sobre a vizinhança que de acordo com ela “são muito bons, não incomodam, Graças a Deus, mas não fico nas casas dos outros para evitar confusão”, e segue dizendo “quem boas romarias faz na sua casa está em paz”, Quando perguntei a ela se os moradores costumam se encontrar para confraternizações ela me respondeu que de vez enquanto é convidada para festinhas nas casas, mas ela nunca vai, comentou que não gosta de sair de casa, nem quando tem festa comunitária porque se sente acima do peso e a subida de acesso ao condomínio é íngreme dificultando sua locomoção.

A nossa conversa que versou também sobre o reconhecimento da comunidade como quilombola deixou dona Célia pensativa sobre a questão, procurando uma resposta como se não soubesse ao certo sobre o que seria ser uma comunidade quilombola.

Essa questão é muito boa, muito bonita não tenho do que me queixar dela não. Nunca tive nada de me queixar. Já conheci muito, né? Acho que a gente ter vindo morar aqui no morro do quilombo pode ajudar essa questão.

Todo mundo se dá bem com todo mundo, né? Não tem nada que me queixar só se for encrencado (ENTREVISTADA DONA CÉLIA, 08/11/2018).

Para entender melhor sobre a fala da dona Célia, que mencionou sobre pessoas encrencadas, eu fiz uma pergunta direta: aqui tem pessoas encrencadas? aí ela me respondeu “Ah minha filha isso eu não duvido nada, porque em tudo qualquer lugar tem, só a gente que não liga, aí larga pra lá.”

Dona Celia reclamou sobre a questão dos médicos que não estão conseguindo atender a todos os pacientes devido ao grande número de pessoas que procuram o pronto socorro local, segundo ela, está esperando desde a semana passada pelo atendimento sendo que não tinha obtido respostas tampouco a agente havia passado para dar satisfações sobre a possível data do atendimento, conta também que a médica visita as residências quando sobra tempo.

### **2.5.7 O sonho vazio da casa própria**

No dia 21/11/18 pude conhecer dona Belinha e um pouco de sua trajetória de vida. Começou contando que é natural de Cachoeiro de Itapemirim, onde morou até o seu casamento com senhor Carlos, no período do casamento, tinha 16 anos de idade, se julgou que casou ainda menina, hoje o seu marido não reside com ela no condomínio, devido à falta de emprego em Pedra Branca, seu Carlos preferiu continuar morando em Richimond, local que seria construído o conjunto habitacional, mantendo o seu emprego na pedreira de granito

Dona Belinha me contou que assim que se *juntou* com seu Carlos, veio a morar em Vargem Alta, há 32 anos, durante este período, moraram por um período no centro da cidade, depois em Vargem Grande e antes de se mudar para o condomínio estava morando em Richimond, (todos os locais citados são pertencentes ao município de vargem Alta) e ao saber sobre o cadastramento para aquisição da casa própria, se inscreveu na lista de espera e que espera demorada.

Ao ser questionada como ficou sabendo das referidas inscrições, ela conta que foi no CRAS para outros fins:



Mas eu não vou falar o que é, aí a menina perguntou se eu tinha casa minha mesmo. Aí eu falei com ela, não, nós somos em 10 irmãos e eu tenho a casa que meu pai e minha mãe deixaram lá, mas nós somos em 10 irmãos. Se dividir a casa não dá um cômodo para cada um. Aí ela pegou os documentos e fez o cadastro. Saindo as casas a senhora vai ganhar a sua (ENTREVISTADA DONA BELINHA, 21/11/2018).

Pelo seu depoimento, acredito que dona Belinha não conheça bem a vizinhança ou procura não se relacionar com eles haja vista que não conhece nenhum pelo nome tampouco a origem deles, com olhar cabisbaixo e melancólico disse se sentir muito sozinha, e que agora que possui uma residência própria não pode compartilhar com os familiares o espaço e segue comentando, que teve um casal de filhos, e apontando para a única neta de oito anos diz que “a mãe dela é falecida, morreu num acidente de moto e o meu filho de 24 anos está preso em Vitória, capital do ES. mas não quero falar sobre isso”.

Relata que tem um defeito físico na perna esquerda que dói muito e isso dificulta a mobilidade, devido a isso, não trabalha fora, mas recebe um benefício do governo tipo uma aposentadoria e que todos os meses vem certinho.

Sobre o seu problema na perna ela diz precisar fazer tratamento e seu médico, Dr. Felipe, que atende pelo SUS em Cachoeiro de Itapemirim e para ela ir no consultório deste ortopedista, gasta muito dinheiro com ônibus e alimentação porque passa o dia inteiro envolvida com isso, então eu perguntei porque ela não transferia o seu tratamento para dentro do quilombo e com uma expressão de negatividade do rosto afirma que não pode contar com o tratamento de saúde de Pedra Branca porque quando ela precisa dos serviços nunca é atendida tendo sempre que remarcar para a outra semana, até para a entrega de remédio de uso permanente que no caso dela e hipertensão arterial as vezes não consegue ser atendida naquele único dia da semana que a médica visita a comunidade

hoje mesmo eu ia lá pegar o meu remédio de pressão. Tenho problema de pressão também, mas aí eu ontem eu perguntei a menina que passa nas casas. Ela falou assim, que para consultar não dava, porque já estava todo mundo encaixado. Perguntei a ela porque, porque não tem que lá marcar a senha? Pegar um número? Então ela disse que as pessoas que não conseguiram ser atendidos na semana passada seriam atendidos hoje daí eu não fui nem pegar os remédios, então, aí eu não fui porque eu queria conversar com o médico. Que eu acho que eu estou entrando na menopausa então está me dando um monte de caroço. Aí eu falei, vou lá só pegar um remédio? Eu não vou não, tem remédio aqui ainda. Aí eu não fui não, queria conversar com a médica. Se tem... se está marcando para os

outros, então também vou querer que marque o meu. Chegar lá no dia de consultar o meu nome estar lá. (ENTREVISTADA DONA BELINHA, 21/11/2018).

Dona Belinha disse não conhecer nada sobre Pedra Branca, nunca tinha escutado falar sobre esta comunidade e não sabia que esta Comunidade havia sido reconhecida como quilombola, ela conta que se mudou para o condomínio no dia 26 de fevereiro de 2018 e a partir de agora vai ficar mais atenta para saber melhor sobre o que é ser quilombola, apontando novamente para a neta diz que *minha menina está na dança quilombola*.

Maria Clara é o nome da neta da dona Belinha que não saia de perto da nossa conversa, com olhar atento e observador, ora passava a mão no meu cabelo e outra puxava minha mão perguntado sobre minha unha, aproveitando a aproximação, perguntei para ela como ela estava se desenvolvendo na nova escola onde tinha se matriculado para concluir o ano letivo, se tinha perspectivas de ser aprovada no estudo então ela me respondeu dizendo que está gostando na escola nova e que as professoras são muito boas, mas as salas estão muito cheias, com muitos alunos matriculados e que falta tempero para colocar na merenda escolar, mas a comida é muito gostosa, os alunos comem e repetem e a tia da cozinha é muito boazinha.

Dona Belinha encerra nossa conversa dizendo que gostou muito de ter vindo morar no condomínio MCMV, “porque eu gosto de qualquer lugar, sabe? Comigo é assim, não tem negócio de falar que o lugar é ruim, que o povo é ruim. Eu convivo com todo mundo, não tenho nada para reclamar dos vizinhos não, eu acho que se cada um viver no seu cantinho acho que não teremos problemas aqui”. Ela continua falando que quando foi morar nas casas populares do projeto habitacional MCMV havia um combinado entre os moradores do condomínio e CRAS para orientar as vizinhanças sobre o bom convívio, então ela relata que nas reuniões os palestrantes reforçam “que cada um tem que viver certo com todo mundo, cada um no seu canto. Nada de implicância com os vizinhos, nada de fofoca, leve e traz”. “Tudo isso foi falado” e reforça a exigência dos CRAS em relação aos novos moradores que era obrigatório realizar os cursos oferecidos que dava sustentabilidade para as famílias

### **2.5.8 Conhecendo a trajetória do CHMCMV e as novas nuances**

Com a desistência de algumas pessoas, que preferiram não habitar no condomínio MCMV construído na CQPB novos direcionamentos foram aplicados as novas residências que permaneceram vazias, assim explica Raquel Mônica, funcionária municipal do CRAS, em 12-09-18 quando nos reunimos para uma entrevista que pudesse esclarecer sobre algumas dúvidas relacionadas a construção do condomínio na localidade de Pedra Branca.

A assistente social relata que o projeto da construção das 40 casas populares seria direcionadas para Richimond, comunidade pertencente ao município de Vargem Alta sendo que os engenheiros não consideraram o terreno propício para edificação do condomínio devido a sua topografia não estar em consonância com a exigências previstas nos documentos sendo necessário a prefeitura comprar outro terreno em que neste caso foi em Pedra Branca e construindo lá as residências.

Ela explica que para o cadastro inicial não apareceram muitas pessoas do quilombo para se inscreverem e acredita que deva ser pelo fato das casas estarem previstas a serem construídas em outro local.

Após ter sido definido que a obra seria em Pedra Branca, várias pessoas do quilombo procuraram o CRAS para fazerem o cadastro por isso o quadro inicial de ocupação das residências sofreu alterações que foram favoráveis aos moradores do quilombo que ainda não possuíam a sua residência própria.

Raquel Monica aborda que para os primeiros habitantes que chegaram no condomínio, apenas sete casas ficariam para os moradores locais, isso no início da ocupação, porque era necessário obedecer uma lista de inscritos que eram chamados na medida que as residências ficavam prontas sendo que este cenário sofreu alterações, atualmente, 10 moradores são da comunidade, ela considera isso um fator positivo para a localidade e entende que as desistências das casas por parte dos contemplados que não quiseram morar em Pedra Branca vai ajudar adequar a situação possibilitando os residentes Pedra Branca que almejam a sua casa própria poder se enquadrar nas exigências para conseguir as casas

Temos 10 casas vazias no conjunto habitacional e desde outubro estamos preparando estas casas para receberem os novos moradores de uma nova lista de inscritos contendo apenas nome dos habitantes da localidade, e

como critério para pleitear a moradia que são, residir no município de Vargem Alta no mínimo há cinco anos; residir na comunidade Pedra Branca; ter pessoas idosas na composição familiar; pessoas com deficiência física e não possuir casa própria (ENTREVISTADA RAQUEL MONICA, 2018).

Neste sentido, a política habitacional do Conjunto habitacional MCMV do qual eu trato o meu objeto de estudo, antes abrigaria somente sete famílias do quilombo em favorecimento de 33 famílias oriundas de diferentes locais do município, atualmente abriga apenas 20 famílias de fora sendo que passa a oferecer residências para 20 famílias quilombolas, finalizando o seu quadro de moradores com um percentual de 50% de moradias que favorecem os quilombolas e outros 50% para atender aos outros desabrigados.

A assistente social disse que estão no processo de realização de novos cadastros, que foi iniciado em 15/08/2016. Os interessados deveriam comparecer na Secretaria Municipal de Assistência Social para junto com ela concretizar o cadastro. Uma segunda assistente social também foi contratada pela Secretaria Municipal de Assistência Social para atuar junto com Raquel Mônica nesse processo voltado ao conjunto habitacional e aos moradores do referido condomínio.

A servidora pública responsável pela inscrição dos interessados no programa, afirma que visita quinzenalmente o condomínio com o objetivo de ver como que está o andamento das instalações e suas respectivas famílias.

Além disso, ela garante que

a gente busca fazer o trabalho de orientação também. Com relação a convívio familiar, convívio afetivo dentro de casa e também convívio comunitário, questões de saúde, a organização da casa, a organização do ambiente, a manutenção das habitações e também das ruas. Então, a gente faz assim um trabalho social, e às vezes, a gente precisa realizar visitas na localidade a pedido de outros órgãos do nosso município como conselho tutelar, pelo fórum, pelo ministério público para averiguar algumas denúncias (ENTREVISTADA RAQUEL MONICA, 2018).

A assistente social diz considerar importantes as orientações relacionadas aos moradores do condomínio para que o ambiente entre os vizinhos possa seguir de forma harmoniosa, de amizade e respeito entre os moradores, segue dizendo da importância da preservação das residências e o estado de limpeza que cada morador deve realizar em suas moradias.

Em visitação ao meu campo de pesquisa, alguns moradores reclamaram da pavimentação da rua que dá acesso as residências que estavam conservadas de maneira precária E, ao ser questionada sobre esse problema, a senhora Raquel Mônica respondeu: “é uma obra de saneamento que está sendo feita logo na subida para as casas populares que já havia sido encerrado, e que a partir da data que estive com ela em entrevista, este problema já estaria sanado, não teria mais o “buraco”. Todavia, foi possível observar que os referidos buracos que estavam lá durante as visitas, ocorridas desde março de 2018, permaneceram até janeiro de 2019, levando os moradores a observarem que a obra segue de forma lenta.



**Figura 10** – Pavimentação da rua que dá acesso ao CHMCMV em Pedra Branca  
Fonte: Acervo próprio, agosto de 2018.



**Figura 11** – Pavimentação da rua que dá acesso ao CHMCMV em Pedra Branca  
Fonte: Acervo próprio, novembro de 2018.

Raquel Monica confirma que tem um acordo entre o CRAS e os moradores do condomínio residencial MCMV construído na CQPB, os moradores ao receberem sua casa própria assumem uma responsabilidade de participar de todas as reuniões e eventos que diz respeito ao programa e aos moradores, no caso das palestras mensais eles têm que marcar presença, pois ali se pensou no espaço para manterem contato e possíveis diálogos no sentido organizacional no novo espaço de moradia, conversando sempre sobre as normas de bom convívio preservando um espaço harmonizado entre as vizinhanças.

O CRAS oferece cursos voltados para trabalhos manuais e artesanais, tanto para homens quanto para mulheres, desde que seja morador o condomínio, o objetivo destes cursos seria para preparar os integrantes das famílias do residencial ter a capacidade de desempenhar atividades econômicas, no artesanato ou na culinária, que possam auxiliar no sustento de sua casa. “Maria” moradora do condomínio na rua 02 participa de todas as reuniões, segundo ela, estes cursos tem

sido significativos, haja vista as toalhas de prato bordadas em ponto x que ela mostrou em uma das visitas que fiz em sua casa.

Maria contou também que recebeu uma verba do governo que foi repassada para ela através do CRAS no valor de R\$ 1500,00, explicou que este recurso veio para todos os moradores do condomínio, inseridos nos cursos propostos pelo CRAS para dinamizar o início de suas produções na arte culinária, sendo que no caso dela iniciou a produções de “*sacolé artesanal*” “Lúcia”, outra moradora, confirmou também ter recebido a mesma quantia, preferiu trabalhar com “biscoitos e pães caseiros”, ao longo de minhas visitas indagava os residentes do conjunto habitacional sobre os assuntos e eles confirmavam com exceção de dona “Célia” que ainda não havia frequentado os cursos devido a sua condição de saúde

O fato acima citado que envolve incentivo financeiro para os novos moradores do condomínio e os moradores do condomínio que já residiam no quilombo para que eles pudessem iniciar uma atividade que lhes ajudassem prover sustento provocou insatisfação pra os demais moradores do quilombo que não compreenderam o motivo de ficarem de fora desta gratificação, sendo que também são quilombolas, pelo visto, não compreenderam que esta distribuição de valores seriam aplicada aos condôminos como incentivo financeiro.

Considerando que a habitação não é só um bem material, é um direito social que milhares de brasileiros não têm acesso, o dilema de habitação social diante do modo pela qual é produzida, não possuindo área de lazer, oferta de equipamento público adequado, como escola, hospitais, dentre outros serviços, tendo os moradores que acessar os bens de serviços públicos com oferta de transporte público urbano precário.

O material coletado em pesquisas realizadas na comunidade nos faz refletir sobre o processo de construção identitária da CQPB e a maneira como os indivíduos se relacionam com a realidade experienciada.

Nitidamente se percebe a satisfação dos moradores em habitar naquele condomínio, e nessa trajetória social, de processo coletivo, travam um novo acordo social para o bem, transformando e construindo uma nova realidade social.

Os moradores que foram entrevistados, tanto os de fora quanto os que já eram da comunidade, afirmam estar satisfeitos com a construção das casas e que se relacionam bem com a vizinhança. Alguns problemas que surgem eles tentam

resolver da melhor forma possível, uma vez que já foram orientados a manter o bom convívio.

Os entrevistados acreditam que a chegada de outras pessoas não interferirá na busca por políticas públicas que possam beneficiar os quilombolas, mas afirmam que cada um fica no seu canto, evitando maiores contatos para não haver estranhamento.

Sennett (1988, p. 378) explica este comportamento da seguinte maneira:

Identificar-se com pessoas que não se conhece, pessoas estranhas, mas que podemos compartilhar dos interesses étnicos, dos problemas familiares, ou da religião, tornou-se algo penoso... Quanto mais local a imaginação, maior se torna o número de interesses e problemas sociais, para os quais a lógica psicológica é: não nos deixaremos envolver; não permitiremos que isso nos viole. Não se trata de indiferença: é uma recusa, uma constrição voluntária de experiências que o eu comum pode se permitir.

Em dias de festa cultural da comunidade, alguns participam e outros não. No futebol de domingo nem todos participam juntos, haja vista que o campo para a prática do esporte está danificado, e o campeonato acontece em campos de outras comunidades, e quando a CQPB precisa receber um time de futebol de outra localidade, utiliza o campo localizado na sede do município.

### **2.5.9 Análise de atendimento na escola e na saúde antes e após a construção do CHMCMV**

Considerei importante averiguar os serviços públicos em Pedra Branca antes da chegada dos moradores que habitam o conjunto habitacional e após a chegada dos novos habitantes que aumentou consideravelmente a população local, sendo assim, realizei uma visita na escola EMEB “Pedra Branca” onde conversei com as professoras que puderam apresentar depoimentos relacionados ao número de alunos matriculados.

Torna-se importante mencionar que no quilombo a escola municipal funciona em dois prédios separados, ambos no centro da comunidade, em um, oferta-se a educação infantil apenas no horário matutino tendo como profissionais uma professora e uma servente e o outro prédio também com funcionamento apenas no



horário matutino possui duas salas de aula, uma com primeiro e segundo ano e a outra com terceiro, quarto e quinto ano, tendo duas professoras e uma servente.

Os profissionais da educação e alguns familiares dos alunos comentaram sobre a superlotação das salas de aulas, segundo eles a escola possui atualmente um grande número de matriculados, mas consideram que é importante estas crianças estarem na escola e que a escola não deve fechar as portas para o aluno.

Em relação a saúde, João juntamente com a agente de saúde, afirmam que a questão se complicou depois da chegada dos novos moradores, os médicos do programa Mais Médico atendem na comunidade uma vez por semana, com distribuição de apenas 12 fichas. Os demais pacientes devem aguardar a próxima semana ou procurar atendimento em outros postos de saúde. A situação se complica ainda mais quando os médicos cubanos foram dispensados por exigência de uma governança desajustada, que assumiu o governo em 2019, que está longe de desenvolver uma política voltada verdadeiramente para os interesses da população.

As condições sociais e econômicas extremamente heterogêneas existente na sociedade brasileira, tem como base fundamental sua trajetória desde o período da colonização, marcado pela dominação, discriminação e posterior exploração da mão de obra, cujas mazelas dessa lógica dominante para se pensar as políticas sociais persiste na atualidade, basta olhar os índices de desigualdade social entre as classes sociais incidindo ainda pior carga de exclusão sobre os negros, as mulheres e outros grupos considerados de minoria.

## **2.6 Consulta Pública sobre a construção de conjunto habitacional**

A execução de qualquer obra governamental não pode causar impacto social. Desta maneira, é importante a realização da Consulta Pública que funciona como um mecanismo de publicidade e transparência, servindo para interligar a administração pública e a sociedade, possibilitando o poder público obter informações, opiniões e críticas a respeito de um determinado assunto.

As consultas públicas são processos democráticos para construção conjunta de políticas públicas entre governo e sociedade. Com a colaboração dos cidadãos, empresas, movimentos e organizações da sociedade as ações e programas do governo poderão atingir seus objetivos e ser aprimorados de acordo com as demandas coletivas. CONSULTAS Qualquer ação a ser desenvolvida dentro de uma comunidade quilombola demanda planejamento (PROGRAMA DE APOIO À GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, 2017, p. 32).

Sendo assim, faz-se necessário divulgar de maneira responsável o que se pretende antes do início das obras, utilizarem os meios de comunicação para fazer chegar às informações para todos da comunidade e de fora dela, mobilizar todos os seguimentos com antecedência e em data prevista, reunir com os moradores para uma conversa pautada na Convenção 169 de forma transparente e de “boa fé”. Conforme entrevistas realizadas no campo de pesquisa, certifica-se que a consulta pública não foi realizada seguindo a praxis. Foi feita apenas uma reunião ministrada por representante do poder público para informar aos quilombolas as decisões que foram definidas no Gabinete do Executivo.

Sobre as casas populares construídas em Pedra Branca, o representante da CONAQ, Arilson Ventura, relatou que está cobrando junto ao Ministério Federal. E, segundo ele, está seguindo pelas vias corretas e o retorno está demorado. “Provoquei agora no Ministério Público de marcar uma audiência com CONAQ, Ministério Público Estadual, Câmara Municipal, Prefeitura, INCRA, Associação local, enfim, com todos os envolvidos para conversarmos sobre o assunto, sendo a Comunidade Quilombola de Pedra Branca (CQPB), reconhecida e certificada pela Fundação Palmares. E, ao receber pessoas de fora de outras comunidades para habitarem as casas populares a localidade quilombola acaba correndo o risco de se descaracterizar, o que demonstra que o projeto está completamente equivocado”.

“Além disso, há outros problemas que surgirão em relação a saneamentos básico, por exemplo. E também se o Ministério Público apontar que os recém-moradores não devem permanecer nas casas do projeto governamental, o governo municipal terá que resolver o problema, mas poderá surgir o agravante de conflitos entre pessoas, caso tenham que se retirarem do conjunto habitacional e procurarem outro local para residirem”.

## **2.7 O porquê da construção do CHMCMV: parecer municipal no período do início da obra**

Em entrevista com João Bosco Dias, 16-01-19, ele que foi prefeito municipal no período de 2013 a 2016, período este que se iniciou a obra do CHMCMV na CQPB que satisfeito com a entrevista disse que surge uma oportunidade onde poderia falar da sua melhor intenção quando levou aquele projeto para Pedra Branca em 2014, sendo que vai fazer 5 anos que o conjunto habitacional foi construído.

Ele relata que quando iniciou como prefeito de Vargem Alta em 2013, já havia este projeto em andamento na prefeitura ainda do governo anterior de Elieser Rabelo. O prefeito anterior que havia conseguido o recurso para construir o condomínio em Richimond, localidade urbana pertencente ao município de Vargem Alta, segue dizendo que quando chegou na prefeitura praticamente já havia perdido este recurso, porque a Secretaria de Estado não aprovou o local e pediu ao Elieser para apresentar outro local, pois o local apresentado era de barranco, não tinha como construir casa lá, a topografia do terreno não estava apto, Ele diz que foi na secretaria de Estado, pedir um novo prazo enquanto isso, foi pensando onde poderia levar o projeto habitacional MCMV, a partir daí, surgiu a ideia de ser em Pedra Branca, porque na lista das pessoas que estavam sendo contempladas, na sua concepção, muitas iriam desistir das casas e comenta que a desistência por parte dos contemplados se deu porque demorou muito resolver a questão e nesse ínterim, alguns já tinham até construído a sua casa.

Quando perguntei a ele se a demora se deu devido as habitações estarem embargadas pelo MPF Bosco respondeu que as casas não ficaram embargadas, mas documentos que eu analisei, comprovam o processo judicial.

Em sua fala, o ex prefeito confirmava que

Quando eu vi que ia sobrar umas 20, 30 casas pelas minhas contas eu decidi levar então para Pedra Branca porque a gente sabia do déficit habitacional da comunidade, era a comunidade que mais cobrava em relação as casas e eu decidi então levar pra lá (ENTREVISTADO JOÃO BOSCO DIAS, 16/01/2019).

Após essa decisão, comprou o terreno, cujo acordo foi realizado no cartório Geraldo Zampiroli em 21 de agosto de 2014 desapropriou uma área iniciando o trabalho de terraplanagem que segundo ele foi enorme! Sentou com os profissionais da secretaria de assistência do município para articular sobre a questão da obra e entrega das chaves das casas populares e articular a questão do cadastro.

Uma obra realizada com o convenio direto do governo Federal (Ministério das Cidades), Banco Luso (São Paulo) e Governo do Estado, em contrapartida com a prefeitura de Vargem Alta entrou com a ação política, compra do terreno “que não foi barato, maquinas para acertar o terreno e depois das casas prontas colocar água e tratamento de esgoto, a água a gente já tinha ali e eu comprei uma rede de tratamento de esgoto, moderna”

Sobre a consulta pública quando foi questionado, explicou que teve uma reunião que foi realizada na quadra com a participação de muita gente... “*Tinha bastante gente*” inclusive os moradores queriam que as casas ficassem só para eles, o ex prefeito afirmou que explicou sobre a intenção da obra e obteve aceitação por parte dos moradores presentes mas foi dito também que as casas não poderiam ser distribuídas somente para os moradores locais, devido a uma listagem que a municipalidade tinha que obedecer mas que ia sobrar casas para as pessoas de Pedra Branca.

Segundo ele, tudo caminhava perfeitamente quando entrou uma questão de política partidária, adversário político desvirtuou a intenção influenciando toda a comunidade contra a obra, ficando uma situação muito chata para a governança. O prefeito da época disse que a situação piorou depois que ele teve de se afastar do seu cargo por motivos alheios a sua vontade e “isso acabou desestabilizando o relacionamento nosso com a comunidade”.

Ao ser informado que ao moradores do condomínio são oferecido reuniões periódicas para tratar do bom convívio, relacionamento amistoso entre os moradores evitando conflitos através de regras que cada morador deveria cumprir, e também era oferecido cursos para que cada morador tivesse condições de ajudar no orçamento do mês, ele disse que isso também estava dentro do programa habitacional do período que ele estava a frente.

Hoje se diz não saber sobre o índice de insatisfação ou não dos moradores em relação a sua gestão e em especial a sua ação política de construção das moradias para o quilombo, encerrou dizendo que

Enquanto eu fui prefeito a intenção sempre foi levar o desenvolvimento para as comunidades que mais precisavam e Pedra Branca foi uma comunidade que mais demonstrou déficit (ENTREVISTADO JOÃO BOSCO DIAS, 16/01/2019).

Relacionado a conversa que tive com o ex prefeito, Arilson Ventura que é o Coordenador da CONAQ (Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas), afirma que Pedra Branca está atravessando por uma situação preocupante, casas populares foram construídas dentro da comunidade para atender os desassistidos de diferentes áreas do município e isso já está sendo cobrado ao Ministério Federal, ele disse que apresentou a denúncia porque entendo que deve seguir pelas vias corretas, mas o retorno está demorado e o recebimento de pessoas de fora para residir um território quilombola, pode descaracterizar a comunidade.

Arilson que acompanha as ações quilombolas de Pedra Branca diz que a comunidade vem resgatando aos poucos a cultura do grupo que com o passar do tempo já estava ficando adormecida em detrimento de outras imposta pelo sistema, e desabafa que a municipalidade está contribuindo para descaracterização da comunidade e para além do problema social que será implantado naquele território, diz imaginar como vai ser a relação das pessoas caso o ministério público venha dar ganho de causa para Pedra Branca e exigir a retirada dos novos moradores de suas casas e segue dizendo que Logicamente o governo local terá que localizar estas pessoas em outro espaço físico mas só isso não vai bastar, poderá surgir uma mágoa dos que tiveram de sair em relação aos moradores da comunidade, isso é perigoso, além do mais, o Projeto habitacional surgiu para ser instalado em outro local e não em Pedra Branca, a prefeitura tentou comprar terreno para a construção das casinhas primeiro no local de origem como não conseguiu tentou comprar o terreno em Pedra Branca quando um proprietário quis vender suas terras, ninguém sabia ao certo para que a prefeitura queria comprar aquele espaço.

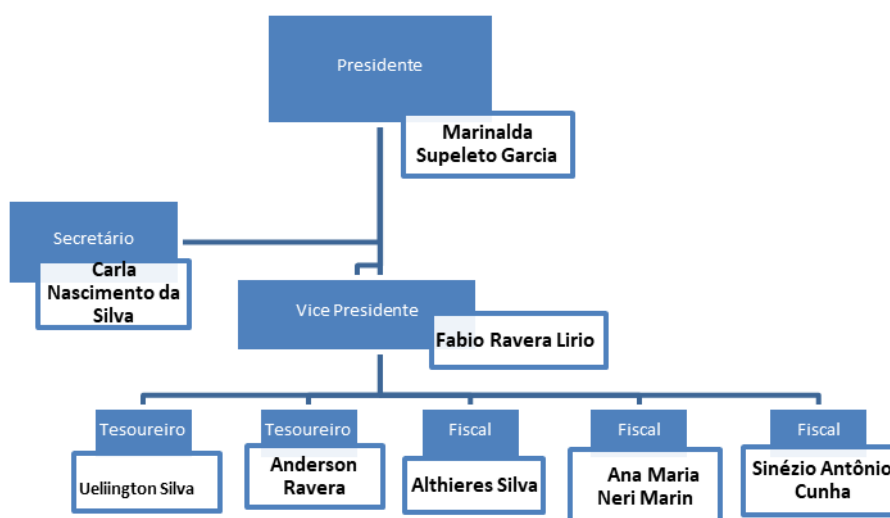
Arilson afirma que o projeto está completamente equivocado, e menciona o decreto 4887/03, fazendo uma abordagem sobre uma dúvida que surgiu em relação

a sua constitucionalidade ele explica que o decreto foi promulgado em 20 de novembro de 2003 quando entrou em vigor, no mês de julho de 2004 na época o PFL hoje DEM entraram com uma ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) no supremo com alegação adversas que a forma de titulação e delimitação que está colocada no documento seria irregular, enfim, depois de diversas agendas, somente em 2012 teve a primeira julgamento que o relator ministro “Cesar Peluza” trouxe a voto julgando o decreto constitucional .

### 3 TERRITÓRIO QUILOMBOLA E MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA: DIREITO DE CULTIVAR SUAS RAÍZES

#### 3.1 Mobilização Comunitária: Direito de Cultivar suas Raízes

Nesta sessão, analiso sobre a mobilização dos quilombolas de Pedra Branca em busca do reconhecimento, sua organização social, enquanto comunidade e suas movimentações enquanto grupo de direitos, descrevendo algumas de suas conquistas das quais tive participação e outras relatadas em entrevistas sendo assim, poderemos entender as perspectivas dos moradores enquanto integrantes de quilombola.



**Figura 12** – Organograma da Associação de Moradores – CQP B  
Fonte: Elaboração própria, 2019.

...plantei capim, oh gente, nasceu guiné,  
plantei capim, oh gente, nasceu guiné...  
Catacumba pegou fogo  
Defunto deu no pé..."  
(OLIVEIRA, 2017 p. 179)

A emergência de diversos grupos sociais portadores de identidade, nas últimas décadas, sinaliza a capacidade de previsão dos constituintes, que tratou de

assegurar como princípio a constituição de uma “sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos” (BRASIL, 1988).

A Constituição Federal de 1988 que dispõe em seu artigo 5º, *caput*, sobre o princípio constitucional da igualdade, perante a lei, nos seguintes termos:

Artigo 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes.

Tendo no princípio desta Constituição Federal, disposta no artigo 4º, inciso VIII, a igualdade racial além de contemplaridade de outras vertentes, sendo assim, converteu os grupos em “sujeitos de direito” e, à medida que os reconheceu, garantiu a sua integração física e social.

O pluralismo é uma das marcas para as comunidades tradicionais interação entre os indivíduos que vivem em comunidades e que mantém um convívio durante certo período de tempo lhes garantem produção da sua própria cultura e nos leva a questionar o papel da cultura, o que ela desempenha na vida do sujeito e como indica sobre a identidade de cada grupo.

Munanga (1995, p. 58) afirma que

“O Quilombo brasileiro é, sem dúvida, uma cópia do quilombo africano reconstituído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra estrutura política na qual se encontram todos os oprimidos, que, além de descrever um amplo processo de cidadania incompleto, veio também sistematizar um conjunto de anseios por ações em políticas públicas, visando reconhecer e garantir os direitos territoriais dos descendentes dos africanos capturados, aprisionados e escravizados pelo sistema colonial português. As terras dos quilombos foram consideradas parte do patrimônio cultural desses grupos negros e, como tal, deveriam ser alvo de proteção por parte do Estado.

Para as comunidades tradicionais, a terra possui um significado completamente diferente da que ela apresenta para a cultura ocidental hegemônica.

Neste mesmo sentido, Castells salienta que:

a garantia das terras garantirá também estar junto de seu povo, compartilhando de todos os momentos não deixando ser esquecida a sua identidade cultural, mantendo fortalecido o sentimento de pertencimento, segundo afirma o Sociólogo (CASTELLS, 2001, p. 22).



Por essas e por outras razões, as reivindicações de organizações de movimentos negros e setores progressistas, como parte da própria reflexão sobre o Centenário da Abolição da Escravidão no país, levadas à Assembleia Constituinte de 1988, favoreceram a aprovação de dispositivos constitucionais concebidos como compensação e/ou reparação à opressão histórica sofrida. A ressemantização do termo “quilombo” fruto de mobilização social, garantiu a estas comunidades direitas em identificação, auto definição e certificação, passos administrativos de responsabilidade da Fundação Cultural Palmares (FCP) para que lhes sejam atribuídas a legalidade e a posse inalienável de seus territórios, garantindo o acesso aos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal.

De acordo com o Art. 215 da Constituição Federal, o direito à terra dos remanescentes de quilombo pode ser identificado como um direito fundamental cultural, que se liga à própria identidade de cada membro da comunidade, conforme consta na Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre povos indígenas e tribais em países independentes, aprovada em 1989, durante a 76ª Conferência, que revê a Convenção nº 107, que é o instrumento internacional vinculante mais antigo que trata especialmente dos direitos dos povos indígenas e tribais no mundo.

Após 20 anos da sua aprovação da Convenção 107, a OIT vem acumulando experiências na implementação dos direitos reconhecidos a esse povo sobre as mais diversas matérias, tais como “o direito de autonomia e controle de suas próprias instituições, formas de vida e desenvolvimento econômico, propriedade de terra e de recursos naturais, tratamento penal e assédio sexual” (BRASIL, 1988).

A assinatura da Lei Áurea, em 1888, pela Princesa Isabel, não garantiu aos negros a liberdade tão sonhada. Ao contrário, o negro viveu às margens da sociedade, por ter sido discriminado e sem ter oportunidades de se engajar no mercado de trabalho, pois não se encontrava apto a exercer todos os ofícios, devido ao fato de não possuir formação escolar, ser estrangeiro, não ter reservas econômicas, cabendo a ele o subemprego.

O assunto abordado acima também foi pauta em uma reunião que aconteceu em junho de 2010 em Pedra Branca, da qual, eu participava fazendo observações, no período que antecederia a certificação da comunidade, sendo este assunto questionado pelo jovem José, que também participava da reunião “A Abolição da

escravatura aconteceu com a participação da princesa Izabel em libertar os escravos, se os escravos foram libertos naquela ocasião, porque seus descendentes são hoje escravizados pela falta de oportunidades que gera preconceito e discriminação racial?” Neste dia, foi a oportunidade para os jovens de Pedra Branca se reunirem com a representatividade da CONAQ para tratar especialmente de assuntos relacionados ao reconhecimento da comunidade.

A polêmica surgiu após a fala do adolescente José e todos concordaram com a indagação, e esta inquietação serviu para que Arilson Ventura como representante legal da CONAQ abordasse muito bem a questão e como resposta disse “é preciso saber sobre o sofrimento vivido por nosso povo, as injustiças que foram cometidas a eles e que ainda hoje nos afeta, mas agora é hora vê mudarmos o rumo dessa história que tanta dor causou pra nossa gente”.

Retornando a Lei instituída em 1888, que instituiu formalmente a proibição da escravidão, porém não significou o acesso de negros e negras a direitos ou o fim da segregação desses sujeitos pela sociedade, ao contrário disso, os ex-escravos foram expulsos das terras em que viviam (LEITE, 2000). Simmel levanta um conjunto de tensões e paradoxos que ameaça o sistema social na sua globalidade, mas estabelece, ao mesmo tempo, formas de regulação que atenuam seus efeitos e permitem a interdependência entre indivíduos e grupos de indivíduos, mesmo que resultem em relações desiguais e, às vezes, conflituosas. “A pobreza [...] é não apenas relativa, mas construída socialmente. Seu sentido é aquele que a sociedade lhe atribui” (PAUGAM; SHULTHEIS, 1998, p. 15).

Estudos demonstram que a realidade vivenciada pelos ancestrais no período pós-abolição, paira hoje como uma sórdida herança deixada, não por livre vontade, mas pelas condições que se encontravam os libertos, dado a isso, a população negra vive numa proporção considerável de extrema pobreza e seus direitos negados.

Pensando nesta condição social, espacial e cultural, os moradores da comunidade quilombola de Pedra Branca no ano de 2010 se reuniram para dialogar sobre questões do reconhecimento da comunidade como quilombola. Após realização de várias reuniões temáticas, oferecendo oportunidades para que todos expusessem sua opinião sobre o assunto.

Assim, para que houvesse uma melhor organização e um intenso entendimento sobre as discussões, decidiu-se por selecionar os grupos por faixa etária, ouvindo os mais velhos, os adultos e os mais jovens, e, por fim, toda a comunidade foi convidada para conhecer e discutir sobre o resultado que levou à confirmação de que o local se tratava de remanescentes de quilombo, principalmente, pela memória dos mais velhos, que relataram suas brincadeiras enquanto crianças, tais como o jongo, maculelê, as cantigas de roda e conversa no terreiro.

Ao se realizar essa verificação, os moradores demonstraram grande interesse em serem reconhecidos como quilombolas. Por conseguinte, a documentação reunida ao longo do ano foi encaminhada para a FCP, em 11 de outubro de 2010, com o intuito de conseguir o reconhecimento para que os seus moradores pudessem utilizar as políticas públicas destinadas aos quilombolas, possibilitando-os se situarem na linha horizontal do presente, desenvolvendo o espírito de pertencimento, se valorizando “dentro do Brasil contemporâneo, embora assinalando as dificuldades, as ambiguidades que se associam a estas complexas raízes indenitárias e ao seu processo de formação” (ROSSA, 2015, ), é imperioso destacar que o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitória (ADCT), que garante “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Na observância desse direito, foi emitida então a certidão que reconhecia a comunidade Pedra Branca como Quilombola, em 09 de dezembro de 2010. E, em 19 de janeiro de 2011, os moradores festejaram o batizado da mesma com danças, comidas, jogos e brincadeiras típicas, muitos convidados e alegria.

Oliveira ao comentar sobre a CQPB em seu livro *Jongos e Caxambus* narra que “a comunidade teve origem com os antigos trabalhadores escravizados nas fazendas ao entorno e se constituíram ali com seus descendentes” relata também que “estas fazendas, no período da escravidão era produtoras de café, algodão cana de açúcar e criavam poucos gados” (OLIVEIRA, 2017, p. 176).

Em suas análises sobre a comunidade, aborda também sobre a questão cultural pelo fato dos negros e negras que compuseram o referido quilombo, levaram

consigo vidas, crenças, valores e movimentos que hoje podemos considerar que são de memórias.

### **3.2 Grupos sociais portadores de identidade**

Nesta abordagem onde será retratada a identidade, é imperioso ressaltar que trataremos da questão do indivíduo não em suas particularidades no sentido individual, mas as especificidades deste indivíduo enquanto participante de uma sociedade e suas relações com o meio social do qual pertence, sendo esta complexa ou não, focando para as redes de relacionamento do qual revela o seu jeito de ser, seus valores suas crenças e seus costumes

Com a finalidade de compreender melhor o espaço público onde foi construído o conjunto habitacional do MCMV como o meu objeto de estudo e como campo empírico das relações sociais, analisando também a vivencia dos moradores locais assim como a pratica de vida dos novos integrantes da comunidade, trazidos por imposição da construção das casas populares, analiso também algumas práticas de uso e apropriação não só do condomínio, mas também do uso do espaço público coletivo existente dentro da comunidade da qual foi inserido estes novos participantes.

Sendo que para isso alguns acompanhamentos foram realizados por meio de participação de atividades e eventos determinantes para a os moradores da CQPB, tais como observação participante na nova eleição da Associação de moradores que aconteceu em junho de 2017, lembro que o evento tinha sido marcado para as 19 horas, chovia muito nesta noite e em um determinado momento acabou a energia, mas os moradores estavam presentes em grande número e permaneceram até a energia retornar, ao todo, 327 foram os votos depositados na urna, um boa representatividade sendo que a comunidade é composta de 404 moradores, dados de 2017, período que iniciei a pesquisa.

Duas chapas concorreram neste dia, uma tentando a reeleição cujo presidente Francisco Jose mais conhecido como Tico, em sua gestão tinha sido possível toda a articulação da qual resultou no reconhecimento da comunidade e a

outra com novos integrantes, ganhou a segunda que vai atuar até 2020, período que será necessário acontecer nova eleição.

A eleição se fez mediante a presença da comunidade que tinham sido convidadas com antecedência, com a representação da associação de moradores vigente e a presença da CONAQ.

Sendo assim, por haver vários acontecimentos e para não haver um número desigual de acompanhamento e participação em cada uma dessas reuniões, segui o caminho das redes de diálogo entre moradores (REGINENSI, 1996). Por entender que esta estratégia metodológica me permitiria identificar com mais perceptibilidade como os moradores se articulam e qual o seu grau de participação e contribuição junto a associações de moradores, em busca do bem comum bem como se estabelecem as relações interpessoais dentro e fora do quilombo assim como interagem com os agentes externos que se envolvem na comunidade no intuito de ajudar.

Estas pesquisas empíricas que apresento aqui me remete a uma reflexão sobre a cultura local, que muito tem contribuído para o fortalecimento da identidade quilombola em territórios de Pedra Branca, principalmente por auxiliar na construção de uma nova realidade e, ao mesmo tempo, orientar sobre ações dos sujeitos de direitos nas diversas conjunturas sociais.

Nesta perspectiva, analisar as relações construídas entre o referido grupo de identificador me possibilitou considerar principalmente o contexto cultural que os caracteriza como um grupo e saber sobre sua trajetória histórica e quais estratégias possibilitaram esta construção a saber que “não podemos compreender nenhuma realidade social sem conhecer o contexto sócio histórico em que se envolve” (CASAS, 2005, p. 42).

Neste mesmo sentido, Bonin (2000, p. 65), relata que “viver em grupo já é difícil, mas o mais problemático é tentar conviver com grupos que têm diferentes regras de relações e de poderes”.

A cultura de um povo se caracteriza por suas práticas de vida fundamentadas em seus princípios de crenças e valores determinantes e distintos, produzindo procedimentos indenitários que os caracterizam. Identificar-se como pertencer a determinados grupos não deva ser uma tarefa fácil, em conversa informal com a moradora Natalina, ela faz um desabafo, segundo ela, “as pessoas não se

aproximam dos “pretos” pra fazer amizade, as pessoas se aproximam só quando precisam dos “pretos”, pra chamar pra dar uma faxina ou fazer um outro trabalho”. Natalina explica que quando se refere “as pessoas”, em sua fala, ela está querendo citar sobre algumas pessoas residentes no município que por mais que conviva com as pessoas residentes em Pedra Branca, mantém apenas um vínculo de trabalho.

A conversa que tive com a entrevistada Natalina que ocorreu no dia 18-05-17 sugere sobre a existência do preconceito racial dentro e fora do município, e que muitos sentem na carne, ao mesmo tempo que ele se entristece ao ser atingida por palavras e atitudes preconceituosas, ela diz ter piedade das pessoas que colocam as margens pessoas dotadas de características diferentes das que trazem marcas eurocêntricas, não visando o ser humano, e se pergunta, até quando seremos reféns do racismo que por mais que seja combatido vem se multiplicando cada vez mais, e vem com muita força contra a humanidade de forma covarde e cruel.

Estas atitudes ocorrem devido as histórias contadas de forma aligeirada utilizando de estratégia pejorativa para definir determinados grupos principalmente em relação ao povo negro, mas este imaginário se torna desmistificado com o fortalecimento das relações sociais construídas e suas tradições mantidas e transmitidas pelos familiares ou não mais que estão de alguma forma ligados por laços de pertencimento ou relações afetivas.

E nesta construção social podemos entender a identidade como “a representação que um indivíduo dá a si mesmo por pertencer a um grupo” (TAJFEL apud WHETTEN E GODFREY, 1998). Segundo Dubar, a identidade de um grupo repousa sobre uma representação social construída, sobre a qual uma coletividade toma consciência de sua unidade pela diferenciação dos outros (DUBAR, 1996, p. 140).

A identidade de um grupo é muito dinâmica em todos os aspectos, seja pessoal ou social, uma vez que está presente no indivíduo mesmo que este, esteja em diferentes lugares em suas pratica cotidianas. É algo vivo e histórico, está internalizado na pessoa e esta, mesmo em campos opostos, terá na sua concepção e práticas, suas tradições que foram transmitidas pelos seu grupo de origem.

Cuche (1999) afirma que a identidade é vista como um meio para atingir um objetivo. Logo, a identidade não é absoluta, mas relativa. O conceito de estratégia indica também que o indivíduo, enquanto ator social, não é desprovido de uma certa

margem de manobra. Em função de sua avaliação da situação, ele utiliza seus recursos de identidade de maneira estratégica. Na medida em que ela é um motivo de lutas sociais de classificação, que buscam a reprodução ou a reviravolta das relações de dominação, a identidade se constrói através das estratégias dos atores sociais (CUCHE, 1999, p. 184).

As identidades coletivas nem sempre surgem da harmonia, mas também por lutas ou divergências, sendo que, o que move é o discurso do bem-estar social, mais do que se identificar é a busca por direitos sociais básicos e ao território, no sentido de ser e pertencer sem nenhum direito a menos.

O protesto-latente tem a ver com as situações em que o desenho e o planejamento urbano são contestados. Caso esse tipo de protesto tenha sucesso, o espaço público torna-se uma arena de contestação dos significados definidos pelo planejamento do espaço, sendo tais situações objeto de notícia nos meios de comunicação social e, eventualmente, em panfletos. Nesse tipo de protesto pode verificar-se o caso de uma reconfiguração do espaço físico (REGINENSI, MENEZES, 2009, p. 858).

Nesta lógica de pertencimento, o sentimento de pertencimento do qual mobilizavam os moradores da CQPB, em se reunirem para solucionar suas demandas, levou os a se organizarem melhor e juntos buscarem a solução que consideraram emergentes para cada momento em que surgiu desafios a serem enfrentados, solicitando ajuda aos agentes externos que poderiam auxiliá-los.

Em consonância com Maria da Glória Gohn (2008), que explica “estes movimentos teriam como principal característica a ênfase na cultura. Os atores sociais são percebidos através de suas ações e de sua identidade, elemento presente nos Novos Movimentos Sociais, uma vez que esses movimentos muitas vezes atuam em defesa da identidade.” Ela ressalta que “uma das premissas básicas a respeito dos movimentos sociais é: são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes. Entretanto, não se trata de um processo isolado, mas de caráter político-social (GOHN, 2008, p. 333).

Neste sentido, sinto a necessidade de comentar que, em 09 de fevereiro de 2018, quilombolas de todo território brasileiro conquistaram o direito de manter a eficácia do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação das terras ocupadas pelas comunidades quilombolas. O referido Decreto estava sendo

questionado por lideranças políticas partidárias com objetivos opostos da população negra.

O Decreto Federal nº 4.887/2003, assim como o decreto estadual nº11.850/2009 definem as comunidades remanescentes de quilombos:

Art.4º- Consideram-se Comunidades Remanescentes de Quilombo, para os fins deste decreto, os grupos étnicos – raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida, nos termos do Decreto Federal nº4887, de 20 de novembro de 2003.

### **3.3 Atores Sociais e suas Memórias**

Acreditando que, para haver compreensão do presente nos aspectos sociais, culturais, econômicos que define a questão socioespacial, da qual empreendo nesta dissertação, se fez necessário observar alguns pontos factuais com o objetivo de conhecermos melhor a realidade vivenciada no território quilombola, alguns relatos dos populares que residem dentro da comunidade, se fizeram imprescindível, possibilitando construir um entendimento sobre o cotidiano do grupo e ao mesmo tempo vislumbrar uma perspectivas sobre o futuro social destes, que poderá surgir a partir dos elementos reunidos neste material científico.

Em uma dessas observações, me aproximei de Edilene, moradora que chegou recentemente em Pedra Branca para habitar no CHMCMV, ela relata que antes de se mudar para o condomínio, moradora de Vargem Grande, localidade pertencente a Vargem Alta, ela que vem de berços pobre, nunca possuiu casa própria, sendo mãe de dois filhos estava com dificuldades para manter o sustento da casa já que havia se separado do marido e este não dava assistência aos filhos, ela afirma que passa muitas necessidades pois não consegue emprego por não ter concluído o ensino fundamental I e por não ter especialização alguma.

Edilene diz ainda, que nunca pode contar com ajuda dos familiares porque sua mãe que teve vários filhos, muitos destes filhos se encontram na mesma situação que ela precisando voltar para casa da mãe por não terem onde morar. Ela que é de uma família popular do município diz entender que as pessoas conhecem a



sua família por suas características tanto física como de carentes, Edilene diz que é feliz apesar das dificuldades que enfrenta e que de acordo com o possível tem tudo que precisa e sempre sai, viaja, visita os amigos, mas sempre vai em casa para ver como estão as “coisa”. Revelando que no condomínio tem três irmãs que foram contempladas com as casas, ela conta também que a sua irmã mais nova que também é moradora do condomínio estava a 15 dias sem água e energia em casa porque havia sido cortado por falta de pagamento. Essa nossa conversa ocorreu em 12 de abril de 2018.

Segundo Haigert apud Rouston (2005, p. 102), a memória é importante, pois: “A memória e a identidade estão essencialmente ligadas mantendo viva a cultura e a consciência coletiva e o Patrimônio da coletividade que identifica o sujeito no tempo e espaço”, não sendo diferente para a população da CQPB que quando reúne o grupo, revivem as várias memórias que estão expressadas em sua cultura, cultura esta que compõe significados, constrói caminhos possíveis para que determinados grupos sociais dialoguem com os demais sobre suas práticas de vida, possibilitando uma interação e compreensão entre si a partir de uma teia de significados criados pelo próprio homem. Em meio a um contexto de particularidades histórico-culturais, permeados por um imaginário social que remete aos tempos de escravidão com histórias de resistência e luta e como um elo que mantém a união do grupo e que permite a sua continuidade no tempo através de sucessivas gerações, possibilitando a preservação da cultura, dos valores e do modo peculiar de vida da comunidade étnica.

No final do ano de 2009 e início de 2010, reuniões com a representatividade com CONAQ se intensificaram sendo que a última, ocorreu em 18 de outubro de 2010 reunindo os moradores da comunidade, a associação dos moradores, representante estadual da CONAQ e os moradores mais antigos da comunidade,

A reunião iniciou com a exposição do Coordenador da CONAQ Arilson Ventura com informações sobre a possibilidade do reconhecimento da comunidade como quilombola e da importância de contar com a presença dos “mais velhos” para fechar com o primeiro ciclo da etapa, ele continua contando da chegada dos negros africanos no Brasil na condições de escravizados e da atrocidade cometida aquele povo que foram covardemente explorados e menosprezados pelo branco europeu, mesmo que os cativos tivessem relutado contra o sistema criando diversas situação

de resistência, daí, ele chega no ponto que segundo ele entende como fundamental, a formação dos quilombos fazendo um comparativo com a CQPB nos traços socioespacial.

Os atores sociais que integram a comunidade de Pedra Branca reunidos na ocasião, puderam se expressar, João, da juventude negra comentou sobre a quantidade de moradores e o percentual de pessoa que já residem ali por muito tempo, mas sua história de vida são diferentes daquelas que nasceram no local, dona Naíde confirmou comentando que teve época que não existiam pessoas brancas morando no local, já dona Maria moradora a 53 anos ela diz que os primeiros moradores eram católicos e depois surgiu os espíritas e recentemente vários evangélicos e que no Centro espírita da Mãe Laura, várias pessoas são atendidos com consulta espírita, benzeduras ou rezas.

Dona Elma conta “eu dançava o caxambu e o senhor Domingos Ovidio era o caxambuzeiro”, e sua filha Jacy falou que sabia muitas coisas relacionadas ao assunto cantando um ponto para alegrar o ambiente.

Na fazenda de São Pedro  
Não tem vaca, não tem boi...  
Nasceu um bezerro morto,  
Me conta como é que foi...  
(DONA JACY, 11/06/2010).

Todos aparentemente envolvidos na reunião avaliaram o encontro como necessário e divertido, confirmando que estes valores culturais haviam se perdido assim como a Folia de Reis, Arilson tranquilizou os participantes dizendo que este resgate pode ser feito e estas manifestações podem fazer parte do dia deles novamente.

Dona Elma que dizia ter ido na reunião com dores no pescoço relatou que não sentia mais dores, outros participantes relatam que no período do caxambu pulavam e rodavam a valer, senhor Jose que estava presente na reunião e que também era sanfoneiro disse que tocou muitos forros e a “turma” gostava muito, hoje não toca mais e as pessoas sentem falta destes momentos de descontração. Dona Menina comenta que é parteira, mas que tem tempo eu não segura em suas mãos recém-nascidos porque a idade não permite e assim, vários “causos” foram

contados sempre demonstrando que os antepassados eram de trabalho e de luta, mas também “treteiros”.

Lembraram da dona Rosária que faleceu em 1960 e tinha desenvolvido trabalho nos canaviais como escravizada para abastecer um alambique que funcionava até o período de 1990 pela mão de outros proprietários. Hoje o alambique não existe mais, não ficando nem as ruínas para contar a história de sua existência. A reunião desse dia termina com um delicioso café e bolo de fubá.

Este envolvimento que tive com a comunidade anteriormente pode permitir que eu trouxesse algumas experiências já vivenciadas junto ao grupo e que hoje trago também como parte integrante desse trabalho de pesquisa. Com o total de oito reuniões a CONAQ já tinha um parecer conclusivo sobre o histórico da comunidade sendo que os passos seguintes seriam junto a FCP.

Neste sentido, Menezes (2009, p. 35), ressalta que

os valores culturais reúnem um conjunto de componentes ou referências tendo como principais, os valores cognitivos, formais, afetivos, pragmáticos e éticos. Preliminarmente, porém, vale acentuar que tais componentes não existem isolados, agrupam-se de forma variada, produzindo combinações, recombinações, superposições, hierarquias diversas, transformações e conflitos” no espaço territorial.

A relacionar sobre a memória coletiva que aqueceram os assuntos abordados nas reuniões que culminou no reconhecimento da comunidade, julgo como relevantes os fatos contados assim como os causos que estavam guardados lá no fundo da memória e que hoje se tornaram oficiais e merecem registros.

Da reunião com os mais velhos, destaco algumas histórias que ao meu ponto de vista se tornam brilhantes, dentre tantas, a construção do campo de futebol, localizada no centro da comunidade, segundo contaram, foi construído com o uso da enxada e do enxadão, sem uso de máquinas para abrir o espaço, os moradores que hoje não jogam mais bola, aproveitavam os momentos de folga, se reunião e trabalhavam no campo, depois do trabalho, confraternizavam tomando uma pinga produzida ali mesmo na região e comiam um tira gosto e como não podia faltar, um forro para alegrar.

Relembaram quando chegou a primeira TV em preto e branco na comunidade, pertencente a família Balardine, a aproximadamente 70 anos atrás, era

uma festa, uma turma se reuniu e tentavam acompanhar pela janela a programação, principalmente aos domingos. Só bem mais tarde a TV colorida surgiu na região.

O primeiro rádio, e o primeiro relógio pertenceu ao Sr. Gélcio Cunha, proprietário de fazenda, já a primeira motocicleta tinha o Sr. Pedro Pizetta como proprietário tendo o primeiro carro, um GMC do Sr. José Carlos Ravera, e por aí foram muitas recordações...

Contaram sobre o Sr. Arlindo, um morador antigo que previu sua “partida” e mais tarde, em 2018, esta história se transforma em filme produzido pelo Revelando os Brasis.

### **3.4 Intensificação das relações**

A Comunidade Quilombola de Pedra Branca, localizada na região montanhosa do município de Vargem Alta, surgiu aproximadamente partir de 1886. Há uma distância de 18Km da sede do município e aproximadamente 170 Km da capital Vitória, residem na localidade 115 famílias, dentre elas 80% das famílias são de origem negra, descendentes dos negros escravizados nas fazendas “Pedra Branca”, “São Pedro e “Prosperidade”. Reconhecida e identificada em 09 de dezembro de 2010, conforme consta na história contada no livro Os Italianos de Amilcar Gasparini, o autor menciona sobre a existência de mão de obra escrava na região, comenta sobre as várias tentativas de fuga entre os escravizados mas o fato é que o material enaltece os imigrantes italianos, valorizando a bravura do branco europeu que adquiriram suas terras com auxílio da Fazenda Pública, que junto com o presidente da província, distribuiu títulos de proprietários aos imigrantes que haviam quitado com o pagamento de todos os impostos sendo que a expedição do título entretanto, seguia com os respectivos registros para cada titular, legitimando o seu direito as terras, não deixando portanto de advertir que estavam todos sujeitos, não só as Leis, regulamentos gerais do Império, mas ainda a condição de obrigações especiais, sendo estas, a ocupação das terras e a manutenção das mesmas.

Os moradores da CQPB percebendo a necessidade de intensificar relações, estabelecem novas parcerias, ampliam contatos, sempre em busca por políticas públicas que favorecerá a coletividade, visando expressar elementos sociais, linguísticos e religiosos dos seu povo pois acreditam que este é um caminho possível para o enfrentamento das desigualdades que atingem as mulheres, idosos, homens juventude podendo garantir a eles seguridade, acesso e permanência ao trabalho, liberdade religiosa, saúde, educação de qualidade com qualificação específica, esporte e lazer da população negra.

Considerando a identidade social

um processo de justaposição na consciência individual, é uma totalidade dinâmica, onde os diferentes elementos interagem na complementaridade ou no conflito, pois o indivíduo tende a defender sua existência e sua visibilidade social, sua integração à comunidade, ao mesmo tempo em que ele se valoriza e busca sua própria coerência" (LIPIANSKI, In: RUANO-BORBALAN, 1998, p. 144).

Por ser assim, os moradores da comunidade passaram a interagir com outros grupos quilombolas e ao mesmo tempo conhecendo novas vivencias.

O processo de integração cultural desses grupos étnicos possibilitou a construção de uma identidade marcada tanto pela singularidade, em decorrência das manifestações específicas de cada grupo, como pelo reconhecimento de signos comuns, compartilhados historicamente (ENTREVISTA COM JULIANA SIMONATO, HISTORIADORA E COORDENADORA DE DOCUMENTOS ESCRITOS, AUDIOVISUAIS E CARTOGRÁFICOS DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO)

Conforme descreve Oliveira quando afirma sobre a CQPB, "a comunidade teve origem com os antigos trabalhadores escravizados e se constituiu com seus descendentes" relata também que "estas fazendas, no período da escravidão era produtoras de café, algodão cana de açúcar e criavam poucos gados (2017, p. 176) por esta óptica, subtende que aqueles escravizados que fugiram dos grilhões se instalando no local onde hoje se denomina CQPB constituíram marcas positivas o longo de sua trajetória e agora pretendem é superar os Impactos sociais provocados nos últimos anos em seu território por entenderem que tem direitos garantidos e descritas nas políticas de igualdade racial.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao Estado que caberia ser legitimador da igualdade de oportunidades a todos os povos, independente de raça, idade, sexo, etnia, religião, poder social e econômico, dentre outros, possibilitando a todos usufruir de seus direitos, garantindo melhores condições de vida, tornando-se um instrumento legitimador na promoção da igualdade social e no entanto, no território da CQPB esta se posicionando de maneira contrária, levando para dentro do quilombo, problemas gravíssimos disfarçados de políticas públicas que amenizará o déficit habitacional do local.

Apesar do reconhecimento e da certificação, as contradições entre a Legislação e a sua efetiva aplicação da Lei constituem, atualmente, um grande desafio, requerendo uma ação coletiva redobrada, que precisam se mobilizar para alcançar as tão sonhadas mudanças sociais, na busca pela igualdade de oportunidade, embatendo sim em favor do grupo de referência de acordo com o seu contexto social.

Os quilombos que antes se estabeleciam como fundamental forma de resistência dos negros contra a imposição do sistema escravista, atualmente se instituem como rica e vasta cultura, material e imaterial deixadas pelos ancestrais e preservada atualmente, como símbolo de resistência dos quais seus membros difundem seus costumes e tradições que se encontram com outras culturas na intenção de todos os povos se manifestarem e serem respeitados e mesmo assim, estas grandes expressões históricas estão sendo bombardeadas de todas as formas.

A CF de 1988 assegura direito às terras ocupadas aos remanescentes de quilombos sendo que o Estado deva atuar na titularização dessas terras, mas isto não garante a seguridade aos quilombolas e seus direitos estão sempre em riscos exigindo posicionamento de movimentos sociais que se auto-identificam quilombolas buscarem por políticas públicas que garantem este evento.

Sendo assim, os sujeitos permeados por influências internas ou externas, se tornam sujeito de direito e neste contexto, devem se posicionar criticamente e buscar ações direcionadas para o bem comum, rejeitando qualquer possibilidade de injustiças que possa abalar a estrutura do coletivo.

O importante é ter a convicção que determinadas políticas públicas são implantadas propositalmente, com objetivo único de desarticular, mesmo que aparentemente possam surgir mascarada para beneficiar a população, posteriormente pode trazer impactos perversos ao território, por isso a importância de analisar as propostas públicas antes mesmo da sua implementação, o dialogo e conhecimento da causa é necessário para que os envolvidos possam agir no momento certo.

Para os moradores de Pedra Branca, a palavra de ordem luta, para desconstruir as armadilhas que se estabeleceu na região e que chegam amparadas pelo Estado. Talvez tenha sido esta a melhor saída que o Estado encontrou para eliminar os indesejados da sociedade Vargem-altense.

Sendo assim, surge a importância da efetivação dos movimentos sociais, interessante também seria uma representatividade comprometida, ocupação da pasta pública que demandam políticas públicas.

São os movimentos sociais que trilham caminhos e colaboram para aquisição de melhores condições de vida e acesso a direitos, principalmente no que diz respeito a políticas de ação afirmativa e aos direitos aos remanescentes de quilombo.

Teixeira (2001, p. 27), em seus estudos levanta um questionamento sobre está inserido que podemos bem fazer um paralelo em relação aos povos que se identifica como parte integrante de um grupo.

'fazer parte', 'tomar parte', 'ser parte' de um ato ou processo, de uma atividade pública, de ações coletivas. Referir 'a parte' implica pensar o todo, a sociedade, o Estado, a relação das partes entre si e destas com o todo e, como este não é homogêneo, diferenciam-se os interesses, aspirações, valores e recursos de poder.

Desta forma, é necessário, portanto, que se permita que o individuo se sinta parte de um processo, e pelo que tudo indica, isso só seria possível através de uma reestruturação nas informações que são divulgadas na história que são contadas sobre os povos na construção da sociedade brasileira, principalmente sobre o negro a qual, o negro possa ser visto como parte constituinte do que somos enquanto brasileiros e que a escravidão não seja vista como um passado distante, mas como fato que produziu marcas que persistem por não serem tratadas adequadamente em

nossa formação social. Assim, as questões que envolvem as populações quilombolas não podem ser tratadas como episódicas e isoladas e sim incluídas em planos de ações com premissas, metas, alocação de recursos e prazos determinados, ou seja, devem ser realmente incluídas e integradas para que a justiça social aconteça e que tenhamos uma sociedade mais humana, sendo assim, todos possam usufruir das políticas públicas que vão realmente atendê-los em suas especificidades sem nenhum direito a menos.



## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Quilombos: sematologia face a novas identidades. In: SMDDH; CCN. (Org.). **Frechal terra de preto: quilombo reconhecido como reserva extrativista**. São Luís, 1996, p. 11-19.

AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lucia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz (Org.). **“Minha Casa Minha Vida” para iniciantes**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Letra capital, 2015.

ARIAS, P. G. **La cultura. Estrategias Conceptuales para comprender a identidad, la diversidad, la alteridad y la diferencia**. Escuela de Antropologia Aplicada UPS-Quito. Ediciones Abya-yala, 2002.

BAUGNET, L. **L'identité sociale**. Dunod: Paris, 1998.

BAUER, M.; GASKELL, G.; ALLUM, N. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento. In: BAUER, M.; GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

BONIN, L. F. R. Indivíduo, cultura e sociedade. In M. G. C. Jacques, M. N. Strey, N. M. G. Bernardes, P. A. Guareschi, S. A. Carlos & T. M. G. Fonseca (Orgs.), **Psicologia social contemporânea**. Petrópolis: Vozes. 2000.

BOURDIEU, Pierre. **O Investigador da desigualdade – Nova Escola**. 1997. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/.../pierre-bourdieu-o-investigador-da-desigualdade>. Acesso em: 15 fev. 2019.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude; ROSENDO, Ana Paula. **A Reprodução: elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino**. Coleção: Recensões LUSOSOFIA. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

\_\_\_\_\_. **Minha casa Minha Vida – Entidades - Caixa Econômica Federal**. Disponível em: [www1.caixa.gov.br/gov/gov\\_social/municipal/programas\\_habitacao/.../entidades.asp](http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programas_habitacao/.../entidades.asp). 2009. Acesso em: 15 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei 10.639 de 09 janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm). Acesso em: 15 fev. 2019.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CUCHE, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais. Bauru: EDUSC, 1999.

DAGNINO, Evelina. Os Movimentos Sociais e a emergência de uma nova noção de Cidadania. In: DAGNINO, E. (Org.). **Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DAGNINO, Evelina; OLIVEIRA, Alberto; Panfichi, Aldo (Org.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra; Campinas: Unicamp, 2006.

DEETZ, S. The micro-politics of identity formation in the workplace: the case of a knowledge intensive form. **Human Studies**, n. 17, p. 23-44, 1994.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1989.

DRAIBE, Sônia Maria; RIESCO, Manuel. Estados de Bem-Estar-Social e estratégias de desenvolvimento na América Latina. Um novo desenvolvimentismo em gestação? **Sociologia**, Porto Alegre, ano 13, n. 27, p. 220-254, 2011.

FARIAS, Luiz Alberto de. **Relações Públicas Estratégicas: técnicas, conceitos e instrumentos**. São Paulo: Summus, 2011.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1978.

FERNANDES, Florestan. Aspectos da questão racial. In: FERNANDES, Florestan (Org.). **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global, 2007 [1966]. p. 38-63.

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: MOTTA, Manoel Barros da. **Foucault: ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense, 2006, p. 264-287.

FREITAS, DÉCIO. **O Escravismo Brasileiro**. Porto Alegre: Editora: Mercado Aberto, 1982.

GASPARINI, Amílcar. **Os italianos: uma história real**. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2003.

GOMES, Nilma Lino. "Educação e Diversidade Étnicocultural". In: RAMOS, Adão Barros (Org.). **Diversidade na Educação: reflexões e experiências**. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica/MEC, 2003.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GONÇALVES, José Reginaldo. **Memória e ideologias nacionais**. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 1988.

\_\_\_\_\_. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. **Revista Estudos Históricos**, v. 1, n. 2, p. 264-275, 1988. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2163>. Acesso: 19 set. 2019.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

\_\_\_\_\_. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

\_\_\_\_\_. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **Teorias dos movimentos sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

GUIMARÃES; Aissa Afonso Guimarães; OLIVEIRA, Osvaldo Martins (Org.). **Jongos e Caxambú – Culturas afro-brasileiras no Espírito Santo**. 1ª ed. Vitória: PROEX/UFES, 2017.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. 10ª ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

HOBBSAWM, Eric J. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre a classe operária**. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedian. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. 116p.

\_\_\_\_\_. **Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014. 213 p.

KAUFMANN, J. C. **A Entrevista Compreensiva. Um Guia para pesquisa de Campo**. Tradução brasileira de Thiago de Abreu e Lima Florêncio. Rio de Janeiro: Edufal, 2013.

KRAUSE, Cleando Lima Neto; FURTADO, Vicente Correia; ALVES, Bernado. **Subsídios à Política Habitacional: revalorização do Plano Nacional de Habitação a partir do Déficit Habitacional Básico 2010 e sua evolução no período 2005-2010**. Parecer nas Coleções: Habitação: Relatórios de Atividades / Técnicos. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 15 fev. 2019.

LEITE, I. B. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, v. 4, n. 2, p. 333-354, 2000.

LINS, Hoyêdo Nunes; CORRÊA, Geovana de Medeiro. Habitação social em debate: **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 35, n. 2, p. 441-466, dez. 2014.

MARANGONI, Gilberto. O destino dos negros após a Abolição. **Revista Desafios do Desenvolvimento – IPEA**, ano 8, n. 70, p. 1, 2011.

MARICATO, Ermínia. **Conflitos socioambientais e acesso à moradia na construção do habitat**. 2011. Disponível em: [ipiu.org.br/conflitos-socioambientais-e-acesso-a-moradia-na-construcao-do-habitat](http://ipiu.org.br/conflitos-socioambientais-e-acesso-a-moradia-na-construcao-do-habitat). Acesso em: 02 fev. 2019.

MARTINS, Heloísa Helena de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a07.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2019.

MENDOZA, Carlos Alberto Casas. **Nos olhos do outro: nacionalismo, agências indigenistas, educação e desenvolvimento, Brasil-México (1940-1970)**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais - Universidade Estadual de Campinas Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 2005.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas**. Conferência Magna. In: I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, v. 1 e 2, tomo 1. Brasília: IPHAN, 2009. Anais do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural:

MOURA, C. **Quilombos: resistência ao escravismo**. São Paulo: Ática, 1987.

MOURA, C. **Rebeliões da Senzala: Quilombos, Insurreições, Guerrilhas**. 3ª ed. São Paulo: Ed. Zumbi, 1959.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

MUNANGA, Kabengele. "Identidade, cidadania: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil". In QUINTAS, Fatima (Org.) **O negro: Identidade e cidadania. Anais... IV Congresso Afro-Brasileiro**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, Editora Massangana, 1995.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Conflitos: traumas e memórias. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 5, n. 11, p. 220-234, 2013. Disponível em: <http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/198>. Acesso em: 14 abr. 2019.

NASCIMENTO, M. B. **Kilombo e memória comunitária: um estudo de caso. Estudos AfroAsiáticos**, Rio de Janeiro, CEAA/UCAM, v. 6, n. 7, p. 259-265, 1982.

\_\_\_\_\_. **O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. Afrodiáspora**, v. 6, n. 7, p. 41-49, 1985.

PAUGAM, S.; SHULTHEIS, F. Naissance d'une sociologie de la pauvreté. In: SIMMEL, G. **Les pauvres**. Paris: Presses Universitaires de France. Quadrige, 1998.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber**. Eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latinoamericanas. São Paulo: CLACSO, 2005. p. 227-278.

RAMOS, Guerreiro A. Sobre a crise brasileira e a sociologia no Brasil. In: GUERREIRO RAMOS, A. **Introdução Crítica à Sociologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Andes, 1957. p. 205-216.

REGINENSI, C.; MENEZES, M. Processos insurgentes de cidadania: as múltiplas interpretações da relação entre materialidade dos espaços públicos e as práticas sociais. X Congresso Luso – Afro-brasileiro de ciências, Universidade do Minho, 4 a 7 de fevereiro, v.6, p. 847-858, 2009. **Actas...**

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**. A resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

REIS, João José Reis. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 28, p. 14-39, dez./fev. 1995, 1996.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

RODRIGUES, Vera. Programa Brasil Quilombola: um ensaio sobre a política pública de promoção da igualdade racial para comunidades de quilombo. **Cadernos de Gestão Pública e Cidadania**, v. 15, n. 57, p. 263-278, 2010.

ROLNIK, Raquel, **O que é Cidade? São Paulo – Editora Brasiliense – Coleção primeiros passos**

ROSSA, Walter. **Patrimónios de Influência Portuguesa**: modos de olhar. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.

RUANO-BORBALAN, J. L'Identité – L'individu, Le groupe, La société. Paris: Éditions Sciences Humaines, 1998. Lipinak PAUGAM, S.; SHULTHEIS, F. Naissance d'une sociologie de la pauvreté. In: SIMMEL, G. **Les pauvres**. Paris: Presses Universitaires de France. Quadrige, 1998.

RUFINO, Maria Beatriz Cruz. Um olhar sobre a produção do PMCMV a partir de eixos analíticos - Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. In: AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz. *Minha casa...E a Cidade?*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 51-72.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. **Geographia**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 7-13, 1999.

SANTOS, Clelio Cristiano dos. Estudo de práticas sócio-espacial a partir de um conjunto habitacional do BNH: reflexão na cerca de praticas cotidianas atuais... In Julio Cezar Pinheiro de Oliveira.

SENNETT, R. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no Vale do Itajaí**. Porto Alegre: Ed. Movimento, 2<sup>a</sup>. ed. 1999.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. São Paulo: Malheiros Editores, 1999.

\_\_\_\_\_. **Aplicabilidade das normas constitucionais**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Malheiros, 1998.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e Diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. São Paulo: Malheiros Editores, 1999.

\_\_\_\_\_. **Aplicabilidade das normas constitucionais**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Malheiros, 1998.

SIMMEL, Georg. **El Pobre**. Sequitur. Madrid. 2014.

SOUZA, Jessé. (SUB) cidadania e naturalização da desigualdade: um estudo sobre o imaginário social na modernidade periférica. *Política & Trabalho. Revista de Ciências Sociais*, n. 22, p. 67-96, 2005.

TEIXEIRA, C. F. **Planejamento municipal em saúde**. Salvador: CEPS, ISC-UFBA, 2001b. 79 p.

WACQUANT, Loïc. **Os condenados da cidade: estudo da marginalidade avançada**. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2001.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórico e conceitual. In SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e Diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

## APÊNDICES

### Apêndice A - Roteiro para entrevistas semiabertas na comunidade quilombola de “Pedra Branca”

#### Entrevista com os moradores do Conjunto habitacional MCMV

Para realização desta pesquisa, serão entrevistados os moradores que ocupam as casas populares do MCMV sendo eles quilombolas que foram contemplados com a moradia ou moradores provenientes de outros locais do município, que também foram beneficiados com o projeto. Será de fundamental importância investigar sobre a trajetória de vida desses moradores, atual condição de vida e a forma que acessam os serviços públicos que lhes são de direito.

Para isso, farei visitas às residências com objetivo de observar o cotidiano dos residentes, iniciarei o diálogo com apresentação pessoal para que possamos nos conhecer melhor e lançarei perguntas que me auxiliarão na identificação e qualificação dos pesquisados, das quais, eles responderão sobre o nome, idade, sexo, estado civil, formação escolar, profissão, se tem filhos, renda mensal, aquisição de bens materiais, dentre outros...

#### **Sobre a trajetória de moradia será perguntado:**

1. Há quanto tempo mora na comunidade?
2. Quais os lugares que morou antes de vir morar em Pedra Branca?
3. O que te possibilitou vir morar em Pedra Branca? Algum atrativo especial?
4. Como é o seu relacionamento com os demais moradores do conjunto habitacional? E o seu relacionamento os quilombolas que residem fora do condomínio?
5. Existe diferença entre morar no condomínio e morar em sua antiga residência?
6. Qual a forma que você utiliza para acessar a cidade e os serviços que ela pode te oferecer? Como isso ocorre?
7. Você sabia que esta comunidade foi certificada como comunidade quilombola? Isso tem algum significado para você?

8. Qual o seu ponto de vista em relação à construção das casas populares para moradores de diferentes locais do município dentro de uma comunidade quilombola
9. Seus vizinhos no conjunto habitacional já eram moradores da comunidade e que vieram habitar no MCMV? Você já tinha um conhecimento prévio com ele? Está sendo bom o relacionamento com seus vizinhos?
10. Você participou de alguma reunião “Consulta pública” onde foi explicado sobre possíveis impactos sociais ocorridos em função da construção do projeto habitacional MCMV
11. Ao ser selecionado para receber a chave da casa própria do Conjunto habitacional MCMV quem foi o responsável pela entrega?
12. Explicaram para você os critérios de seleção o porquê você foi selecionado?
13. Você acredita que ao selecionar os novos moradores levaram em consideração as particularidades do local, no caso “Comunidade Quilombola”?
14. O que você me diz sobre a oferta de empregos e oportunidades nesta região? E sobre os serviços públicos para atender os moradores?
15. Você vê importância na autonomia das comunidades quilombolas?

**Sobre os hábitos culturais serão abordados:**

1. O que você costuma fazer no seu horário de lazer?
2. De vez em quando sente saudades do local que residia anteriormente e retorna lá para rever pessoas ou se divertir com amigos?
3. Você se relaciona com os outros moradores do conjunto habitacional em momentos de descontração? E com os demais moradores da comunidade?
4. Qual a cultura predominante da comunidade? Você tem acesso a ela?
5. Qual o prato típico da região? Você sabia que a comunidade tem uma cultura própria?
6. Quais templos religiosos existem na comunidade? Você sabe qual o mais frequentado?
7. Qual a sua religião? Você é assíduo? Tem facilidades para chegar até o seu templo?



**Sobre as instalações das residências será indagado:**

1. De quantos cômodos sua casa é composta?
2. Qual a metragem da área coberta? E a área descoberta?
3. Qual o endereço da sua casa? Como as correspondências chegam até você?
4. Você é atendido com qualidade no fornecimento de água, luz, telefone?
5. Existem outros serviços que chegam até vocês como internet, gás e TV a cabo

## **Apêndice B - Roteiro para entrevistas semiabertas na comunidade quilombola de “Pedra Branca”**

### Entrevista com os agentes externos envolvidos com a Comunidade e sua atuação enquanto sujeito transformador da desigualdade social e sua dinâmica em relação ao projeto habitacional MCMV

Para realizar esta pesquisa, foi pensado primeiramente em entrevistar um (a) funcionária do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS-VA) de preferência a assistente social responsável pela entrega das chaves aos moradores do MCMV e na sequência, seria de fundamental importância investigar sobre o ponto de vista da Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ), saber sobre a oferta dos serviços públicos na unidade de saúde e na escola de Educação Básica localizada dentro da comunidade.

Para isso, iniciarei o diálogo com apresentações pessoais que garantam a identificação e qualificação do agente, das quais, eles responderão sobre o nome, idade, sexo, estado civil, formação escolar, profissão, se tem filhos, onde mantém residência.

No decorrer da entrevista com perguntas relacionadas ao convívio na comunidade:

1. Qual o tempo que se relaciona com a comunidade?
2. Como o seu trabalho atinge diretamente as pessoas desta Comunidade?
3. Como é o seu relacionamento com os moradores da Comunidade e do MCMV?
4. Você tinha conhecimento que este território é quilombola?
5. A entidade em questão vê importância na autonomia das comunidades quilombolas? / O que tem feito para auxiliar nesse processo de autonomia? / Que estratégias utilizam para conscientizar os sujeitos de seus direitos?
6. Você tem conhecimento de articulações dos moradores com movimentos sociais? Quais?
7. Existe aqui uma associação de moradores e esta é atuante?

**Em relação à construção do conjunto habitacional:**

1. Você tem conhecimento sobre a cultura quilombola?
2. Em relação ao aspecto cultural, Pedra Branca se encontra em fase de resgate, retomando determinadas práticas peculiares aos seus ancestrais. Qual o seu ponto de vista sobre a construção do conjunto habitacional trazendo moradores de diferentes locais do município? Comprometeria todo o trabalho que vem sendo desenvolvido nos últimos anos?
3. Você acredita que ao selecionar os novos moradores foram levadas em consideração as particularidades do local, no caso “Comunidade Quilombola”?
4. Quais critérios foram considerados ao selecionar os moradores que iriam habitar o Conjunto habitacional MCMV?
5. Antes da construção das casas populares havia certa integração dos moradores, com a chegada dos novos moradores esta integração seria comprometida?
6. A sua atuação junto à comunidade te permite saber o que eles costumam praticar em seus momentos de lazer? Digo em relação a parte cultural, esportiva e ou...
7. Você observou alguma mudança após a reorganização do espaço interno de Pedra Branca?
8. Com o aumento da população local os moradores recebem serviços públicos de qualidade como saúde, educação dentre outros?
9. Você tem conhecimento se outros projetos estão destinados para a Comunidade no sentido de gerar empregos e ampliar oportunidades?

### Apêndice C - Quadro dos Agentes entrevistados

Agentes internos	Agentes Externos	Participação
	Arilson Ventura	Articulador da CONAQ Espírito Santo
	Raquel Mônica	Assistente social do CREAS
	Juliano Duarte Louzada	Responsável pelo setor MCMV da Caixa Econômica
	João Bosco Dias	Ex-prefeito do município de Vargem Alta de 2013 a 2016
	Claudio	Funcionário municipal do setor de convênios/Engenharia
Marinalda Supeleto Garcia		Presidente da Associação de Moradores da CQPB
João		Responsável pelo setor que oferece serviço de saúde para CQPB
Doia		Merendeira da EMEB "Pedra Branca" Liderança na cultura local
Dona Menina		Liderança da Comunidade quilombola de Pedra Branca Mais velho morador 94 anos

### Apêndice D - Quadro dos atores entrevistados

NOME	PROFISSÃO	ESCOLARIDADE	RESIDENTE CHMCMV	NÃO RESIDENTE NO PHMCMV	IDADE
Nicanor	Aposentado por tempo de serviço	Fundamental I	-	Desistiu da casa devido a demora de entrega.	74
Ivanir	Domestica	Fundamental II incompleto		Desistiu da casa devido a carência nos horários do transporte público	52
Celia	Aposentada por tempo de serviço	Analfabeta	Moradora de fora que reside no PHMCMV		73
Belinha	Aposentada Por deficiência física	Fundamental I Incompleto	Moradora de fora que reside PHMCMV		49
Manú	Trabalhadora do lar	Fundamental I Incompleto	Moradora do CHMVMV nascida na CQPB		20
Ana Lúcia	Trabalhadora do lar	Fundamental I incompleto	Mordora do CHMCMV nascida na comunidade		52
Mariza	Aposentada por deficiência física	Fundamental I Incompleto	Moradora do CHMVMV nascida na CQPB		19
Edilene	Trabalhadora do Lar	Fundamental I incompleto	Moradora de fora que reside PHMCMV		22
Alex	Trabalha na obra de acesso ao condomínio Juventude Quilombola	Fundamental I Incompleto		Reside na CQPB	31

Dona Maria	Aposentada Uma das moradoras mais velhas que já foi contemplada com PHMCMV em outra ocasião	Analfabeta		Reside na CQPB	90
------------	--	------------	--	----------------	----

**Apêndice E - Sociabilidades construídas e vivenciadas pelos moradores da CQPB**

<b>ATORES SOCIAIS</b>	<b>PONTO DE VISTA EM RELAÇÃO AO CHMCMV</b>
Arilson Ventura	O Projeto habitacional construído na CQPB está completamente equivocado, estou aguardando o parecer do MPF sobre o inquerito 1.17.001.000225/2015-98
Raquel Mônica	E nós estamos semanalmente ou quinzenalmente fazendo visitas a comunidade, principalmente no CHMCMV para acompanhar a questão dos possíveis conflitos e em contrapartida os moradores do condomínio tem compromisso de estar participando de todas as reuniões e programações que envolve o projeto. No caso das palestras eles realmente tem que marcar presença.
Juliano Duarte Louzada	Por aqui na Caixa econômica de Vargem Alta não temos conhecimento nenhum da existência do CHMCMV na Comunidade Quilombola de Pedra Branca. Não há nada registrado.
João Bosco Dias	Enquanto eu fui prefeito a nossa intenção sempre foi levar o desenvolvimento para as comunidades que mais precisavam e Pedra Branca foi uma comunidade que mais demonstrou déficit de habitação.
Claudio	Sim, eu trabalhei no setor no período e reunirei o máximo de informação para te informar sobre o início da construção do CHMCMV
Marinalda Garcia Supeleto	A Comunidade não está preparada para receber tantas pessoas de fora, não tem espaço suficiente nas escolas, a médica só atende no máximo 10 pessoas por semana e sempre volta pacientes para casa sem se consultar
João	A comunidade não está suportando o aumento da população que na sua maioria estão desempregados e praticamente estão na situação de pedinte de alguma forma eu quero contribuir para a melhoria da nossa comunidade em seus aspectos culturais, sociais e econômico
Doia	O número de aluno aumentou consideravelmente, mas todos frequentam assiduamente, deva ser por carência alimentar em casa porque os alunos do condomínio não levam o estudo a sério. Vamos ver

	se através da cultura podemos envolvê-los um pouco mais n
Dona Menina	O governo municipal não comunicou para todos os moradores daqui sobre esta reunião que tratou sobre a construção das casinhas, foi uma reunião “secreta” e poucos participaram! Eu queria ta lá... Ahh! Se eu queria...
Nicanor	Aquela questão das casinhas está uma bagunça
Ivanir	Precisei desistir da casa por causa da distância, preciso trabalhar e além de não ter horário de ônibus suficiente a passagem custa 4,80
Celia	Eu não sou de sair de casa por isso eu nunca saio só se for no culto, eu sou crente sabe, ou na reunião das casinhas ou quando tem um negócio de comunicação das mulheres, né? Eu também vou, mas é mais difícil por causa do morro eu tenho problema.
Dona Belinha	Eu sou juntada, mas o meu companheiro não veio pra cá porque não tem serviço pra ele aqui, eu tive um casal, a mãe dela faleceu e tenho um rapaz com 24 anos, mas está o preso. Eu gostei muito de vir morar aqui porque eu gosto de qualquer lugar, sabe? Comigo assim, não tem negócio de falar que o lugar é ruim, que o povo é ruim, eu convivo com todo mundo e se cada um viver no seu cantinho acho que não tem discórdia.
Manú	É difícil porque não tem ninguém na comunidade para orientar a gente sobre os direitos que a gente tem, no dia da reunião sobre as casinhas participaram poucas pessoas, uns disseram que aceitava a construção das casas outros disseram que não, até hoje eu não sei explicar direito, porque na reunião eu não estava, como eu fiquei grávida do meu mais velho e precisava de uma casa, né? Morava com meu avô ali nos três cômodos aí eu fui atrás pra ver se eu conseguia. Aí tinha algumas pessoas que deram desistência. Aí foi aonde a menina foi e me encaixou, porque teve toda aquela polêmica de priorizar moradores de fora
Ana Lúcia	Nós convivemos muito bem, porém conheço todos, passo pela rua comprimento todos, mas simplesmente assim dizer, a convivência o dia-a-dia dentro de casa de cada um, eu não tenho esse costume de ficar pela casa dos outros Mas convivo com todos.
Mariza	Depois que teve o negócio de pessoas de fora tomar



	conta das casinhas eu quase fiquei sem casa, mas como eu tenho uma deficiência no lado esquerdo eu fui contemplada, estar tendo coisa na comunidade para os moradores das casinhas, negócios de artesanato só não pode reunir muitas pessoas dentro das casas.
Edilene	Parte da minha família desistiram das casas, mas eu estou gostando de ter vindo morar aqui, fiz muitas amizades, mas na maioria dos finais de semana eu vou pra casa de um amigo ou parente
Alex	Estamos trabalhando pra melhorar esta subida que quando chove os moradores não conseguem descer, as pessoas que estão trabalhando nesta obra são todos moradores daqui da CQPB
Dona Maria	EU também tenho uma casa do programa social, esta casa foi ganhada do governo mas no meu tempo foi diferente, nos tínhamos que ter o lote e daí ganhávamos todo o material e fazíamos a casa do nosso jeito não aquela casinha pequena que ta ali